

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGUÍSTICA

Fernando Augusto de Lima Oliveira

**A VARIAÇÃO, NA APÓDOSE, ENTRE O FUTURO DO PRETÉRITO E O
PRETÉRITO IMPERFEITO DO INDICATIVO EM CONTEXTOS HIPOTÉTICOS
NA FALA DE ALAGOANOS: AS CATEGORIAS SEMÂNTICO-DISCURSIVAS
DE TEMPO, ASPECTO E MODALIDADE**

Maceió

2016

FERNANDO AUGUSTO DE LIMA OLIVEIRA

**A VARIAÇÃO, NA APÓDOSE, ENTRE O FUTURO DO PRETÉRITO E O
PRETÉRITO IMPERFEITO DO INDICATIVO EM CONTEXTOS HIPOTÉTICOS
NA FALA DE ALAGOANOS: AS CATEGORIAS SEMÂNTICO-DISCURSIVAS
DE TEMPO, ASPECTO E MODALIDADE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Linguística, sob a orientação do Prof. Dr. Aldir Santos de Paula.

Maceió

2016

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

O48v Oliveira, Fernando Augusto de Lima.
A variação, na apótese, entre o futuro do pretérito e o pretérito imperfeito do indicativo em contextos hipotéticos na fala de alagoanos: as categorias semântico-discursivas de tempo, aspecto e modalidade / Fernando Augusto de Lima Oliveira. – 2016.
151 f. : il.

Orientador: Aldir Santos de Paula.
Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Alagoas.
Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística.
Maceió, 2016.

Bibliografia: f. 145-151.

1. Linguística. 2. Língua portuguesa – Construção perifrástica. 3. Língua portuguesa – Variação linguística. 4. Verbo – Futuro do pretérito. 5. Verbo – Pretérito imperfeito do indicativo. I. Título.

CDU: 801.56

TERMO DE APROVAÇÃO
FERNANDO AUGUSTO DE LIMA OLIVEIRA

Titulo do trabalho: "A VARIAÇÃO , NA APÓDOSE, ENTRE O FUTURO DO PRETÉRITO E O PRETÉRITO IMPERFEITO DO INDICATIVO EM CONTEXTOS HIPOTÉTICOS NA FALA DE ALAGOANOS: AS CATEGORIAS SEMÂNTICO-DISCURSIVAS DE TEMPO, ASPECTO E MODALIDADE"

Tese aprovada como requisito para obtenção do grau de DOUTOR em LINGÜÍSTICA, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:


Prof. Dr. Aldir Santos de Paula (PPGL/Ufal)

Examinadores:


Prof. Dr. Alan Jardel de Oliveira (PPGL/Ufal)


Prof. Dr. Jair Barbosa da Silva (PPGL/Ufal)


Profa. Dra. Elyne Giselle de Santana Lima Aguiar Vitória (Ufal)


Profa. Dra. Cláudia Roberta Tavares Silva (UFRPE)

Maceió, 27 de abril de 2016.

AGRADECIMENTO ETERNO!

Júlia e Thaise, com vocês aprendi a conjugar o verbo amar.

Agradeço pelos momentos de carinho e compreensão...

Vocês fazem a minha vida ser mais doce e suave!

In memoriam a Manoel Messias de Oliveira, o pai que me ensinou a trilhar o caminho da sabedoria...

À Maria de Fátima: mãe, amiga, instigadora, conselheira, TUDO!

AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente, pela vida, pela força diária a mim concedida, pela presença constante nos momentos mais difíceis durante a escrita desta Tese.

A minha irmã Lorena, ao meu cunhado Alexandre e aos meus amores Beatriz e Isabela, por fazerem parte da minha vida e por estarem sempre presente nos momentos felizes ou tristes.

Aos meus tios Haroldo e Beni, pelo incentivo, por me demonstrarem, com amor, o caminho do estudo, por sua dedicação e compromisso financeiro durante TODA a minha vida acadêmica.

Aos meus primos Henrique, Homero, Haroldinho, Valéria, Hermann e Hélder, pelos constantes ensinamentos durante a infância. Vocês ensinaram o caminho a ser percorrido e, na minha escolha por Letras, mostraram que, quando fazemos o que amamos, sempre buscamos crescer profissionalmente.

Ao Prof. Dr. Aldir Santos de Paula que, como um pai, soube me ensinar o que precisaria para chegar à concretização do meu sonho. Serei sempre grato por ter aceitado ser meu orientador e por me ensinar o caminho que eu deveria trilhar para o término deste trabalho. Com sua ajuda consegui voar e chegar à Universidade, um dos meus grandes sonhos.

As minhas tias mais do que especiais: Vandete, Guida, Socorro, Etel e Vera, por fazerem parte da minha vida pessoal e acadêmica.

A minha querida sogra Teca, pelas orações e por fazer parte da minha vida.

Aos meus amigos da Igreja Adventista de Canaã, por fazerem parte constante da minha vida, em especial: Luís, Ednilza, Bel, Priscila, Rodrigo, Zélia, Léo, Leozinho, Gildo, Ana, Paula Ravenala e Aginaldo.

A uma pessoa muito especial, que carinhosamente a chamo de vizinha, por ter ajudado a mim e a minha família no momento mais difícil.

Aos meus amigos da UPE, Sirlene, Ana, Antônio e Henrique, que contribuíram para que eu pudesse ter calma nos momentos mais difíceis na escrita deste trabalho.

Ao colegiado de Letras-Português da UPE, pelo incentivo e apoio acadêmico, principalmente quando precisei me ausentar para a escrita desta Tese.

A todos os informantes desta pesquisa, que contribuíram para a constituição de nosso *corpus*.

À Profa. Dra. Núbia Rabelo Bakker Faria, pelo incentivo durante a seleção de Doutorado.

Ao Prof. Dr. Roberto Sarmiento Lima, por quem tenho extremo respeito, pelo exemplo de professor e pelos ensinamentos que levarei por toda a minha vida.

À todo corpo docente da FALE (2004-2007), que contribuiu significativamente para o meu crescimento acadêmico.

A todos os funcionários do PPGLL-UFAL, em especial à Inês Bassi, pela ajuda durante essa longa jornada.

A Judson Leão, profissional exemplar, pelas conversas e ajuda durante a escolha dos livros na biblioteca.

À CAPES, pelo apoio financeiro.

A TODOS (AS) os (as) amigos (as) de graduação, que fizeram parte de vários momentos inesquecíveis durante a minha vida acadêmica, em especial: Jeylla Salomé, Renata Livia, Solyany Salgado, Emanuelle Camila e Gizelda.

A TODOS (AS) os (as) amigos (as) de trabalho que contribuíram, cada um, com suas formas de ser, suas histórias de vida e seus ensinamentos ÚNICOS, que levarei para o resto da minha vida, em específico: Susana, Margarete Paiva, Rivelino, Carlos, Anderson “Libras”, Cristina, Cristiano “Kriko” e Maria José.

A TODOS os integrantes do PET-LETRAS-UFAL, pelos bons momentos de pesquisa, ensino e extensão.

A TODOS (AS) que, direta ou indiretamente, contribuíram para que eu pudesse crescer enquanto pessoa e pesquisador. A TODOS (AS) que fortaleceram a minha jornada com seus valiosos ensinamentos.

Se essa rua
Se essa rua fosse minha
Eu *mandava*
Eu *mandava* ladrilhar
Com pedrinhas
Com pedrinhas de brilhante
Para o meu
Para o meu amor passar
(Cantiga popular)

Esta pesquisa foi financiada por
uma bolsa CAPES/REUNI.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo ampliar os estudos sobre a variação entre as formas verbais de futuro do pretérito (FP) e de pretérito imperfeito do indicativo (PII), na apódose, em construções hipotéticas iniciadas por *se*, mediante uma pesquisa de campo na comunidade de fala alagoana, considerando as categorias de tempo, aspecto e modalidade. Para tanto, além das formas sintéticas de FP e de PII, as construções perifrásticas V(FP)+INF e V(PII)+INF foram consideradas como variantes para fins de descrição e análise dos dados. O princípio teórico-metodológico que embasa esta pesquisa está pautado na proposta difundida por Labov (2008[1972], p. 125), que considera a língua em uso dentro da comunidade de fala. Para a análise quantitativa dos dados, utilizamos o programa computacional Goldvarb X (2005) que, com a apresentação dos termos percentuais e do peso relativo, contribuiu para a sistematização das variáveis em estudo. Constatamos que a construção perifrástica favorece o PII como forma substitutiva de FP em orações condicionais. Pudemos verificar também que o verbo auxiliar *ir*, quando em contextos perifrásticos, é a forma verbal mais recorrente na fala de alagoanos, o que nos permitiu inferir que esse verbo auxiliar pode estar em processo de gramaticalização no português falado em Alagoas. Além do mais, pudemos constatar que, quanto à variável faixa etária, mediante a pesquisa em tempo aparente, a forma perifrástica indica um processo de mudança em progresso, tendo em vista que os informantes da faixa etária inicial favorecem o uso da variante inovadora e, à medida que há um acréscimo da faixa etária, as construções inovadoras são inibidas. Quanto às variáveis em estudo, o programa computacional considerou a modalidade, dentre os nove grupos de fatores, como a que desfavorece a alternância verbal na fala de alagoanos. Das demais, a escolaridade foi considerada a mais significativa. Acreditamos que o fenômeno linguístico em estudo seja pautado pelo princípio da escolarização, e que a variação estilística pode favorecer o emprego de FP, quando há maior nível escolar. Todos os resultados confirmaram a hipótese de que fatores linguísticos e sociais favorecem o emprego de PII, na apódose, quando em contextos hipotéticos. Dessa forma, acreditamos que nossa pesquisa possa contribuir para uma maior sistematização da alternância verbal entre FP e PII (verbos simples e perifrásticos) no português falado em Alagoas.

PALAVRAS-CHAVE: Construções perifrásticas. Forma sintética de FP e de PII. Variação linguística. Oração condicional. Contexto hipotético.

ABSTRACT

This research aims to expand studies of the variation between the verb forms of future tense (FP) and imperfect indicative tense (IIP), the apodosis in hypothetical constructions initiated by *if*, through a community field research speech in Alagoas, considering the categories of tense, aspect and modality. Therefore, in addition to synthetic forms of FP and OIP buildings periphrastic V (FP) + INF and V (IIP) + INF variants were considered for the purpose of description and analysis. The theoretical and methodological principle behind this research is founded on the proposal spread by Labov (2008 [1972], p. 125), which considers the language in use within the speech community. For quantitative data analysis, we used the computer program Goldvarb X (2005), with the presentation of the percentage and the relative weight, contributed to the systematization of the study variables. We found that the periphrastic construction favors the IIP as a substitute form of FP in conditional clauses. We could also see that the auxiliary verb *to go*, when in periphrastic contexts is the most frequent verbal form in the speech community of Alagoas, which allowed us to infer that this auxiliary verb may be in grammaticalization process in the spoken Portuguese in Alagoas. Furthermore, we found that, as for the variable age, through research in apparent time, periphrastic shape indicates a change process in advance once that the participants of the initial age favor the use of the innovative variant and as there is an increase in age, innovative buildings are inhibited. As for the variables studied, the computer program considered the modality of the nine groups of factors, such as that discourages verbal alternation in the speech community of Alagoas. The other, education was considered the most significant. We believe that the linguistic phenomenon under study is guided by the principle of schooling and the stylistic variation may favor the use of FP, when there is a higher grade level. All results confirmed the hypothesis that linguistic and social factors favor the use of PII in apodosis, when in hypothetical contexts. Thus, we believe that our research can contribute to a more systematic verbal alternation between FP and IIP (simple and periphrastic verbs) in spoken Portuguese in Alagoas.

KEYWORDS: Periphrastic Constructions. Synthetic Form of FP and IIP. Linguistic Variation. Conditional Clause. Hypothetical Context.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Influência da variável <i>escolaridade</i> na escolha de PII	110
Tabela 2 – Influência da variável <i>construção verbal</i> na escolha de PII	112
Tabela 3 – Influência da variável <i>tipo de verbo auxiliar</i> na escolha de PII	114
Tabela 4 – Influência da variável <i>paralelismo formal</i> na escolha de PII	118
Tabela 5 – Influência da variável <i>sexo</i> na escolha de PII	122
Tabela 6 – Influência da variável <i>ambiente sintático</i> na escolha de PII.....	127
Tabela 7 – Influência da variável <i>faixa etária</i> na escolha de PII.....	129
Tabela 8 – Influência da variável <i>faixa etária</i> na escolha de PII (forma sintética)	131
Tabela 9 – Influência da variável <i>faixa etária</i> na escolha de PII (forma perifrástica)	131
Tabela 10 – Influência da variável <i>saliência fônica</i> na escolha de PII.....	134
Tabela 11 – Influência da variável <i>saliência fônica</i> na escolha da construção perifrástica 144V(FP)+INF e V(PII)+INF.....	136
Tabela 12 – Influência da variável <i>modalidade</i> na escolha de PII	138

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Sinopse das pesquisas desenvolvidas sobre a alternância entre as formas verbais de FP e de PII: estudos variacionistas e funcionalistas (Parte 1).....	52
Quadro 2 – Sinopse das pesquisas desenvolvidas sobre a alternância entre as formas verbais de FP e de PII: estudos variacionistas e funcionalistas (Parte 2).....	55
Quadro 3 – Representação e definição dos três momentos considerados relevantes para a distinção dos <i>tempora</i> de uma língua natural	67
Quadro 4 – Classificações aspectuais baseadas em traços, segundo Verkuyl (1993, p. 65)	75
Quadro 5 – Relação entre <i>pressuposições</i> e <i>asserções</i> , conforme Givón (2001, p. 151) ..	83
Quadro 6 – Guia de perguntas utilizadas para a constituição do <i>corpus</i>	92
Quadro 7 – Classificação das nomenclaturas e siglas dos grupos de fatores utilizados para a rodagem no Goldvarb X (2005).....	94
Quadro 8 – Grupo de fatores representativo da variável <i>saliência fônica</i> , conforme ordem de maior saliência.....	102
Quadro 9 – Ordem dos grupos de fatores considerados estatisticamente significativos para alternância verbal em estudo	107

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição das ocorrências das variantes FP, PII, V(PII)+INF e V(FP)+INF	104
Gráfico 2 – Amalgamando as formas FP e V(FP)+INF; PII e V(PII)+INF	105
Gráfico 3 – Influência da variável <i>escolaridade</i> na escolha de PII	109
Gráfico 4 – Influência da variável <i>contração verbal</i> na escolha de PII	111
Gráfico 5 – Influência da variável <i>tipo de verbo auxiliar</i> na escolha de PII	113
Gráfico 6 – A influência da variável <i>paralelismo formal</i> na escolha de PII	118
Gráfico 7 – A influência da variável <i>sexo</i> na escolha de PII	121
Gráfico 8 – A influência da variável <i>ambiente sintático-semântico</i> na escolha de PII	126
Gráfico 9 – A influência da variável <i>faixa etária</i> na escolha de PII	129
Gráfico 10 – Influência da variável <i>faixa etária</i> na construção sintética de PII	130
Gráfico 11 – Influência da variável <i>faixa etária</i> na construção perifrástica de PII	131
Gráfico 12 – A influência da variável <i>saliência fônica</i> na escolha de PII	133
Gráfico 13 – Influência da variável <i>saliência fônica</i> no uso das formas perifrásticas	135

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Representação dos tempos absolutos	68
Figura 2 – Representação do Tempo relativo-absoluto	70
Figura 3 – Representação dos tempos de pretérito imperfeito do indicativo e do futuro do pretérito do indicativo.....	86

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	22
2.1	Sobre a Língua no Curso de Linguística Geral e a Dicotomia Língua/Fala	22
2.1.1	A abordagem saussuriana de língua	22
2.2	O Estudo da Língua em Seu Contexto Social	25
2.2.1	A essência intrinsecamente social da linguagem	25
2.3	A Língua Como Sistema Heterogêneo.....	28
2.3.1	O florescimento do modelo variacionista.....	28
2.3.2	Apontamentos sobre o conceito de comunidade de fala	31
2.4	As Construções Condicionais e a Alternância Entre as Formas de Futuro do Pretérito (FP) e do Pretérito Imperfeito do Indicativo (PII) na Apódose: Descrição de Pesquisas Desenvolvidas à Luz da Teoria da Variação Linguística.....	35
2.4.1	Nordeste.....	35
2.4.1.1	Santos (2014).....	35
2.4.1.2	Oliveira (2010)	38
2.4.1.3	Dias (2007).....	40
2.4.2	Sul.....	41
2.4.2.1	Karam (2000)	41
2.4.2.2	Silva (1998)	42
2.4.3	Sudeste.....	43
2.4.3.1	Sousa (2007).....	43
2.4.3.2	Tesch (2007).....	46
2.4.3.3	Barbosa (2005)	48
2.4.3.4	Costa (1997)	49
2.5	Quadro Resumitivo dos Estudos Desenvolvidos sobre as Construções Hipotéticas no Português Brasileiro: Estudos Variacionistas e Funcionalistas	51
3	AS NOÇÕES SEMÂNTICO-DISCURSIVAS DE TEMPO, ASPECTO E MODALIDADE (TAM).....	64
3.1	A Categoria Tempo	64
3.1.1	O tempo: discussões e definições	65
3.1.2	Tempo e referência.....	66
3.2	A Categoria Aspecto.....	72
3.2.1	Da fase léxico-semântica para a fase sintático-semântica: a evolução do conceito de aspecto	72
3.2.2	Discussões acerca da noção de categoria aspectual	78
3.2.3	Noção aspectual de futuro do pretérito (FP) e de pretérito imperfeito do indicativo (PII)	80
3.3	As Categorias Modo e Modalidade.....	81
3.3.1	Definição	82
3.3.2	A relação modal entre os modos do indicativo e do subjuntivo.....	84

3.3.3	A possibilidade de alternância entre o futuro do pretérito (FP) e o pretérito imperfeito do indicativo (PII) em contextos hipotéticos ou <i>irrealis</i>	85
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	89
4.1	A Sociolinguística Quantitativa: O Construto Metodológico.....	89
4.2	O <i>Corpus</i> da Pesquisa.....	92
4.3	Fatores Controlados	93
4.3.1	Fatores sociais	94
4.3.1.1	Sexo.....	94
4.3.1.2	Faixa etária	95
4.3.1.3	Escolaridade	96
4.3.2	Fatores linguísticos.....	97
4.3.2.1	Paralelismo formal	97
4.3.2.2	Ambiente sintático-semântico	98
4.3.2.3	Construção verbal.....	99
4.3.2.4	Tipo de verbos auxiliar.....	100
4.3.2.5	Saliência fônica	101
4.3.2.6	Modalidade	102
5	ANÁLISE E DESCRIÇÃO DOS DADOS	104
5.1	Grupo de Fatores Considerado Estatisticamente Significativo	107
5.1.1	A influência da variável <i>escolaridade</i> na escolha de PII	108
5.1.2	A influência da variável <i>construção verbal</i> na escolha de PII.....	110
5.1.3	A influência da variável <i>tipo de verbo auxiliar</i> na escolha de PII	112
5.1.4	A influência da variável <i>paralelismo formal</i> na escolha de PII	115
5.1.5	A influência da variável <i>sexo</i> na escolha de PII.....	120
5.1.6	A influência da variável <i>ambiente sintático-semântico</i> na escolha de PII.....	123
5.1.7	A influência da variável <i>faixa etária</i> na escolha de PII	128
5.1.8	A influência da variável <i>saliência fônica</i> na escolha de PII.....	132
5.2	Variável estatisticamente não significativa.....	137
5.2.1	A influência da variável <i>modalidade</i> na escolha de PII.....	137
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	140
	REFERÊNCIAS	145

1 INTRODUÇÃO

A Teoria da Variação Linguística apresenta como objeto de estudo a estrutura e a evolução da língua dentro do contexto social da comunidade de fala (LABOV, 2008 [1972], p. 216). Interessa-se pela função social e comunicativa da língua e a vê como fator determinante na identificação de grupos e na observação de diferenças sociais na comunidade.

A Sociolinguística trata, especialmente, da interação entre o uso da língua e a organização social desse comportamento. Como as sociedades dependem da língua como um meio ou como um símbolo de interação, deve-se esperar que as manifestações observáveis de língua e sociedade estejam bastante relacionadas. O objeto de estudo dessa teoria é a diversidade linguística, que deve ser observada nas comunidades de fala. Essa heterogeneidade é governada sistematicamente por diferenças linguísticas e extralinguísticas. Logo, a observação dos fatores linguísticos e sociais implicados no desenvolvimento linguístico revela-se fundamental.

A presente pesquisa está inserida na perspectiva teórico-metodológica da Teoria da Variação Linguística (LABOV, 2008 [1972]) e busca ampliar a compreensão da variação entre os usos verbais de futuro do pretérito (FP) e de pretérito imperfeito do indicativo (PII), na apódose, em construções condicionais iniciadas por *se*, no português falado em Alagoas, seja com verbos simples ou construções perifrásticas de FP e de PII, conforme as sentenças abaixo:

- (1) *Se eu pudesse ajudar alguma pessoa* :: **Via** qual era o problema dessa pessoa, de longe eu **via** se **podia ajudar**, algum machucado, se eu pudesse ajudar tudo bem, mas se eu visse que era um problema sério eu acho que **passava** direto. (ACBG. L6. 126, 27 e 28. p. 9)
- (2) *Se Jesus voltasse hoje* # Eu assim... eu **ia tentar** me preparar eu **ia me preparar** mais, eu **ia me dedicar** mais as coisas da igreja. (R. L5. 150 e 51. p. 8)
- (3) Sei lá, eu **seria**... eu me **mudaria** porque eu me acho muito impaciente. Assim... a impaciência me atrapalhou um pouco em algumas coisas, *Se eu pudesse mudar alguma coisa*. (R. L5. 116 e 17. p. 7)

As construções acima são representativas dos usos coletados no *corpus* desenvolvido, o que exemplifica a alternância entre as formas verbais em estudo. Nas construções (1) e (2), em itálico, as formas *Se eu pudesse ajudar alguma pessoa* e *Se Jesus voltasse hoje* são condições para que o evento expresso pelos verbos **via** (PII), **podia ajudar** (V(PII)+INF) e **passava** (PII); **ia tentar** (V(PII)+INF), **ia me preparar** (V(PII)+INF) e **ia me dedicar** (V(PII)+INF.) aconteça. Em outras palavras, temos uma premissa hipotética – PRÓTASE – que possibilita a realização do evento que vem na APÓDOSE; temos, assim, uma relação de

condição+consequência (SE+PRÓTASE+APÓDOSE). Em (3), a construção condicional está na ordem inversa. Primeiramente, temos a APÓDOSE **seria** (FP) e **mandaria** (FP) – seguida da PRÓTASE – *Se eu pudesse mudar alguma coisa* – o que constitui a construção do período hipotético em ordem não-canônica, representada pela relação (APÓDOSE+SE+PRÓTASE).

Pesquisas sociolinguísticas têm comprovado que a variação entre os tempos verbais de futuro do pretérito (FP) e de pretérito imperfeito do indicativo (PII) caracterizam-se pelo fato de compartilharem traços de aspecto inconcluso (COSTA, 1997; SILVA, 1998; COSTA, 2003; BARBOSA, 2005; SOUSA, 2007; TESCH, 2007; OLIVEIRA, 2010; SANTOS 2014). Embora não possamos afirmar que este fenômeno seja marcado linguisticamente, pelo fato de os informantes não apresentarem julgamento de valor frente às variantes, conjecturamos que os falantes tentem a empregar, na apódose, as formas verbais de PII como substitutivas de FP.

Diante da alternância entre os tempos verbais; e, consoante os resultados obtidos por Oliveira (2010), consideramos que essa variação possa encabeçar um processo de mudança em progresso, quando acrescentamos as construções perifrásticas às formas sintéticas de FP e de PII. Partimos do pressuposto de que a construção AUX (FP) ou (PII)+INF favorece o PII, o que, caso isso ocorra, modifica os resultados obtidos por Oliveira (2010), já que o FP foi considerado a forma verbal mais recorrente, na apódose, em situações discursivas que denotem hipótese ou *irrealis*.

Esperamos que a sistematização dessa alternância verbal possibilite uma maior compreensão dos grupos de fatores que favorecem ou inibem a realização de PII como forma substitutiva de FP. Defendemos que as categorias de Tempo, Aspecto e Modo/Modalidade (TAM) sejam fundamentais para a sistematização dessa variação, já que os tempos verbais em estudo precisam ser compreendidos à luz dessas categorias. Assim, acreditamos que nosso trabalho auxilie na compreensão da funcionalidade das construções verbais no português falado em Alagoas e, conseqüentemente, possa implicar no processo de ensino aprendizagem da Língua Portuguesa.

Acreditamos que esta pesquisa, aliada aos diversos estudos sociolinguísticos desenvolvidos nessa perspectiva de análise, possa contribuir para a sistematização e ampliação dos estudos sobre a alternância verbal entre FP e PII e suas respectivas formas perifrásticas, em realizações condicionais.

Diante do pequeno número de ocorrências dessa alternância verbal nos *corpora* já existentes, tanto orais como escritos, foi organizado um *corpus* constituído por quarenta e oito colaboradores, selecionados a partir das variáveis sociais: sexo (homem/mulher), escolaridade (fundamental/superior) e idade (15 a 30 anos / 31 a 45 anos / 46 a 61 anos); e das variáveis

linguísticas: paralelismo formal (ocorrência idêntica à anterior, ocorrência diferente da anterior, ocorrência isolada, ocorrência precedida de gatilho em FP e ocorrência precedida de gatilho em PII), ambiente sintático-semântico (período hipotético em ordem canônica, período hipotético em ordem não-canônica e oração independente) construção verbal (formas simples e formas perifrásticas), tipo do verbo auxiliar (verbo *ir*, verbo *poder*, verbo *dever* e outros verbos), saliência fônica (verbo *ser*, verbos *ter* e *vir*, verbos da 1ª conjugação, verbos com oposição /r/ vs. /z/ e verbos de 2ª e 3ª conjugações) e, por fim, modalidade (modalidade epistêmica e modalidade deôntica).

As entrevistas foram gravadas com base nos princípios da Teoria da Variação Linguística. Procuramos, ao máximo, o distanciamento do chamado “paradoxo do observador” (LABOV (2008 [1972], p. 244), organizando um guia de perguntas que apresentassem situações hipotéticas para que, na hora da entrevista, houvesse uma ordem a ser seguida.

Após a coleta e a codificação, os dados foram submetidos ao programa computacional Goldvarb X (2005), que calcula o número de ocorrências das variantes em relação aos fatores controlados, sua frequência em percentual e ainda estabelece os níveis de interatividade dos grupos de fatores em termos de pesos relativos, com cálculos probabilísticos.

De acordo com o aspecto formal, este trabalho está dividido em quatro seções, conforme expostas a seguir.

Capítulo 2 – Fundamentação teórica – Nesse capítulo, apresentamos os pressupostos teóricos que embasam a perspectiva da Teoria da Variação Linguística. Para isso, desenvolvemos um percurso teórico com o objetivo de refletir sobre a passagem do *locus* de pesquisa estrutural para a compreensão da língua enquanto construto social, que fornece subsídios para a análise deste trabalho. Além disso, expomos os trabalhos desenvolvidos à luz da Teoria da Variação Linguística sobre a variação entre as formas verbais de FP e de PII na apódose, separados por regiões. Em seguida, apresentamos um quadro resumitivo de estudos variacionistas e funcionalistas.

Capítulo 3 – As noções semântico-discursivas de tempo, aspecto e modalidade – As categorias de Tempo, aspecto, modo e modalidade são de grande importância para a compreensão do fenômeno em estudo. Por essa razão, desenvolvemos o capítulo com o objetivo de ampliar a compreensão semântico-discursiva dessas categorias. O primeiro subtópico refere-se à categoria Tempo e nele são apresentadas as múltiplas definições que compreendem essa categoria, bem como a relação entre tempo e referência; o segundo, refere-se à categoria aspecto. Nessa parte, apresentamos as discussões acerca da noção da categoria aspectual, a evolução do conceito de aspecto (da fase léxico semântica para a fase sintático-semântica) e a

noção aspectual de PII e de FP. Nas categorias de modo e modalidade, discutimos a relação modal entre os modos do indicativo e do subjuntivo e a possibilidade de alternância entre o FP e o PII em contexto hipotético.

Capítulo 4 – **Procedimentos metodológicos** – Essa parte do trabalho compreende a reflexão sobre a pesquisa sociolinguística, a apresentação da estruturação do *corpus* da pesquisa e a descrição dos fatores controlados (sociais e linguísticos). Os fatores sociais estabelecidos como potencialmente relevantes foram: sexo, faixa etária e escolaridade. Os fatores linguísticos, por sua vez, compreendem: paralelismo formal (ocorrência idêntica à anterior, ocorrência diferente da anterior, ocorrência isolada, ocorrência precedida de gatilho em FP e ocorrência precedida de gatilho em PII), ambiente sintático-semântico (período hipotético em ordem canônica, período hipotético em ordem não-canônica e oração independente), construção verbal (formas simples e formas perifrásticas), tipo de verbo auxiliar (verbo *ir*, verbo *poder*, verbo *dever* e outros verbos), saliência fônica (verbo *ser*, verbos *ter* e *vir*, verbos de 1ª conjugação, verbos com oposição /r/ vs. /z/ e verbos de 2ª e 3ª conjugações) e, por fim, modalidade (modalidade epistêmica vs. modalidade deôntica).

Capítulo 5 – **Análise e descrição dos dados** – Nessa parte do trabalho apresentamos os dados estatísticos, bem como tecemos discussões sobre os resultados obtidos para cada grupo de fatores mediante rodada realizada pelo programa computacional Goldvarb X (2005). A fim de compreendermos a implicação das variáveis em análise frente às variantes de FP e de PII, construções simples e perifrásticas, consideramos o PII como aplicação da regra.

O estudo descritivo sobre essa alternância verbal, no âmbito *irrealis* e/ou hipotético, objetiva ampliar a compreensão do perfil sociolinguístico de falantes alagoanos mediante a inserção das construções perifrásticas V(FP)+INF e V(PII)+ INF, a fim da sistematização dos fatores linguísticos e sociais que favorecem o uso de PII em contextos que são característicos da forma verbal de FP. Este estudo, em conjunto com as demais pesquisas desenvolvidas nessa perspectiva, busca contribuir para a ampliação da compreensão da variação aqui estudada e estimular o interesse para o desenvolvimento de novas pesquisas sobre as construções condicionais no português falado em Alagoas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O presente capítulo objetiva desenvolver uma discussão sobre o aparato teórico que embasa esta pesquisa. Para tanto, discorreremos sobre a indissociabilidade língua/fala, marco inicial para o desenvolvimento de novas formas de pensar e compreender a língua.

A partir da compreensão de língua como sistema heterogêneo, discutimos sobre a natureza inerentemente social da linguagem e sobre o comportamento social dos falantes, e discorreremos sobre a formação de um construto teórico que foi implementado como modelo de oposição ao estudo estruturalista vigente, e que culminou no florescimento do modelo variacionista. Além disso, apresentamos a proposta da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008 [1972]) e tecemos apontamentos sobre o conceito variacionista de comunidade de fala, foco de nosso estudo, haja vista que nossa pesquisa está inserida nessa perspectiva de análise.

Por fim, apresentamos os trabalhos desenvolvidos na perspectiva da Teoria da Variação e Mudança Linguística, no que tange às construções condicionais entre as formas de FP e de PII na apódese, e construímos um quadro resumitivo dos estudos sobre orações hipotéticas no Português Brasileiro (doravante PB) a partir de estudos variacionistas e funcionalistas.

2.1 Sobre a Língua no Curso de Linguística Geral e a Dicotomia Língua/fala

2.1.1 A abordagem saussuriana de língua

Saussure (2005 [1916]), ao romper com a tradição linguística vigente, buscou posicionar a Linguística em um patamar científico cujo ponto de partida foi a delimitação de um objeto de estudo passível de ser sistematizado. Sendo assim, fazê-la “delimitar-se e definir-se a si própria” (SAUSSURE, 2005 [1916], p. 13) foi uma das tarefas que o mestre genebrino buscou encaminhar em suas discussões, tendo em vista que os ensinamentos pré-saussurianos estavam centrados nos estudos da mudança linguística, desenvolvidos sob o ângulo psicológico e fisiológico.

A tarefa de Saussure (2005 [1916]) foi a de conduzir os estudos até então desenvolvidos sobre os fatos da língua a uma visão mais próxima do fazer científico, parindo da reflexão sobre “qual é o objeto, ao mesmo tempo integral e concreto, da Linguística?” (SAUSSURE, 2005 [1916], p. 15). Essa delimitação só foi possível devido ao contexto no qual os estudos linguísticos estavam inseridos naquele momento; era necessário que a Linguística exercesse o seu lugar de ciência, dotada de sistematização e passível de ser estudada. Fazendo menção aos

estudos expandidos antes dos postulados saussurianos, Hjelmslev (1991, p. 81) aponta que “essa espécie de estudo servia apenas para estabelecer uma autoridade; o exclusivismo era absoluto; era necessário acomodar-se à palavra de ordem sob pena de ser qualificado como profano ou amador.”

Produto de uma situação, Saussure (2005 [1916]) conseguiu inculcar seus pensamentos e buscou definir, então, o que seria a língua. Nesse momento, o caminho científico a ser percorrido pelos estudos saussurianos foi iniciado e suas relações foram estabelecidas. Saussure considerou a linguagem “multiforme e heteróclita”, pois abrange vários domínios, “é ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, ela pertence além disso ao domínio individual e ao domínio social; não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos, pois não se sabe como inferir em sua unidade” (SAUSSURE, 2005 [1916], p. 17).

Ao refletir sobre os domínios da linguagem, o linguista expôs a grande complexidade que o termo suscita bem como as dualidades que motivariam uma possível relação com outras ciências, como a Psicologia, a Antropologia, a Filologia, etc. Dessa forma, foi preciso que a delimitação do objeto de estudo da Linguística partisse de uma definição mais autônoma, visto que “entre tantas dualidades, somente a língua parece suscetível duma definição autônoma e fornece um ponto de apoio satisfatório para o espírito”. (SAUSSURE, 2005 [1916], p. 16 e 17).

Para esse fim, o mestre genebrino desmembra uma parte do todo da linguagem – a língua – e a concebe como elemento bem definido dentro dos fatos da linguagem. Para Saussure (2005 [1916], p. 17), a língua é, portanto, uma parte essencial da linguagem, “um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos”. Nesse momento, confere à Linguística *status* de ciência e seus estudos passam a ser passíveis de uma observação suscetível de classificação, mediante um objeto unificado.

A definição de língua como sistema foi o legado deixado por Saussure (2005 [1916]), pois foi a partir desse entendimento que se estruturou o objeto de estudo para a Linguística. Segundo o mestre genebrino (2005 [1916], p.17), a língua tem caráter convencional e adquirido e está subordinada ao instinto animal, posto que é “um todo por si e um princípio de classificação”. Dessa forma, não pode ser modificada pelo falante e segue leis estabelecidas por um contrato social, determinado pelos integrantes da comunidade.

Ao ser concebida como um sistema de elementos, a língua passa a ser definida como um conjunto organizado em que um elemento está em função dos outros, de forma que sua função seja definida em correlação aos outros elementos do conjunto, constituindo, assim, uma

estrutura. O conjunto das relações estabelecidas entre as unidades linguísticas constitui uma forma e, por isso, língua é forma e não substância.

Para Saussure (2005 [1916]), a língua passa a ser um sistema de signos em que um signo se define pelos demais do conjunto. Nesse sentido, “[...] a língua assim delimitada é de natureza homogênea: constitui-se num sistema de signos onde, de essencial, só existe a união do sentido e da imagem acústica, e onde as duas partes do signo são igualmente psíquicas”. (SAUSSURE, 2005 [1916], p. 23)

No CLG, o signo linguístico foi definido pela relação entre imagem acústica, classificada como *significante*, e um conceito, o qual foi denominado de *significado*. Através dessa relação, língua passa a ser estabelecida a partir da noção de um sistema de signos. Significante e significado constituem um signo linguístico, que é estabelecido dentro de um sistema, ou seja, um signo adquire valor quando relacionado a outros signos.

Nesse contexto, Saussure (2005 [1916], p.80) conclui que o signo não é uma nomenclatura, todavia um princípio da classificação, já que “o signo linguístico une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica”. O signo linguístico apresenta duas características primordiais: a arbitrariedade do signo e a linearidade do significante. Para Saussure (2005 [1916], p. 81) “o laço que une o significado ao significante é arbitrário ou então, visto que entendemos por signo o total resultante da associação de um significante com um significado, podemos dizer mais simplesmente: o signo linguístico é arbitrário”. Arbitrário, para o mestre genebrino, é o contrário de motivado, o que implica assumir que o signo não estabelece nenhuma relação entre o som e sentido, já que não há nada no significante que evoque o seu significado, conforme é apresentado a seguir “[...] queremos dizer que o significante é imotivado, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade” (SAUSSURE, 2005 [1916], p. 83).

O resultado da arbitrariedade é a convenção. Afirmar que o signo linguístico é arbitrário, implica no entendimento de que “não deve dar a ideia de que o significado dependa da livre escolha do que fala” (2005 [1916], p. 83), pois não cabe ao indivíduo modificar um signo linguístico, já que ele é social e, por isso, estabelecido na coletividade.

No que tange à ideia da arbitrariedade linguística, outro ponto que suscitou discussão por parte de Saussure foi a distinção entre o que é absolutamente arbitrário e o que é relativamente arbitrário. O absolutamente arbitrário pode ser definido como aquele que não estabelece motivação na relação entre significante e significado. A esse contexto, temos a palavra *amor*, cuja ideia estabelecida não possui relação alguma com o seu significante. Em contrapartida, o relativamente arbitrário evoca uma relação entre o significado e o significante,

uma vez que “existe um rudimento de vínculo natural entre o significante e o significado”. (SAUSSURE, 2005 [1916], p. 82)

A segunda característica primordial do signo linguístico foi o caráter linear do significante. A linearidade, não menos importante que a primeira característica, é representativa das línguas naturais, das quais os signos linguísticos são estabelecidos a partir de uma escala temporal ou espacial. Isso implica na não produção de mais de um elemento linguístico, tendo em vista que esse elemento deve ser produzido sequencialmente. Nesse sentido, não podemos produzir dois sons ao mesmo tempo, pois um só tem que vir depois do outro; da mesma forma, uma palavra deve ser produzida após a outra.

O pensamento saussuriano conferiu à Linguística um patamar antes não concretizado: *status* de ciência. Foi preciso romper com a tradição diacrônica do século XIX, em específico com a herança neogramática, e definir a linguagem no interior do sistema, a partir das relações de oposição. O subtópico apresentado na sequência busca discutir a dicotomia língua/fala, já que a noção de fala evoca a noção de uso da língua. Se a fala pode ser entendida como um ato individual dotado de combinações linguísticas que resulta no código da língua, então, ela seria um aspecto da língua, uma vez que a fala contém a língua. É nesse sentido que podemos estabelecer uma relação de interdependência entre língua/fala.

2.2 O Estudo da Língua em seu Contexto Social

2.2.1 A essência intrinsecamente social da linguagem

Para Saussure (2005 [1916]), a noção de língua enquanto fato social é exterior ao indivíduo, o qual a aceita passivamente. Logo, a língua só pode ser entendida como unitária e homogênea e opõe-se ao existir concreto. Para que isso ocorra, é necessário que ela seja desmembrada do processo histórico-cultural.

A concepção estruturalista concebe a língua como um sistema abstrato e sincrônico. A construção de um pensamento preocupado em delimitar o sistema linguístico fez florescer duas vertentes constituintes do pilar estrutural: o Estruturalismo Europeu, consolidado por Saussure (1916), e o Estruturalismo Norte-Americano, representado por Bloomfield (1933) e Sapir (1929). Vale salientar que o surgimento dessas duas vertentes contribuíram para que a visão sobre a linguagem fosse ampliada e, conseqüentemente, consolidassem “uma posição menos ideológica e preconceituosa sobre a linguagem”. (CAMACHO, 2013, p. 26).

A delimitação científica apresentada no CLG possibilitou a abertura para que novos estudos fossem desenvolvidos, foi preciso ampliar algumas lacunas deixadas durante a constituição do CLG, em específico, os aspectos concernentes à fala. A própria definição de língua, como aponta Saussure (2005 [1916], p. 29) “supõe que eliminemos dela tudo o que lhe seja estranho ao sistema, numa palavra: tudo quanto se designa pelo termo ‘Linguística externa’”. Labov (2008 [1972], p. 216), todavia, afirma que “se não houvesse necessidade de constatar este trabalho com o estudo da língua fora de seu contexto social, eu preferiria dizer que se trata simplesmente de linguística”, defendendo a ideia de que “a língua é uma forma de comportamento social”. É com esse pensamento que, na seção seguinte, discutimos a essência inerentemente social da linguagem.

A proposta da Teoria da Variação Linguística surge para pôr fim ao mito da unidade linguística, visto que nenhuma língua ou cultura é inferior, inadequada e/ou menos significativa que as demais que são consideradas superiores, adequadas e/ou privilegiadas. Não há distinção entre certo e errado quando se trata da língua. Para a linguística, todas possuem suas particularidades e seguem uma sequência lógica. A essa ideia, Camacho (2013, p. 30, grifos nossos) diz que:

Se o estruturalismo descritivo teve importância fundamental para a solidificação da linguística como disciplina científica, a importância de seus postulados se estendeu para o modo de ver as diferenças socioculturais, regularmente constitutivas de qualquer sistema linguístico. Aboliram-se as noções preconcebidas de correção e incorreção, que eram paralelas aos conceitos da língua desenvolvida primitiva e, para seu lugar, deslocou-se o postulado de que nenhuma forma ou variedade é inerentemente superior a um similar seu em termos criteriosamente linguísticos.

A pesquisa variacionista expandiu-se a partir dos estudos de William Labov (2008 [1972]), que concebeu a língua como fator social, dando ênfase a aspectos, até então, sem importância nos estudos linguísticos. O florescimento de uma concepção de língua compreendida como sistema heterogêneo possibilitou a ruptura epistemológica entre a sociolinguística e o modelo estruturalista. A estrutura e a mudança passaram a ser compreendidas como integrantes do fenômeno linguístico, possibilitando a defesa da ideia de que “[...] as línguas não existem sem as pessoas que as falam, e a história de uma língua é a história de seus falantes”. (CALVET, 2002, p. 12)

Labov (2008 [1972], p. 215) aponta que o estudo da língua em seu contexto social insere-se em “[...] uma abordagem da pesquisa linguística que se concentra na língua em uso dentro da comunidade de fala, com vistas a uma teoria linguística adequada para dar conta desses dados”. Nesse momento, a língua passa a ser difundida como uma forma de

comportamento social, já que a variação linguística não é livre, pois obedece a padrões regulares dotados de significação social, que revelam como são refletidos nas línguas e de que maneira as relações sociais são estabelecidas (CHAMBERS, 1996).

O objeto de estudo proposto pela visão sociolinguística rompe com a relação '*estrutura=homogênea*' vigente durante o estruturalismo. Na visão estruturalista, para que a língua pudesse desempenhar suas funções na sociedade seria preciso que ela funcionasse como um sistema de forma unitária e homogênea. Assim, mudança e variação estavam associadas aos processos que poderiam influenciar a funcionalidade da língua.

Labov (2008 [1972], p. 214, grifos nossos) aponta que:

[...] as pressões internas e, estruturais, e as pressões sociolinguísticas agem em alternância sistemática no mecanismo da mudança linguística. Não se pode mais alegar seriamente que o linguista deve limitar suas explicações da mudança às influências mútuas de elementos linguísticos definidos por função cognitiva em mudança é autônomo. [...] podemos afirmar com mais segurança que não é possível realizar uma análise das relações estruturais dentro de um sistema linguístico para só depois recorrer a relações externas.

Compreender a língua enquanto sistema heterogêneo é, com outras palavras, afirmar que a língua apresenta "diversas maneiras alternativas de dizer 'a mesma coisa'" (LABOV, 2008 [1972], p. 221). Diante dessa relação, o ponto inicial para o estudo das estruturas sociais é a comunidade de fala, cujas pessoas inseridas nesse grupo social compartilham traços linguísticos em comum.

Diante das variedades linguísticas perceptíveis em todas as situações possíveis em que há interação, a constatação é a existência de variação. Dessa forma, como diz Labov (2008 [1972], p. 242), "a questão sociolinguística fundamental é suscitada pela necessidade de entender por que alguém diz alguma coisa". Esse apontamento laboviano suscita a evidência de uma teoria cuja análise gire em torno do aspecto social da língua, já que não é possível compreender variação e mudança linguísticas separadas do comportamento social dos falantes.

Para Labov (2008 [1972], p. 298), "a teoria linguística não pode ignorar o comportamento social dos falantes de uma língua tanto quanto a teoria química não pode ignorar as propriedades observadas dos elementos". Essa concepção laboviana surge como uma oposição ao pensamento difundido pelo estruturalismo, dado que o comportamento social dos falantes emerge como ponto crucial para o entendimento dos fatos linguísticos.

Ao definir a linguística como uma ciência que estuda "o signo linguístico no seio da vida social", Saussure (2005 [1916], p.24) considerou a língua social em sua essência e independente do indivíduo, estabelecida por um conjunto de convenções construído

coletivamente. O conceito de vida social para o linguista partia do pensamento de que um fato linguístico deriva de outro fato linguístico; logo, o que fosse “estranho ao sistema” deveria ser deixado de fora, como o caso dos dados externos inculcados no comportamento social.

Esse pensamento fez florescer, então, a noção de um paradoxo, denominado paradoxo saussuriano. Labov (2008 [1972], p. 218) apresenta o paradoxo saussuriano como “o aspecto social da língua é estudado pela observação de qualquer indivíduo, mas o aspecto individual somente pela observação da língua em seu contexto social”. Assim, se a língua é social e os membros da comunidade linguística conhecem a estrutura da língua, então, os indivíduos deveriam obter os dados através do contato coletivo com os outros membros. Ao contrário, os dados de fala deveriam ser coletados mediante a observação do comportamento linguístico dos indivíduos que usam a língua.

Ao longo dos tempos, a linguística de base estruturalista teve seus princípios defendidos seguindo um pensamento estrutural, sistemático e abstrato. Os estudos desenvolvidos deixaram de lado o comportamento social dos falantes, já que a língua era o único objeto de natureza concreta e poderia ser estudada separadamente, diferentemente da fala. Para Labov (2008 [1972], p. 221), “é comum que uma língua tenha diversas maneiras alternativas de dizer a ‘mesma’ coisa”. Esse pensamento implica compreender os múltiplos usos que o falante tende a realizar da língua.

É nesse sentido que a língua se torna viva, real, na qual o dado linguístico só tem sentido quando o enunciado do indivíduo serve como mecanismo para compreender/explicar os usos linguísticos, nem sempre semelhantes, mas variáveis. Com esse pensamento, Labov (2008 [1972]) defende que a *sociolinguística é a linguística*, posto que não podemos separar o estudo da língua, pautado pelos princípios da linguística geral, do aspecto social dessas línguas, ponto de partida para os estudos sociolinguísticos.

2.3 A Língua Como Sistema Heterogêneo

2.3.1 O florescimento do modelo variacionista

A proposta implementada pelos princípios defendidos por Labov (2008 [1972]) buscou considerar a língua em seu uso real, considerando as relações entre a estrutura da língua e os aspectos sociais e culturais intrínsecos ao comportamento social. Por ser uma organização social, a língua não deveria ser compreendida como uma estrutura autônoma, já que o uso linguístico sofre influências do ambiente externo, tais como: contexto situacional, a cultura e a

história dos membros pertencentes a uma comunidade de fala. A proposta teórica postulada por Labov (2008 [1972]) almejou suplantando o idealismo homogeneizante da linguística vigente e propôs um estudo voltado à observação do contexto social, que tinha como objeto de análise a língua em uso, observada e descrita em situações mais informais.

Segundo Tagliamonte (2006, p. 3)

A Sociolinguística argumenta que a língua existe em um contexto, dependente dos falantes que a está usando, e dependendo de onde ela está sendo usada e a razão. Os falantes marcam a sua história pessoal e sua identidade na sua fala, assim como sua situação sócio-cultural, econômica e localização geográfica em um determinado tempo e espaço (Tradução nossa)¹

Variação e mudança passam, portanto, a serem consideradas como elementos imprescindíveis para os estudos das categorias linguísticas, visto que são inerentes às línguas. Conforme esse pensamento, a sociolinguística objetiva compreender quais grupos de fatores poderiam influenciar no processo de variação linguística e como eles se configurariam no contexto em que a variação é descrita. A proposta defende a ideia de que a variação não ocorre por acaso e também não é assistemática, mas condicionada por condicionantes linguísticos e extralinguísticos. Nesse sentido, o estudo da variação estaria centrado no estudo da comunidade de fala e na compreensão de como esses fatores exercem influência no processo de variação dentro dessa comunidade.

A diversidade linguística é, sem dúvida, um atributo funcional e essencial ao sistema linguístico. A tarefa dos estudos sociolinguísticos seria, então, a de inseri-la em seu campo de observação, uma vez que as línguas naturais não são homogêneas e únicas, mas variáveis e passíveis de uma descrição linguística.

Não podemos meramente estudar um fenômeno variável apenas pelo caráter intuitivo, é preciso considerar os dados para depois categorizar os fatos observados. Assim, Labov (2008 [1972], p. 238) considera que:

¹ Sociolinguistics argues that language exists in a context dependent on speakers that are using, and depending on where it is being used and why. Speakers mark their personal history and identity in his speech, as well as its socio-cultural situation, economic and geographical location at a certain time and space.

A existência de variação e de estruturas heterogêneas nas comunidades de fala investigadas está certamente bem fundamentada nos fatos. É a existência de qualquer outro tipo de comunidade de fala que deve ser posta em dúvida. Há um certo mito popular profundamente arraigado entre os linguistas de que, antes deles mesmos entrarem em cena, existia um grupo homogêneo, de único estilo, que realmente “falava a língua”. [...] Mas nos últimos anos fomos obrigados a reconhecer que essa é que é a situação normal – a heterogeneidade não é apenas comum, ela é o resultado de fatores linguísticos fundamentais. Argumentamos que a ausência de alternância estilística e de sistemas comunicativos multiestratificados é que seria disfuncional.

A Teoria da Variação Linguística está pautada em um princípio metodológico capaz de definir e analisar a variante que se quer estudar, assim como os grupos de fatores que condicionam ou não a realização do fenômeno variável através da coleta de dados e sua posterior codificação. Os dados reais de fala comprovam a sistematicidade e a regularidade que os fenômenos linguísticos exercem em meio à diversidade linguística.

Para a Sociolinguística difundida por Labov (2008 [1972]), os dados coletados são de extrema importância para definir o rumo a ser percorrido para que a variante possa ser definida, analisada e descrita. Assim, Labov (2008 [1972], p. 298) defende a não exclusão do comportamento social dos falantes de uma língua e apresenta as consequências para quem não considera o comportamento social do indivíduo “um crescente sentimento de frustração, a proliferação de questões polêmicas e a convicção de que a linguística é um jogo em que cada teórico escolhe a solução que combina com seu gosto ou intuição”.

A diversidade linguística deve ser delimitada por intermédio da observação do uso real da língua segundo parâmetros metodológicos bem definidos. Essa observação permitirá ao pesquisador compreender que as variações linguísticas não estão sujeitas ao acaso e nem à livre escolha do falante. Para Labov (2008 [1972], p. 299) a natureza dos dados “não permite convergência com qualquer outra visão ou confirmação decisiva deles”. O autor ainda defende a ideia de que as realizações linguísticas coletadas seguem um sistema próprio da língua e não mera categorização do pesquisador “[...] é razoável acreditar que são mais do que construção do analista – que *são propriedades da língua em si mesma*. O estado da linguística é de fato promissor se pudermos afirmar isso de qualquer resultado de nossa pesquisa” (Grifo nosso).

Compreender como se caracteriza a comunidade de fala na qual determinado grupo está inserido, assim como os microníveis que fazem parte dessa comunidade torna-se relevante para estudos que se inserem na perspectiva da Teoria da Variação Linguística. Dessa forma, uma pesquisa que busca descrever variantes linguísticas de uma determinada língua deve buscar compreender as relações sociais entre os membros de determinada localidade para que, em seguida, possa estabelecer qual Comunidade de Fala (CF) deve ser a analisada.

2.3.2 Apontamentos sobre o conceito variacionista de Comunidade de fala

O nosso país é marcado pela ampla variedade linguística no português falado. Diante dessa visão variacionista da língua em seus diversos níveis de análise, sejam eles lexicais, fonológicos, morfológicos e sintáticos, é provável que a comunicação entre indivíduos seja plena mesmo que em algumas situações ocorram falhas na comunicação pelo uso de um léxico e/ou expressões incomuns em sua comunidade de fala.

Diante do pressuposto de que a língua é o resultado de um comportamento social e cultural que estão relacionados, essa língua sofre variações de acordo com o meio onde está inserida. Assim sendo, os indivíduos podem realizar variantes de acordo com o seu contato entre os pares, aproximando seus usos linguísticos aos dos outros membros da mesma comunidade.

A Sociolinguística objetiva analisar e sistematizar variantes linguísticas que são empregadas por uma mesma comunidade de fala. Dessa forma, essa concepção teórica que estuda a língua em seu contexto social busca correlacionar aspectos de língua e de sociedade, com o intuito de identificar grupos de falantes que compartilham traços linguísticos em comum. Logo, para a Sociolinguística, a comunidade de fala, e não o indivíduo, torna-se a sua unidade de estudo.

A noção de 'comunidade de fala', cujo surgimento remonta os estudos de linguística histórica, filosofia da linguagem, antropologia, estruturalismo e dialetologia (PATRICK, 2004), adentrou o campo da Sociolinguística a partir da década de 60. A constituição dessa noção auxilia na observação das características que membros de uma comunidade de fala compartilham, relacionando-as aos fatores que atuam na variação e/ou mudança da língua estudada. Dessa forma, são estabelecidas as semelhanças e as diferenças perceptíveis na comunidade em estudo, bem como pretende-se verificar quais traços linguísticos os distinguem de outros falantes.

A busca por uma definição mais plausível de comunidade de fala, que se insira na perspectiva da Sociolinguística recai nos múltiplos pontos de vista que encaminham aos diferentes olhares sobre esse objeto de estudo. Nesse sentido, observam-se contestações sobre questões relacionadas aos limites geográficos ou sociais no que concerne à demarcação do uso da língua. Assim sendo, as definições apresentam-se complexas - ora muito amplas, ora precisas demais -, já que o termo pode reportar-se tanto a grandes ou a pequenas comunidades urbanas quanto a bairros e subgrupos (homens, mulheres, crianças). Além disso, articula-se em torno de aspectos sociais, psicológicos e/ou identificatórios e linguísticos.

Hymes (1974) amplifica a noção de CF quando indica que ela é definida empiricamente a partir de estruturas comunicativas e populacionais, as quais se relacionam às características da língua, da estrutura social (aspectos sociais e culturais) e da personalidade. Igualmente, Gumperz (1996) aponta que há diversidade dentro da comunidade de fala, uma vez que é constituída por inúmeras redes de socialização que estão ligadas aos padrões de uso e de interpretação linguístico.

Outro teórico que buscou apresentar uma definição para CF é Bloomfield (1970 [1929]), cuja noção, segundo ele, seria representada por indivíduos que interagem por meio da fala. Nesse sentido, Bloomfield (1970 [1929], p. 44) diz que “[...] os membros de uma comunidade linguística podem falar de um modo tão semelhante que cada qual pode compreender o outro ou podem se diferenciar a ponto de pessoas de regiões vizinhas chegarem a não se entender uma as outras”².

Diante dessa visão proposta por Bloomfield (1970 [1929]), em que a significação apresenta-se ampla para a constituição do que realmente signifique a CF, Gumperz (2002) busca restringi-la quando argumenta que a CF refere-se a um grupo de falantes que, não necessariamente, precisam falar a mesma língua, já que compartilha um conjunto de normas e regras para o uso da língua. Nesse sentido, o autor aponta ainda que há diferenças entre os membros que estão inseridos nessa comunidade com os outros que não fazem parte desse grupo.

A partir das descobertas implementadas por Labov (2008 [1972], p. 188, grifos nossos), em seus estudos sobre o (r) pós-vocálico na fala de Nova York, o autor propõe que o conceito de comunidade linguística seja revisado, posto que “uma comunidade de fala não pode ser concebida como um grupo de falantes que usam todos as mesmas formas; *ela é mais bem definida como um grupo que compartilha as mesmas normas a respeito da língua*”. O linguista tenderia a optar pela uniformidade das atitudes linguísticas dos falantes e, com isso, definir os limites de uma CF. Assim, garantiria a homogeneidade da comunidade de fala, seu objeto de estudo, e não na língua, posto que é um sistema heterogêneo.

Diante da afirmativa de que os usos linguísticos estão relacionados aos dos outros membros de uma comunidade, uma vez que há certa prioridade ao caráter de ‘consciência’ das atitudes dos indivíduos em relação às normas gramaticais que são compartilhadas pelos membros da CF, Labov (2008 [1972], p. 150, grifos nossos) diz que:

² “[...] the members of a linguistic community can speak of a so similar so that each can understand the other or may differ as to people from neighboring regions reach an not understanding each other”.

A comunidade de fala não é definida por nenhuma concordância marcada no uso de elementos linguísticos, mas sim pela participação num conjunto de normas compartilhadas; estas normas podem ser observadas em tipos de comportamento avaliativo explícito e pela uniformidade de padrões abstratos de variação que são invariantes *no tocante a níveis particulares de uso*. De igual modo, por meio de observações do comportamento linguístico, é possível fazer estudos detalhados da estrutura de estratificação de classe numa dada comunidade.

Labov (2008 [1972]) orienta que a compreensão da língua enquanto construto social implique no estudo tanto da estrutura quanto da evolução da língua dentro do contexto social da comunidade de fala. No entanto, Figueroa (1994) aponta que não existe vínculo objetivo entre o indivíduo e a CF no que concerne à aceitação do caráter ‘consciente’ do falante, já que o primeiro se subordina ao segundo. Neste sentido, seria complexo observar ou até mesmo categorizar o comportamento linguístico, uma vez que seria definido pelo grupo. Perante o fato de que os dados de uma pesquisa sociolinguística são coletados a partir de entrevistas com membros pertencentes a uma determinada CF, fica evidente que não há como conjecturar que a língua se localiza na comunidade.

No que tange ao caráter homogêneo da CF, Romaine (1980) discorda da ideia laboviana, dado que as mudanças não ocorreriam na comunidade, mas seriam fenômenos individuais. Nesse sentido, os indivíduos tenderiam a interagir com diferentes grupos e, portanto, poderiam adotar diferentes características linguísticas. Dessa forma, os diversos valores sociais seriam atribuídos, de forma diversificada, às variantes linguísticas.

Outro ponto crucial apontado pela autora é o fato de que em uma dada CF os fatores linguísticos e extralinguísticos deveriam servir como uma questão de investigação e que não poderiam ser tomados como questão dada. Nesse sentido, Romaine (1980, p. 13) aponta que “em diferentes comunidades de fala, fatores sociais e linguísticos vinculam-se não apenas de diferentes formas, mas em ‘graus’ diferentes”³.

Para Hymes (1972), a noção de CF refere-se ao compartilhamento de, pelo menos, uma variante linguística, tendo em vista as regras de conduta e de interpretação de fala. Portanto, prioriza os aspectos sociais, uma vez que o mesmo indivíduo pode participar de diferentes comunidades de fala. Ao fazer isso, o autor relaciona o conceito de CF às questões sociais, pois não seria suficiente deter-se somente aos fatos gramaticais que regeriam determinadas comunidades.

Gumperz (2002) assume uma proposta de definição para CF diferente de Labov (2008 [1972]). Ao contrário de Labov, que tende a priorizar a atitude dos falantes, Gumperz (2002)

³ “in different speech communities, social and linguistic factors are linked not just in different ways, but in different levels.”

defende que a noção proposta é orientada por usos linguísticos compartilhados por membros de uma comunidade que mantenham certa frequência de interação, já que haveria a possibilidade de que no interior de uma mesma CF coexistissem inúmeras outras comunidades.

Para Milroy (1980, p. 13), a noção de CF apresentada por Labov (2008 [1972]) é um conceito amplo, pois reúne falantes de todas as classes sociais que compartilham uma avaliação das normas linguísticas repartidas na CF. Dessa forma, os estudos com CF que são pautados pelo viés teórico laboviano tendem a conceber os informantes de forma estratificada, relacionando-os à ideia de classes sociais através de categorias sociais, tais como: sexo, idade, escolaridade, classe social.

Dessa maneira, Milroy (1980) aponta que as definições apresentadas tanto por Gumperz (2002) quanto por Labov (2008 [1972]) baseiam-se no compartilhamento de normas de variação de usos linguísticos dentro de uma CF. A caracterização de CF para Milroy aproxima-se da de Labov, no entanto, a diferença basilar recai no fato de que o acordo entre os falantes sobre os usos linguísticos se dá dentro das dimensões das redes sociais. Diferentemente, Labov (2008 [1972]) defende que esse acordo recai dentro da dimensão de classes sociais. Para Milroy (1980), informantes pertencentes a uma mesma classe social compartilham normas linguísticas de acordo com o contexto situacional em que ocorre a interação entre os membros.

De forma mais conciliativa, Patrick (2004) aponta para o fato de que, independente da definição que melhor compreenda a noção de CF, o pesquisador, mediante suas necessidades de pesquisa, poderia tomar como base tanto a noção de comunidade de fala como consensual, conforme Labov (2008 [1972]); ou, contrastiva, como defende Romaine (1980). Isso implicaria defender a hipótese de que não existiria uma definição decisiva sobre CF, todavia, essa significação deveria ser constituída segundo as necessidades do pesquisador. Por sua vez, contrariando a visão mais relacionável de Patrick (2004), Hudson (1980, p. 30) estabelece que “é possível que as comunidades de fala não existam na sociedade, exceto como protótipos na mente das pessoas e, nesse caso, a busca pela definição ‘verdadeira’ de comunidade de fala é apenas uma definição inútil”⁴.

Ao assumirmos que existem inúmeras comunidades linguísticas dentro de um mesmo contexto social, a delimitação do que seja uma comunidade de fala passa a ter uma noção mais ampla. Não podemos desconsiderar que um mesmo indivíduo exerce contato com outras comunidades de fala e que, diante disso, esse membro tende a se identificar mais com um ou com outro grupo social de acordo com a situação do ato enunciativo.

⁴ “it is possible that the communities of speech does not exist in society, except as prototypes in people's minds and, in which case, the search for defining 'real' speech community is just a useless definition”.

Desse modo, seguimos como um apontamento plausível para a nossa Tese a proposição de Patrick (2004), cuja proposta implicaria em uma escolha individual do pesquisador. De acordo com a proposta de pesquisa desta Tese, objetivamos estudar a alternância entre as formas de FP e de PII em construções hipotética, a partir de um *corpus* constituído por informantes pertencentes a uma determinada comunidade de fala: a alagoana. Todavia, não poderíamos excluir o caráter social dos informantes, já que, consoante a proposta de Romaine (1980), acreditamos que os mesmos membros poderiam adotar diferentes características linguísticas, conforme o contexto de uso da língua.

Define-se nesta pesquisa a CF como sendo de caráter heterogêneo por acreditar que os informantes que constituíram esta pesquisa estejam inseridos em múltiplos grupos sociais e, portanto, defendemos que a língua, e não a sociedade, é quem determina o ponto de partida para definir o grupo social.

O subtópico a seguir busca sintetizar os trabalhos desenvolvidos sobre a alternância das formas de FP e de PII em contextos hipotéticos desenvolvidos na perspectiva teórica da Variação Linguística (LABOV, 2008 [1972]). Esses estudos comprovam o caráter heterogêneo da língua e descrevem os resultados obtidos a partir da observação sistemática de comunidades de fala diversificadas.

2.4 As Construções Condicionais e a Alternância Entre as Formas de Futuro do Pretérito (FP) e de Pretérito Imperfeito do Indicativo (PII) na Apódose: Descrição de Pesquisas Desenvolvidas à Luz da Teoria da Variação Linguística

Este tópico objetiva descrever os resultados dos trabalhos desenvolvidos à luz da Teoria da Variação Linguística (LABOV, 2008 [1972]). Para uma descrição mais didática, separamos os trabalhos por região: Nordeste – Santos (2014), Oliveira (2010) e Dias (2007); Sul – Karam (2000) e Silva (1998) e Sudeste – Tesch (2007), Sousa (2007), Barbosa (2005) e Costa (1997).

2.4.1. Nordeste

2.4.1.1. Santos (2014)

Santos (2014) desenvolveu um estudo, sobre a variação entre o FP e o PII, em contexto *irrealis*, a partir da análise das formas simples (FP e PII) e perifrásticas (IRIA + V e IA + V)

no português informal em Feira de Santana, intitulado *A variação entre o futuro do pretérito e o pretérito imperfeito no português falado em Feira de Santana*.

O objetivo da pesquisa foi verificar as variáveis linguísticas e sociais relevantes para a alternância em questão. Os dados selecionados foram submetidos ao programa computacional Goldvarb X (2005), que separou os fatores por ordem de relevância. Os fatores linguísticos considerados para a análise foram: tipo de texto; construção verbal; ambiente sintático-semântico; referência temporal; paralelismo formal e saliência fônica. Os fatores extralinguísticos significativos foram: nível de escolaridade do informante e sexo/gênero dos informantes.

O *corpus* da pesquisa foi retirado do banco de dados do projeto "A Língua Portuguesa do Semiárido Baiano" e contou com 36 entrevistas constituídas por informantes com nível escolar fundamental incompleto, médio e superior. As entrevistas foram gravadas e seguiram a estruturação do tipo Diálogo entre Informante e Documentador (DID). Foram encontradas 424 realizações da alternância entre FP e PII em contexto *irrealis*. Dentre essas realizações, a distribuição geral das variantes ficou: 52% FP e 48% PII. Segundo Santos (2014, p. 80), "percebemos que o uso do pretérito imperfeito tem se destacado nos contextos em que o valor temporal é de futuro do pretérito".

Os resultados, quanto à distribuição geral das variantes aproximaram-se dos de Tesch (2007) e Costa (2003), cujos trabalhos também constataram que a alternância entre FP e PII é bem equilibrada. Santos (2014), assim como Tesch (2007), também separa os verbos não modais dos modais para fins de análise. Para tanto, estes foram rodados separadamente e analisados em seções diferentes.

Referente à relação entre verbos modais e não modais, a pesquisadora apresenta a distribuição das ocorrências das variantes. A maior parte dos dados foi de verbos não modais (73%), ao passo que os verbos modais representaram a menor parte (27%). No conjunto de verbos não modais, separando-se FP de PII, os resultados apontaram 48% de FP e 52% de PII; já referente aos verbos modais, 49% de FP e 51% de PII.

No que tange às variáveis estatisticamente significativas em verbos não modais, a pesquisa revelou a seguinte ordem: tipo de texto; construção verbal; nível de escolaridade; ambiente sintático-semântico; referência temporal; paralelismo formal e saliência fônica.

A variável tipo de texto foi dividida em: sequência narrativa; sequência argumentativa e lista de atitudes hipotéticas. Segundo os dados, quando a sequência era narrativa, houve forte tendência de o PII ser usado, já quando temos uma sequência argumentativa ou lista de atitudes

hipotéticas, o FP foi favorecido. A pesquisa de Santos (2014), nesse aspecto, aproxima-se do trabalho de Tesch (2007).

A construção verbal foi outro fator considerado significativo, segundo a rodada no Goldvarb X (2005). Esse aspecto foi dividido em: formas simples e formas perifrásticas. De acordo com os resultados, enquanto FP favorecia formas simples; o PII, formas perifrásticas.

O ambiente sintático-semântico também foi subdividido: período hipotético em ordem canônica (prótase + apódase); período hipotético em ordem inversa (apódase + prótase); oração independente; oração encaixada com prótase co-ocorrente; orações encaixadas em discurso indireto e outras orações encaixadas. Os dados revelaram que a ordem canônica favorecia o uso de PII, ao passo que a ordem não canônica favorecia o FP. No que diz respeito às orações independentes, o PII não foi favorecido. Em orações encaixadas com prótase co-ocorrente, o uso de PII foi favorecido. E, por fim, nas orações encaixadas em discurso indireto houve predominância de PII. Tais resultados corroboram a hipótese de Oliveira (2010); Costa (2003) e Silva (1998).

A referência temporal ou ponto de referência foi considerado significativo. A pesquisa em estudo dividiu esse fator em: passado e não passado. Assim, os resultados mostraram que o emprego de PII era favorecido quando a referência temporal estava situada no passado; todavia, se estivesse situada no presente ou no futuro (não passado), o uso de FP se destacava.

O paralelismo formal foi dividido na seguinte ordem: ocorrência isolada, primeira ocorrência de uma série, ocorrência idêntica à anterior, ocorrência diferente da anterior e ocorrência precedida de gatilho em FP. Quando a forma estiver isolada, qualquer uma das variantes pode ocorrer; porém, quando os dados encontram-se em cadeia, é mais provável que a primeira ocorrência da série seja FP. O fator ocorrência idêntica à anterior "comprova a tendência de que, com dados em cadeia, uma forma em PII leva a outra forma de PII" (SANTOS, 2014, p. 102). O seu inverso revelou que uma forma de FP leva a uma forma de PII. Em ocorrências precedidas de gatilho em FP, o PII não foi favorecido, ou seja, se um entrevistador usa uma forma de FP, o informante tende a repetir essa mesma forma.

O último fator das variáveis estatisticamente significativas com os verbos não modais foi a saliência fônica, dividida em: verbo *ser*, verbos *ter* e *vir*, verbos de 1ª conjugação, verbos com oposição /r/ vs. /z/ e verbos de 2ª e 3ª conjugações. Os dados mostraram que, das 52 ocorrências com o verbo *ser*, somente 21 foram de PI, as demais foram de FP. Assim, a saliência fônica com o verbo *ser* favoreceu o uso de FP, já os verbos *ter* e *vir* favoreceram o uso de PII. Em verbos de 1ª conjugação e na oposição /r/ vs. /z/, a probabilidade de variação entre FP e PII

aumentou. O uso de PII, segundo os dados, só superou o de FP com verbos de 2ª e 3ª conjugação.

No que tange às variáveis estatisticamente significativas em verbos modais, encontramos: tipo de texto, nível de escolaridade do informante e sexo/gênero do informante. Nesse item, os resultados comprovaram que os verbos modais inibiam o uso das formas perifrásticas. No que se refere ao tipo de texto, a sequência narrativa novamente apareceu como favorecedora de PII, porém os dados referentes à lista de atitudes hipotéticas favoreceram o uso de FP, diferentemente dos verbos não modais.

O nível escolar dos informantes foi dividido da seguinte maneira: ensino fundamental incompleto, ensino médio e nível superior. Os dados revelaram que tanto os informantes com nível fundamental incompleto quanto os que tinham o ensino médio usaram mais o PII. Contudo, os que possuíam nível superior tendiam a utilizar mais o FP.

Ao sistematizar os resultados, Santos (2014, p. 123) apontou que muitos estudos já foram desenvolvidos para descrever a alternância em estudo, porém "[...] esses resultados não são conclusivos, por isso é necessário que outras pesquisas sejam realizadas no português brasileiro em prol da sistematização dos usos dessas variantes".

2.4.1.2 Oliveira (2010)

Em sua dissertação de mestrado, intitulada *A alternância entre o futuro do pretérito e o pretérito imperfeito do indicativo na oração principal em contextos hipotéticos na fala de alagoanos*, Oliveira (2010) buscou descrever a alternância entre os verbos de futuro do pretérito e do pretérito imperfeito do indicativo em construções hipotéticas na fala de alagoanos.

O *corpus* da pesquisa foi constituído especificamente para o estudo em questão. Foram coletadas 48 entrevistas selecionadas a partir das variáveis sexo, idade (15 a 30 anos, 31 a 45 anos e 46 a 61 anos) e escolaridade (fundamental e superior). As variáveis linguísticas da pesquisa foram: paralelismo formal e ordem dos constituintes (prótase + apódase - ordem canônica; apódase + prótase - ordem não canônica). Objetivou-se, portanto, descrever os condicionantes linguísticos e não linguísticos que influenciavam a alternância de um tempo verbal pelo outro.

Após a constituição do *corpus* e a codificação dos dados, os dados foram rodados no Goldvarb X. Para a seleção das variáveis consideradas estatisticamente significativas foram realizadas duas rodadas. Uma como aplicação de regra para FP e a outra para PII. Após as duas rodadas e a comparação entre os resultados, as variáveis consideradas significativas foram:

escolaridade, ordem da sentença, idade e sexo. O paralelismo formal foi considerado não significativo pelo programa computacional. O *corpus* da pesquisa descrita foi composto por 589 realizações, distribuídas nos seguintes tempos verbais: FP (61%) e PII (39%). Verificou-se que o FP foi mais recorrente na fala de alagoanos em situações hipotéticas, porém pode-se constatar que as duas formas se alternavam. O estudo não se deteve em descrever e separar para a análise os verbos modais dos não modais nem analisou ocorrências perifrásticas.

Na descrição e discussão dos resultados, a variável escolaridade, fator mais significativo, mostrou que informantes com nível fundamental usavam o PII ao passo que os com nível superior, o FP.

O fator ordem da sentença foi dividido em ordem canônica e ordem não canônica. A partir dos resultados, o FP era favorecido quando se tratava da ordem não canônica; ao passo que a ordem canônica tendia a favorecer tanto o FP quanto o PII. Os resultados obtidos aproximaram-se dos trabalhos desenvolvidos por Tapazdi e Salvi (1998), que analisaram as realizações de FP e PII em construções condicionais. Segundo os autores (1998), no PB (Português Brasileiro) há maior realização de FP na apódose e, no PE (Português Europeu) a frequência de uso seria maior em verbos de PII.

O fator idade confirmou a hipótese inicial da pesquisa: informantes com idades entre 15 a 30 anos tendiam a utilizar o PII. Isso também foi verificado com os dados de informantes pertencentes ao grupo de 46 a 61 anos. O grupo intermediário (31 a 45 anos) utilizou o FP. Os dados obtidos referentes à idade corroboraram com as pesquisas de Costa (1997) e Silva (1998), pois a variante PII foi mais empregada entre os informantes mais jovens.

No que se refere à variável sexo, a pesquisa apontou que as mulheres seriam mais propensas ao uso padrão (FP) e os homens apresentariam maior ocorrência de PII. Vários estudos comprovam os resultados obtidos, uma vez que “as mulheres demonstram maior preferência pelas variantes linguísticas mais prestigiadas socialmente” (PAIVA, 2012, p. 34; SCHERRE, 1998, p. 254; FISCHER 1958).

O estudo da alternância verbal entre o FP e o PII em Alagoas contribuiu significativamente para que o fenômeno variacional pudesse ser melhor compreendido. Dessa forma, a ampliação das variáveis linguísticas poderia complementar o estudo em tela, bem como promover a inclusão das categorias TAM (Tempo, Aspecto, Modalidade) para uma análise mais acurada sobre essa alternância verbal.

2.4.1.3 Dias (2007)

Outra pesquisa que buscou descrever a alternância entre o FP e o PII foi o trabalho de Dias (2007). Sua dissertação objetivou o estudo da variação e da funcionalidade modo-temporal entre o PII e o FP na função de eventualidade em construções hipotéticas. Para a descrição e análise dos dados foi utilizado o *corpus* de língua falada do Banco de Dados PORCUFORT (Português Oral Culto de Fortaleza), organizado pelo professor José Lemos Monteiro. Foram utilizados 60 inquéritos que, segundo a autora, estavam divididos em: elocução formal, diálogo entre dois informantes e diálogo entre informante e documentador, constituídos por informantes adultos da cidade de Fortaleza (DIAS, 2007).

A pesquisa buscou constatar quais os fatores condicionantes para alternância entre os tempos verbais. De acordo com Dias (2007), foram averiguados os princípios funcionalistas *marcação* e *iconicidade* no que se refere à codificação estrutural (forma simples/forma perifrástica) e à ordem (prótase + apódose ou apódose + prótase); as categorias tempo, aspecto, modalidade e referência por meio da análise das situações codificadas pelo FP ou pelo PII, considerando-se: estrutura temporal, tipo de verbo, graus de certeza (atitude do falante).

Os resultados e a análise foram explicados seguindo os pressupostos teóricos da Sociolinguística (LABOV, 2008 [1972]) e da Teoria Funcionalista, na concepção givoniana (GIVÓN, 1968; 1933; 1995 e 1996). Para a rodada dos dados coletados foi utilizado o programa computacional VARBRUL (PINTZUK, 1998).

Para a descrição da alternância entre o FP e PII, em orações nucleares das hipotaxes adverbiais condicionais foram considerados os seguintes fatores de controle: a) ordem, b) iconicidade (icônico e não icônico), c) tipo de inquérito (diálogo entre dois indivíduos (D2), diálogo entre informante e documentador (DID) e elocução formal (EF), d) grau de certeza, e) tipo de verbo, f) sexo, g) estrutura temporal, e h) uso ou não de perífrase verbal.

O programa VARBRUL considerou como significativas as seguintes variáveis: tipo de inquérito e iconicidade. No que se refere à variável tipo de inquérito, tanto as elocuições formais quanto o diálogo informante documentador influenciaram o uso de FP, ao passo que o diálogo entre dois informantes condicionou o uso de PII. Outro fator significativo foi a iconicidade. Nessa variável, a ordem icônica favoreceu o uso de PII; a ordem não icônica o de FP. A autora (2007) concluiu que a alternância entre o FP e o PII, na fala culta de Fortaleza, a partir de situações de eventualidade das hipotaxes adverbiais condicionais, seria um fenômeno variacional condicionado pelo tipo textual e pela iconicidade.

2.4.2 Sul

2.4.2.1 Karam (2000)

Karam (2000), em sua pesquisa intitulada *A variação entre o futuro do pretérito, o imperfeito e a perífrase com o verbo ir na fala do RS* objetivou descrever a variação entre o futuro do pretérito, o pretérito imperfeito e da perífrase verbal com o verbo *ir* na fala do Rio Grande do Sul. Para tanto, foram analisadas quatro cidades do Rio Grande do Sul: Flores da Cunha, Panambi, São Borja e Porto Alegre.

O *corpus* da pesquisa foi selecionado junto ao banco de dados do projeto VARSUL (Variação Linguística Urbana na Região Sul do Brasil) para a sistematização e a descrição do fenômeno em questão. O estudo teve como questionamentos: a variação entre o FP e PII seria uma variação estável e a perífrase uma mudança em curso? Logo, fatores linguísticos e sociais estariam influenciando a escolha do falante por uma dessas formas verbais?

Para a análise do *corpus* e discussão dos resultados, os dados foram rodados no programa computacional VARBRUL (PINTZUK, 1998). Para tanto, foram desenvolvidas duas rodadas: a primeira foi binária (futuro do pretérito vs. imperfeito) e a segunda foi uma rodada ternária (futuro do pretérito vs. imperfeito vs. perífrase).

Os grupos de fatores linguísticos considerados para a pesquisa foram: modalidade, paralelismo formal e estrutura temporal. Já os sociais foram: sexo e idade. A análise quantitativa dos dados apontou que, no que se refere à variável modalidade, a modalidade epistêmica favorecia a perífrase verbal, já que indicaria maior futuridade.

O fator paralelismo formal evidenciou que formas verbais iniciadas por FP levariam, a partir de verbos em cadeia sequencial, a PII, pois as formas de FP inibiam o uso de formas similares nas orações seguintes. A estrutura temporal foi considerada o fator mais influente para a variação em estudo. Quando a referência e o momento eram representativos do tempo passado, o PII foi favorecido.

Vale salientar que, nesse estudo, quando a rodada estatística foi binária, as variáveis extralinguísticas foram consideradas pelo programa como não significativas. Todavia, quando ternária, os dados revelaram que a perífrase com o verbo *ir* era mais recorrente em mulheres e com os informantes mais jovens. Dessa forma, a autora (2000), objetivando explicar a hipótese principal da pesquisa, propôs que os dados referentes aos verbos perifrásticos indicariam uma possível mudança em curso.

Em sua conclusão, a autora incitou o desenvolvimento de novas pesquisas a fim de ampliar os parâmetros para uma possível mudança em curso, quando a oração é perifrástica, em específico, com o verbo *ir*.

2.4.2.2 Silva (1998)

Em sua dissertação intitulada *A alternância entre o pretérito imperfeito e o futuro do pretérito na fala de Florianópolis*, Silva (1998) desenvolveu, em uma perspectiva sincrônica, uma pesquisa sobre a alternância verbal –va –ia/ –ria entre falantes florianopolitanos. A autora descreveu o uso das variáveis, correspondentes às formas de FP e de PII, a partir da análise de verbos únicos e locuções, identificando os contextos discursivos em que se manifestavam.

A autora delimitou (1998), em sua pesquisa, as variáveis em estudo e apontou três possibilidades de variação:

1. Uso do pretérito imperfeito pelo futuro do pretérito (valor: certeza sobre os fatos futuros);
2. Uso do futuro do pretérito pelo pretérito imperfeito (valor: incerteza sobre os fatos passados);
3. Uso de uma ou de outra dessas formas pelo presente (valor: polidez).

Para melhor exemplificar as variantes em análise, a autora (1998) apresentou as seguintes frases⁵:

- (4) Se eu tivesse o problema que eu já tive, tivesse o INPS, eu já tinha morrido, ó, muito tempo.
- (5) Se a minha filha ficasse grávida, não casasse, se ela quisesse optar por querer tirar o filho, eu jamais eu ia querer, eu ia querer meu neto. Mas uma coisa que ela não quisesse mesmo, que ela própria rejeitasse a criança, eu faria isso aí, eu levava ela lá e tirava o neném e pronto.

A autora investigou tanto o paralelismo formal quanto o grau de formalidade. Nesse último, analisou essa variável por considerar que alguns contextos de entrevistas são menos formais por se tratar, apenas, de relatos sobre experiências pessoais vividas, contudo, há momentos em que o informante emite uma opinião, o que mostra mais formalidade sobre o que é argumentado.

Silva (1998) considerou que se deve observar a forma verbal utilizada pelo entrevistador para que o “efeito gatilho”, ou seja, quando o informante tende a usar o mesmo tempo verbal

⁵ Todos os exemplos foram retirados de Silva (1998).

que o entrevistador usou na fala ou na pergunta, não ocorra. O exemplo (6) ilustra a influência da fala do entrevistador na fala do entrevistado:

- (6) E: E se você fosse votar hoje, em quem você votaria?
Se eu fosse votar hoje, votaria nele também. Mas eu votaria nesse, como é que tu falaste?

Os dados evidenciaram que as locuções verbais foram formas mais recorrentes da alternância entre PII e FP. Além disso, a autora constatou que houve maior incidência de -ia do que de -ria.

Silva confirmou sua hipótese de que PII leva a PII e FP leva a FP, conforme o grupo de fatores paralelismo formal. A autora, em sua dissertação (1998, p. 30), apontou que “no ambiente sintático, a distribuição da ordem canônica (prótase + apódose) leva ao emprego de PII, ao passo que a alteração dessa ordem (apódose + prótase) condiciona o uso de FP”. Silva (1998) constatou, assim como Costa (1997), que as perífrases (ia + infinitivo; iria + infinitivo) ocorrem em orações encaixadas do discurso indireto e que o PII (ia + infinitivo) é preferencialmente empregado pelos mais jovens.

2.4.3 Sudeste

2.4.3.1 Sousa (2007)

Sousa (2007), em sua pesquisa intitulada *A alternância entre o pretérito imperfeito e futuro do pretérito na expressão da hipótese*, teve por objetivo analisar a alternância entre o pretérito imperfeito e o futuro do pretérito do indicativo a partir de dados escritos, num *corpus* constituído de duas partes: a primeira composta por excertos de correspondências entre a Coroa Portuguesa e autoridades da Coroa no Brasil durante o século XVIII; a segunda, por redações produzidas por alunos da segunda série do ensino médio dos Colégios Academia de Comércio e João XXIII durante o ano de 2006.

Num segundo momento da pesquisa, a proposta foi ampliada com redações de alunos de 2º e 8º períodos do Curso de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora. Com este questionário, o objetivo principal da pesquisadora (1998) foi o de confirmar se ainda se faz a correção sistemática do uso do imperfeito em vez do futuro do pretérito na expressão da hipótese.

Por fim, foram selecionados alguns trechos de produções das diferentes séries analisadas e foi montado um questionário proposto a vários professores de Língua Portuguesa, no qual esses profissionais deveriam indicar qual (is) correção (ões) fariam nos referidos trechos. Tal questionário visava verificar qual tem sido a tendência do comportamento da escola em relação ao fenômeno estudado e confirmar se ainda se faz a correção sistemática do uso do imperfeito em vez do futuro do pretérito na expressão da hipótese.

O questionário apresentava textos produzidos por alunos de vários níveis em que o fenômeno em questão ocorria. Dessa forma, foi pedido aos professores que indicassem as correções necessárias para os textos produzidos. Segue abaixo um trecho abordado e uma indicação de correção⁶:

O legislativo devia criar leis para que essas empresas fizessem ajustes no seu espaço físico, no entanto essa questão tem andado muito pouco e desmotivando aqueles que necessitam dessas mudanças para viver em sociedade (R. F. 2º ano do ensino médio, PB.).

Abaixo é apresentada a correção proposta pelo 1º professor:

Eu corrigiria, neste trecho, a seleção da palavra andado, assim como a falta do paralelismo sintático promovido pela palavra desmotivando. (Professor: R., 24 anos, mestre em Letras – Linguística, B/C, tempo de docência: 3,5 anos. Trabalha com ensino médio, Educação de Jovens e Adultos, o antigo supletivo e também Universitários). [Grifo da autora]

Como podemos observar na correção do 1º professor, ele não faz nenhuma menção de corrigir o tempo verbal que deve utilizado pela aluna. Mais adiante, em outro trecho apresentado pela autora (1998), o primeiro professor corrige o uso do verbo *dever* e justifica, de modo interessante, que o faz, segundo a autora, por uma questão de paralelismo formal e não de certo ou errado.

Verifica-se, abaixo, mais um trecho e, em seguida, seu respectivo comentário proferido pelo 1º professor:

⁶ Estes trechos e suas devidas correções encontram-se na dissertação de Sousa (2007).

Mas ainda muito poderia ter sido feito; as salas de aula das escolas poderiam ter um seu espaço rearranjado, os professores deviam ser orientados para tratar adequadamente os alunos deficientes e as crianças que apresentassem hostilidade contra esses alunos deviam ser acostumadas a conviver bem com eles. (L.F.B. 2º período, UFJF).

Aqui, eu sugeriria os dois pontos no lugar do ponto e vírgula, corrigiria o artigo indefinido antes do pronome possessivo seu, assim como orientaria esse (a) aluno (a) a manter o eixo de coerência nesse período, isto é, se ele (ou ela) começou usando o tempo verbal futuro do pretérito, poderia – indicador de condição e/ou hipótese, que o faça em todo o trecho, substituindo o imperfeito deviam por deveriam⁷. (Professor: R., 24 anos, mestre em Letras – Linguística, B/C, tempo de docência: 3,5 anos. Trabalha com ensino médio, Educação de Jovens e Adultos, o antigo supletivo e também Universitários).

Segundo Sousa (2007), a maioria dos professores indicou que faria a correção do uso do imperfeito na referida posição. Porém, segundo ela, algumas ocorrências do fenômeno passaram despercebidas pelos professores. Embora, muitas vezes, ainda se faça a correção seguindo os parâmetros gramaticais, o uso do imperfeito já é aceito em algumas ocorrências, provavelmente sendo visto como uma variante menos formal, mas não incorreta.

A análise do material obtido focalizou os processos de expressão da hipótese por meio dos tempos verbais acima citados e levou em consideração fatores como: sexo, escolaridade, situação socioeconômica dos alunos e contexto de produção. Posteriormente à análise do *corpus*, Sousa (2007) optou por trabalhar com os dados percentuais com objetivo de melhor ilustrar a questão da alternância entre os tempos verbais trabalhados.

No segundo ano do ensino médio, foram trabalhadas 14 redações de alunos do Colégio de Aplicação João XXIII; em 15 delas (62,5%) apareceram os tempos verbais estudados na pesquisa de Sousa (2007). No Colégio Academia de Comércio, o volume inicial foi de 41 produções e os tempos estudados nesse trabalho apareceram em 15 delas (36,5%). Somadas as realizações dos dois colégios houve um total de 65 produções, dentre as quais foram analisadas apenas 30.

Pela análise de textos produzidos, a autora (2007) obteve os seguintes resultados:

- 33 ocorrências do uso do PII com ideia de continuidade;
- 70 ocorrências de FP para expressar hipótese;
- 12 ocorrências de PII para expressar hipótese.

⁷ Grifos da autora.

Sousa (2007), ao se referir à alternância entre essas formas verbais, apontou que ela não se configurava de forma aleatória, já que a variação era guiada pela necessidade expressiva dos falantes, de acordo com suas diferentes necessidades comunicativas.

Nesse trabalho, a ocorrência do imperfeito com ideia de continuidade prevaleceu, tanto nas correspondências do século XVIII quanto nas redações produzidas no ano de 2006, mas é perceptível sinais de alternância entre o PII e o FP para expressar hipótese.

2.4.3.2 Tesch (2007)

Tesch (2007), em sua dissertação de mestrado, busca analisar a variação entre as formas de FP e de PII, no âmbito da *irrealis*, na fala capixaba. Os tipos de construções foram divididos em dois: sintéticas (amaria e amava) e perifrásticas (iria amar e ia amar).

O *corpus* da pesquisa pertence ao banco de dados do projeto *O português falado na cidade de Vitória*, PortVix, que contém 46 entrevistas com informantes nativos da capital do Espírito Santo, Vitória, estratificados a partir das seguintes variáveis: sexo, idade e escolaridade.

Ao comparar a alternância entre o FP e o PII, a autora (2007) constatou que a variação não era binária, pois paralelamente às formas sintéticas ocorriam às perifrásticas. Ademais, os verbos modais foram separados dos verbos não modais para fins de análise. A pesquisa foi dividida, portanto, em quatro variantes: (1) futuro do pretérito na forma sintética (FP), (2) pretérito imperfeito do indicativo na forma sintética (PII), (3) futuro do pretérito na forma perifrástica (IRIA + V) e (4) pretérito imperfeito do indicativo na forma perifrástica (IA + V). Para a obtenção dos pesos relativos foram realizadas três rodadas no programa: 1) FP em detrimento de PII e IA + V, 2) PI em detrimento de FP e IA + V e 3) IA + V em detrimento de FP e PII.

O estudo desenvolvido por Tesch (2007) objetivou estudar a alternância verbal entre o FP e o PII a partir de variáveis linguísticas (paralelismo, tipo de texto e saliência fônica) e extralinguísticas (sexo, faixa etária e escolaridade). Ao todo foram encontradas 1080 realizações dessa alternância com valor de *irrealis* que foram submetidas ao pacote computacional Goldvarb (2001). A distribuição percentual das realizações verbais foi de 41% de FP, 38% de PII e 21% de IA + V. O termo percentual para a variante IRIA + V não foi significativo. Ao amalgamar as formas sintéticas e as perifrásticas foi possível verificar a preferência dos informantes pelas formas de PII. Dessa forma, pode-se constatar que a

alternância verbal, inserida no contexto do *irrealis*, é mais recorrente com o PII quando amalgamada. Separadamente, o FP suplanta o PII.

A partir do resultado de significância do Goldvarb (2001), as variáveis linguísticas selecionadas como significativas obedeceram a seguinte ordem de relevância: 1) paralelismo, 2) tipo de texto, 3) saliência fônica. Já no que diz respeito aos grupos de fatores extralinguísticos a ordem é : 1) gênero/sexo, 2) escolaridade e 3) faixa etária.

Os dados decorrentes da rotação no programa computacional evidenciaram o fator paralelismo como sendo o mais significativo para as três variantes em estudo. Segundo a pesquisadora, a presença de uma forma verbal levaria a outra semelhante nos seguintes contextos: ocorrências no discurso do próprio informante; precedida de efeito gatilho (quando o entrevistador faz uso de uma das variantes). Dessa forma, a ocorrência isolada favoreceria a forma perifrástica IA + V; quando temos ocorrências em sequência (efeito gatilho), os dados revelaram que FP leva a FP e PII a PII. Nas ocorrências em cadeia, FP leva a FP, PII a PII e IA + V leva a IA + V (TESCH, 2007).

Outro grupo de fatores significativo para a análise foi a variável tipo de texto, que foi dividida em: sequências narrativo-descritivas, sequências argumentativas e lista de atitudes hipotéticas. Dos fatores analisados, as sequências argumentativas e a lista de atitudes hipotéticas propiciaram o uso de FP. As sequências narrativo-descritivas, por outro lado, favoreceram o uso de PII.

No que tange à saliência fônica, Tesch (2007) considerou que a conjugação do verbo é um fator linguístico associado à variação e está relacionado à saliência fônica. Para fins de análise dos dados, a variável foi dividida em cinco fatores: verbo *ser*, verbos *ter* e *vir*, verbos com forma infinitiva na 1ª conjugação (-ria vs. -va), verbos terminados em /r/ vs. /z/ e verbos com forma infinitiva na 2ª e 3ª conjugações (-ria vs. -va). O verbo *ser*, considerado como a forma verbal mais saliente, favoreceu o uso de FP, ao passo que os verbos *ter* e *vir* e os verbos com forma infinitiva na 2ª e 3ª conjugações foram condicionados pelo PII. Por fim, os verbos terminados em /r/ vs. /z/ favoreciam o tempo verbal de FP.

A extensão lexical foi outra variável considerada significativa. Os resultados evidenciaram que os verbos monossilábicos favoreciam o uso de PII, todavia, verbos com duas sílabas tenderiam a favorecer o FP. A forma perifrástica IA + V não fora considerada pelo Goldvarb (2001), porém os dados mostraram que ocorre com verbos mais longos. Vale salientar que com o verbo monossilábico *ser*, o FP foi favorecido devido a influência da variável saliência fônica.

No que se refere ao ambiente semântico-discursivo do verbo foi possível verificar que nas orações encaixadas em discurso indireto tanto as formas perifrásticas IA + V quanto o FP foram favorecidos. O período hipotético condicionou o FP, contudo a oração encaixada em prótase implícita influenciou o uso de PII.

A variável idade foi representada pelos fatores: 07 a 14 anos, 15 a 25 anos, 26 a 49 anos e 50 anos ou mais. Nessa variável, os mais jovens utilizaram a forma perifrástica, tendo em vista as inovações linguísticas. Os mais velhos, entretanto, preferiram a forma verbal de PII. O nível escolar apontou que os informantes com o nível médio e superior foram os maiores realizadores das formas de FP, porém os com nível fundamental favoreceram o uso de PII.

2.4.3.3 Barbosa (2005)

Barbosa (2005), em sua dissertação intitulada *A variação entre futuro do pretérito e pretérito imperfeito do indicativo em orações condicionais iniciadas por se na fala de Uberlandenses*, procurou identificar quais condicionantes linguísticos e extralinguísticos favoreceriam uma forma em detrimento da outra. Para tanto, a autora (2005) partiu de um recorte da língua falada no Português do Brasil, investigando, assim, a região do Triângulo Mineiro do estado de Minas Gerais, mais especificamente a cidade de Uberlândia. O envelope de variação de sua pesquisa foi composto por variáveis linguísticas e não-linguísticas, sendo os grupos de fatores linguísticos: o tamanho da oração; a ordem da sentença e paralelismo formal; e os fatores não-linguísticos: classe social e faixa etária.

A partir das considerações realizadas pela autora (2005), constatou-se que a hipótese geral do trabalho, a de que o PII era empregado em substituição ao futuro do pretérito em orações condicionais na língua falada, foi confirmada, pois foram encontradas 67 realizações, o que representaram, quantitativamente, 55,3% de ocorrências de FP e 44,3% de ocorrências de PII. Os termos percentuais revelaram que a variação em questão é significativa na língua falada em Uberlândia.

Verificou-se que o PII aparecia na fala do informante, independentemente do tamanho da oração e da ordem da sentença. Os dados revelaram que o paralelismo favorecia o emprego de PII e o não-paralelismo favorecia o emprego de FP.

Em relação à classe social, a classe mais baixa condicionou o uso de PII, ao passo que as classes média e alta tiveram frequência maior em relação à FP. Por outro lado, em relação à faixa etária, houve maior incidência de PII na faixa etária acima de 45 anos. Além disso, as

faixas etárias de 20 a 30 anos e de 31 a 45 anos obtiveram uma frequência significativa em relação à FP.

2.4.3.4 Costa (1997)

Costa (1997), em sua dissertação intitulada *A variação entre formas de futuro do pretérito e de pretérito imperfeito no português informal no Rio de Janeiro*, em uma perspectiva variacionista, procurou identificar ambientes linguísticos, fatores sociais e discursivos que levassem à preferência de um tempo verbal em relação ao outro.

Nesse estudo, o PII, acompanhando a preferência por textos narrativos, era favorecido em se tratando de tempo passado e o FP era condicionado por contextos que remetiam a um tempo futuro. Segundo a autora (1997), o chamado período hipotético era constituído pela oração condicional, conhecida como “prótase”, mais uma oração principal, chamada de “apódose” ou “oração condicionada”.

Abaixo, são apresentados os exemplos da autora que mostram alguns ambientes de períodos hipotéticos:

(7) ... se isso acontecesse eu pirava de vez, sabia?

(8) Sendo necessário, faria regime para emagrecer.

Os exemplos (7) e (8) exemplificam os dois diferentes ambientes em que a apódose pode aparecer no que diz respeito às construções hipotéticas e a alternância entre as formas verbais de FP e de PII. No exemplo (7) há um período hipotético iniciado por *se*, o que caracteriza a ordem canônica (prótase + apódose), já o exemplo (8) representa a inversão dessa construção (apódose + prótase), período hipotético iniciado por oração reduzida de gerúndio.

Vale ressaltar também que nos exemplos com as orações principais, apresentados pela autora (1997), houve alternância entre as formas de FP e de PII. Segundo Costa (1997), o FP também varia com o PII em orações principais denotadoras de *irrealis*, como nos exemplos (9) e (10), retirados de sua dissertação.

(9)... seria pior deixar que ele fosse cada vez mais se envolvendo...

(10)... Aí, minha mãe falou: Pôxa, era uma boa que você continuasse porque...

Outro ambiente sintático-semântico que Costa (1997) propôs investigar foi o ambiente das orações encaixadas. No que se refere às orações adjetivas, a autora disse que a variação

ocorria em contextos de discurso indireto, cujo núcleo da oração principal seria um verbo *discendi*, como no exemplo (11), ou um verbo de opinião, conforme exemplo (12):

(11) ... chamamos ela, ela disse que não ia vir.

(12) Acho que eu não teria coragem de viajar em navio.

Foi investigada, também, a variação dos tempos verbais em diferentes ambientes linguísticos: no período hipotético, na oração principal, nas orações encaixadas e nas orações independentes.

Assim, as variações encontradas pela a autora foram⁸:

(13) Pretérito Imperfeito Simples (Imp)
(Se eu fosse você, só usava Valisére)

(14) Pretérito Imperfeito em Perífrase (Ia+V)
(Se eu fosse você, só ia usar Valisére)

(15) Futuro do Pretérito Simples (FP)
(Se eu fosse você, só usaria Valisére)

(16) Futuro do Pretérito em Perífrase (Iria+V)
(Se eu fosse você, só iria usar Valisére)

Diante das ocorrências observadas nos exemplos acima, concluiu-se que as perífrases de imperfeito e de futuro não são simplesmente formas substitivas dos tempos, pois possuem contextos linguísticos e sociais próprios.

Outra conclusão a que a autora chegou foi sobre a possibilidade de FP ser mais conservadora, pois, de acordo com seus resultados, esta é a variante usada pelos mais velhos e pelos que têm um nível escolar mais alto.

Tal resultado difere do encontrado por Barbosa (2005), uma vez que a forma de PII teve maior incidência na faixa etária de 45 anos. Já o FP, segundo Barbosa (2005), teve maior frequência entre os informantes com idade mais baixa. As formas perifrásticas de FP (IRIA+V) foram mais usadas pelos mais velhos, ao passo que a variante de PII (IA+V) possuía traços próprios de uma classe inovadora, formada predominantemente entre os mais jovens, e típicos da fala.

⁸ Exemplos 13 - 16 extraídos de Costa (1997, p. 12).

Os resultados obtidos por Costa (1997) revelaram que o PII é variante própria de texto narrativo e o FP, é a forma mais usada em textos argumentativos.

2.5 Quadro Resumitivo dos Estudos Desenvolvidos sobre as Construções Hipotéticas no Português Brasileiro: Estudos Variacionistas e Funcionalistas

Esse subtópico objetiva desenvolver um quadro sintetizador dos trabalhos desenvolvidos sobre a alternância dos tempos verbais de futuro do pretérito e de pretérito imperfeito do indicativo em construções condicionais: estudos variacionistas e funcionalistas.

Para tanto, os estudos são apresentados por ordem de publicação (do mais atual para o mais antigo) e descritos em duas Tabelas complementares. Os estudos referidos compreendem três regiões do Brasil: Nordeste, representado pelos trabalhos desenvolvidos por Santos (2014) – Feira de Santana/BA; Brito (2014) – Rio Grande do Norte/RN, Oliveira (2010) – Alagoas/AL e Dias (2007) – Fortaleza/CE; Sul, sistematizado pelos estudos desenvolvidos por Karam (2000) – Rio Grande do Sul/RS e Silva (1998) – Florianópolis/SC; por fim, temos as pesquisas implementadas na região Sudeste, com os trabalhos desenvolvidos por Sousa (2007) – Juiz de Fora/MG, Tesch (2007) – Vitória/ES, Barbosa (2005) – Uberlândia/MG e Costa (1997) – Rio de Janeiro/RJ. Entretanto, nas regiões Norte e Centro-Oeste não foi possível encontrar nenhum trabalho que descrevesse a alternância entre as formas de FP e PII.

Descrevemos a seguir as pesquisas realizadas em comunidades de fala diversas a partir das modalidades oral e escrita. Com esse quadro sinóptico é possível depreender uma noção ampla das pesquisas, assim como ter acesso ao link dos trabalhos desenvolvidos.

Quadro 1 - Sinopse das pesquisas desenvolvidas sobre a alternância entre as formas verbais de FP e de PII: estudos variacionistas e funcionalistas (Parte 1) - Continua

	Título e autor	Ano da Pesquisa	Nível acadêmico	Comunidade de fala	Modalidade de Estudo	Variável Dependente	Perspectiva Teórica
1	A variação entre o futuro do pretérito e pretérito imperfeito no português falado em Feira de Santana. Pesquisadora: Aline da Silva Santos	2014	Mestrado UEFS	Feira de Santana - BA	Língua Falada	Formas simples (FP e PI) Formas perifrásticas (IRIA + V; IA + V)	Teoria da Variação Linguística (LABOV, 2008 [1972])
2	A expressão do condicionado contrafactual em construções ‘Se P, então Q’ no português brasileiro. Pesquisadora: Nara Jaqueline Avelar Brito.	2014	Mestrado UFRN	Português Brasileiro	Língua Falada	Formas simples (FP e PII); Formas perifrásticas (IRIA + V; IA + V)	Sociofuncionalismo
3	A alternância entre o futuro do pretérito e o pretérito imperfeito do indicativo em contextos hipotéticos na fala de alagoanos. Pesquisador: Fernando Augusto de Lima Oliveira.	2010	Mestrado UFAL	Alagoas - AL	Língua Falada	Formas simples (FP e PII)	Teoria da Variação Linguística (LABOV, 2008 [1972])
4	A alternância entre o pretérito imperfeito e futuro do pretérito na expressão da hipótese. Pesquisadora: Fernanda Cunha Sousa.	2007	Mestrado UFJF	Juiz de Fora – MG	Língua Escrita	Futuro do pretérito – com valor de modalização; Futuro do pretérito – com ideia de hipótese; Imperfeito – com ideia de passado; Imperfeito com ideia de hipótese.	Teoria da Variação Linguística (LABOV, 2008 [1972])

Quadro 1 - Sinopse das pesquisas desenvolvidas sobre a alternância entre as formas verbais de FP e de PII: estudos variacionistas e funcionalistas (Parte 1) - Continua

	Título e autor	Ano da Pesquisa	Nível acadêmico	Comunidade de fala	Modalidade de Estudo	Variável Dependente	Perspectiva Teórica
5	A variação no âmbito do irrealis entre as formas do futuro do pretérito e pretérito imperfeito do indicativo na fala capixaba. Pesquisadora: Leila Maria Tesch.	2007	Mestrado UFES	Vitória–ES	Língua Falada	Formas sintéticas (FP e PII) Formas perifrásticas (IRIA + V; IA + V)	Teoria da Variação Linguística (LABOV, 2008 [1972]).
6	Variação e funcionalidade modo-temporal no português oral em Fortaleza/CE: futuro do pretérito versus pretérito imperfeito na codificação da eventualidade em construções condicionais. Pesquisadora: Flávia Maurícia Pereira de Carvalho Dias.	2007	Mestrado UFC	Fortaleza – CE	Língua Falada	Formas simples (FP e PII) Formas perifrásticas (IRIA + V; IA + V)	Teoria da Variação Linguística (LABOV, 2008 [1972]). Teoria Funcionalista na perspectiva givoniana.
7	A variação entre o futuro do pretérito e o pretérito imperfeito do indicativo em construções condicionais iniciadas por se na fala uberlandense. Pesquisadora: Tatiane Alves Maciel Barbosa.	2005	Mestrado UFU	Uberlândia – MG	Língua Falada	Formas sintéticas (FP e PII)	Teoria da Variação Linguística (LABOV, 2008 [1972]) Sociolinguística Paramétrica
8	A variação entre o futuro do pretérito, o imperfeito e a perífrase com o verbo ir na fala do Rio Grande do Sul. Pesquisadora: Lenara M. Karam.	2000	Mestrado UFRGS	Foram analisadas quatro cidades do Rio Grande do Sul: Flores da Cunha; Panambi; São Borja e Porto Alegre	Língua Falada	Formas simples (FP e PII) Formas perifrásticas (IRIA + V; IA + V)	Teoria da Variação Linguística (LABOV, 2008 [1972])

Quadro 1 - Sinopse das pesquisas desenvolvidas sobre a alternância entre as formas verbais de FP e de PII: estudos variacionistas e funcionalistas (Parte 1) - Final

	Título e autor	Ano da Pesquisa	Nível acadêmico	Comunidade de fala	Modalidade de Estudo	Variável Dependente	Perspectiva Teórica
9	A alternância entre o pretérito imperfeito e o futuro do pretérito na fala de Florianópolis. Pesquisadora: Temza Santos da Silva.	1998	Mestrado UFSC	Florianópolis – SC	Língua Falada	Formas simples (FP e PII) Formas perifrásticas (IRIA + V; IA + V) Locuções verbais (auxiliar modal + infinitivo)	Teoria da Variação Linguística (LABOV, 2008 [1972]) Perspectiva Funcionalista
10	Variação entre as formas de futuro do pretérito e de pretérito imperfeito no português informal no Rio de Janeiro. Pesquisadora: Ana Lúcia dos Prazeres Costa.	1997	Mestrado UFRJ	Rio de Janeiro – RJ	Língua Falada Língua Escrita (cartas pessoais)	Formas simples (FP e PII) Formas perifrásticas (IRIA + V; IA + V)	Teoria da Variação Linguística (LABOV, 2008 [1972])

Quadro 2 - Sinopse das pesquisas desenvolvidas sobre a alternância entre as formas verbais de FP e de PII: estudos variacionistas e funcionalistas (Parte 2) - Continua

Realizações do Fenômeno	Metodologia	Variáveis Linguísticas	Variáveis Extralinguísticas	Acesso
<p><u>Distribuição geral das variantes de FP e PI</u></p> <p>424 ocorrências de FP e de PII em contextos irrealis.</p> <p>204 de PII (48%) 220 de FP (52%)</p> <p><u>Distribuição das ocorrências das variantes nos verbos modais e não modais</u></p> <p><u>Verbos modais</u></p> <p>309 realizações 148 de FP (48%) 161 de PII (52%)</p> <p><u>Verbos não-modais</u></p> <p>115 realizações 56 de FP (49%) 59 de PII (59%)</p>	<ul style="list-style-type: none"> 36 entrevistas do tipo DID (Diálogo entre informante e Documentador); <i>Corpus</i>: Retirado do banco de dados do projeto: A Língua Portuguesa no Semiárido Baiano; Considerou verbos modais e não modais; Rodada no GoldVarb (2001) 	<p><u>Tipo de texto</u>: Sequência narrativa; Sequência argumentativa; Lista de atitudes hipotéticas.</p> <p><u>Construção verbal</u>: Formas simples; Formas perifrásticas.</p> <p><u>Ambiente sintático/semântico</u>: Período hipotético em ordem canônica; Período hipotético em ordem inversa; Oração independente; Oração encaixada com prótase co-ocorrente; Orações encaixadas em discurso indireto; Outras orações encaixadas.</p> <p><u>Referência temporal</u>: Passado; Não passado.</p> <p><u>Paralelismo formal</u>: Ocorrência isolada; Primeira ocorrência de uma série; Ocorrência idêntica a anterior; Ocorrência diferente da anterior; Ocorrência precedida de gatilho em FP.</p> <p><u>Saliência fônica</u>: Verbo ser; Verbos ter e vir; Verbos da 1ª conjugação; Verbos com oposição /r/ vs. /z/; Verbos de 2ª e terceiras conjugações.</p> <p><u>Modalidade</u>: Deôntica; Epistêmica.</p>	<p><u>Nível de escolaridade do falante</u>: Fundamental incompleto; Ensino médio; Nível superior.</p> <p><u>Sexo/gênero</u>: Homem; Mulher.</p> <p><u>Faixa etária do informante</u>: 25 a 35 anos; 45 a 55 anos; Acima de 65 anos.</p> <p><u>Profissão do informante</u>: Professor, jornalista, profissionais da saúde, trabalhadores de escritório, atendentes e similares, profissional de segurança, entregadores, operários de máquinas e similares, trabalhadores da construção civil e domésticas.</p>	<p>Nenhum registro encontrado.</p>

Quadro 2 - Sinopse das pesquisas desenvolvidas sobre a alternância entre as formas verbais de FP e de PII: estudos variacionistas e funcionalistas (Parte 2) - Continua

Realizações do Fenômeno	Metodologia	Variáveis Linguísticas	Variáveis Extralinguísticas	Acesso
<p>93 ocorrências de FP e de PII em construções ‘Se P, então Q’.</p> <p>63 de FP (68%) 30 de PII (32%)</p> <p>2</p>	<ul style="list-style-type: none"> Foram selecionadas 53 reportagens televisivas: <i>Corpus</i>: Extraídos dos telejornais RN TV 1ª Edição; RN TV 2ª edição; Bom dia RN; Jornal Hoje; Bom Dia Brasil; Jornal Nacional; Balanço Geral; Jornal da Band; Repórter Record; Jornal UPF TV; Rural Notícias; e Amapá TV. Dos programas televisivos: Esporte Fantástico; Domingo Espetacular; Portal Gaz; Profissão Repórter, transmitidos pelas emissoras: Intertv Cabugi; Rede Globo; Band; Record; UPF TV; Canal Rural; Canal Futura e TV Amazônia e pelos portais <i>online</i> g1.com; youtube.com e r7.com. 	<p><i>Tipos de concontractuais</i>: Contrafactualidade marcada através de uma forma verbal indicadora de passado, seja na prótase, apódoxe ou em ambas; Contrafactualidade recuperada pelo contexto denotador de passado; Contrafactualidade marcada pelo uso do advérbio de tempo ‘hoje’; Contrafactualidade evidenciada pela presença de fatos absurdos.</p> <p><i>Forma verbal do condicionante</i>: Futuro do pretérito; Pretérito imperfeito.</p> <p><i>Forma verbal do condicionado</i>: Simples; Composto: Ir (auxiliar) + Verbo (principal); Poder (auxiliar) + Verbo (principal); Ter (auxiliar) + verbo (principal).</p> <p><i>Ordem</i>: Canônica (‘se p, então q’ Ordem inversa (se q, então p’</p> <p><i>Paralelismo</i>: Ausência da marca precedente; Paralelismo entre as marcas; Não paralelismo entre as marcas.</p>	<p><i>Sexo</i>: Masculino e feminino; <i>Escolaridade</i>: Escolaridade alta; Escolaridade baixa. <i>Idade</i> Adultos; Jovens. <i>Localização geográfica</i>: Nordeste/Norte; Sudeste/Centro-Oeste/Sul.</p>	<p>http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/handle/123456789/16316</p>

Quadro 2 - Sinopse das pesquisas desenvolvidas sobre a alternância entre as formas verbais de FP e de PII: estudos variacionistas e funcionalistas (Parte 2) - Continua

	Realizações do Fenômeno	Metodologia	Variáveis Linguísticas	Variáveis Extralinguísticas	Acesso
3	589 ocorrências de FP e de PII em contextos hipotéticos. 354 de FP (61%) 235 de PII (39%)	<ul style="list-style-type: none"> • 48 entrevistas; • <i>Corpus</i>: desenvolvido pelo pesquisador; • Rodada no GoldVarb (2001) 	<p><u>Paralelismo formal</u>:</p> <p>Paralelismo; Não paralelismo; Realização nula.</p> <p><u>Ordem dos constituintes</u>:</p> <p>Ordem canônica; Ordem não canônica; Realização nula.</p>	<p><u>Escolaridade</u>:</p> <p>Fundamental; Superior.</p> <p><u>Sexo</u>:</p> <p>Homem/mulher;</p> <p><u>Idade</u>:</p> <p>15 a 30 anos; 31 a 45 anos; Acima de 45 anos.</p>	http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/485
4	Mediante análise dos textos produzidos, a pesquisadora obteve os seguintes resultados: 33 ocorrências do uso do imperfeito do indicativo com ideia de continuidade (PI); 70 ocorrências de futuro do pretérito para expressar hipótese (PF); 12 ocorrências de imperfeito do indicativo para expressar hipótese (ICF)	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Corpus</i>: Constituído em duas partes: a primeira com excertos de correspondências entre a Coroa Portuguesa e autoridade da Coroa no Brasil durante o século XVIII; a segunda, de redações produzidas por alunos do 2º ano do ensino médio, durante o ano de 2006. Num segundo momento, as propostas foram ampliadas com redações dos alunos do 2º ao 8º ano do curso de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora. Por fim, alguns trechos foram selecionados (das diferentes séries analisadas) e foi montado um questionado que fora aplicado a professores de Língua Portuguesa, cujo objetivo foi a indicação de erros e qual (is) correção (ões) eles fariam. 	<p>O fator linguístico analisado nos textos produzidos foi o <u>tempo verbal</u>:</p> <p>Futuro do pretérito com ideia de hipótese;</p> <p>Imperfeito com ideia de fato passado;</p> <p>Imperfeito com ideia de hipótese;</p> <p>Futuro do pretérito com valor de modalização;</p>	<p>Segundo a pesquisadora, os textos produzidos foram analisados de acordo com os fatores abaixo:</p> <p><u>Sexo</u>:</p> <p>Masculino e feminino;</p> <p><u>Formação escolar</u>:</p> <p>Pública; Particular; Mista.</p> <p><u>Classe socioeconômica dos alunos</u>:</p> <p>A, B e C. Contexto de produção</p>	<p>http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObracaForm.do?select_action=&co_obra=117904</p> <p><u>Observação</u>: Para baixar o trabalho é preciso que o (a) aluno (a) realize um cadastro.</p>

Quadro 2 - Sinopse das pesquisas desenvolvidas sobre a alternância entre as formas verbais de FP e de PII: estudos variacionistas e funcionalistas (Parte 2) - Continua

Realizações do Fenômeno	Metodologia	Variáveis Linguísticas	Variáveis Extralinguísticas	Acesso
<p>5</p> <p><u>Verbos modais:</u></p> <p>1080 ocorrências de FP; PII; IRIA+V; IA+V em contextos irrealis.</p> <p>443 de FP (41%) 402 de PI (38%) 229 de IA+V (21%) 06 de IRIA+V (0%)</p> <p>Amalgamando as formas, temos:</p> <p>449 de FP (42%) 631 de PI (58%)</p> <p><u>Verbos não modais:</u></p> <p>780 ocorrências de FP; PII; IRIA+V; IA+V em contextos irrealis.</p> <p>341 de FP (48%) 149 de PI (21%) 222 de IA+V (31%) 6 de IRIA+V (0%)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • 46 entrevistas; • Dados coletados entre 2001 e 2002; • Considerou verbos modais e não modais; • <i>Corpus:</i> Retirado do banco de dados do projeto: O Português Falado na Cidade de Vitória – ES; • Os dados foram submetidos a tratamento estatístico através da utilização do pacote computacional GoldVarb (2001) 	<p><u>Paralelismo:</u> Ocorrência em cadeia precedida de FP; Ocorrência precedida de gatilho no futuro do pretérito; Ocorrência isolada; Primeira Ocorrência de uma série; Ocorrência em cadeia, precedida de PI; Ocorrência precedida de gatilho no pretérito imperfeito do indicativo; Ocorrência em cadeia, precedida de IA+V.</p> <p><u>Tipo de texto:</u> Sequências narrativas/descritivas; Sequências argumentativas; Lista de atitudes hipotéticas.</p> <p><u>Saliência fônica:</u> Verbo ser; Verbos ter e vir; Verbos com infinitivo na 1ª conjugação; Verbos com oposição /r/ vs. /z/; Verbos com infinitivo na 2ª e terceiras conjugações.</p> <p><u>Extensão lexical:</u> Uma sílaba; Duas sílabas; Três ou mais sílabas.</p> <p><u>Ambiente sintático-semântico:</u> Período hipotético; Oração independente ou oração principal; Encaixada em discurso indireto; Encaixada com prótase implícita; Outras encaixadas.</p>	<p><u>Faixa etária:</u> 07 a 14 anos; 15 a 25 anos; 26 a 49 anos; 50 anos ou mais.</p> <p><u>Gênero/sexo:</u> Homem, mulher.</p> <p><u>Escolarização:</u> Ensino fundamental; Ensino médio; Ensino superior.</p>	<p>http://www.lettras.ufrj.br/poslinguistica/index.php/mestrado/dissertacoes/</p> <p><u>Observação:</u> O link direcionará o (a) aluno (a) à página do Programa de Pós Graduação em Linguística da UFRJ. Em seguida, clicar no ano de defesa (2007) e buscar nos trabalhos já desenvolvidos (5º trabalho).</p>

Quadro 2 - Sinopse das pesquisas desenvolvidas sobre a alternância entre as formas verbais de FP e de PII: estudos variacionistas e funcionalistas (Parte 2) - Continua

Realizações do Fenômeno	Metodologia	Variáveis Linguísticas	Variáveis Extralinguísticas	Acesso
<p>6</p> <p>167 ocorrências de FP; PII</p> <p>85 de FP (51%) 82 de PII (49%)</p>	<ul style="list-style-type: none"> 60 entrevistas, divididas em: Elocução formal; Diálogo entre dois informantes; Diálogo entre informante e documentador. Selecionado junto ao banco de dados do PORCUFORT (Português Oral Culto de Fortaleza); Os dados foram submetidos a tratamento estatístico através da utilização do pacote computacional VARBRUL 	<p><u>Ordem (Iconicidade):</u> Icônico; Não – icônico</p> <p><u>Tipo de verbo:</u> Accomplishment; Estado; Achivement; Atividade.</p> <p><u>Grau de certeza (Modalidade):</u> Certeza absoluta (grau 1); Grau médio de certeza (nível 2); Grau baixo de certeza (nível 3); Incerteza (grau 4).</p> <p><u>Tipo de inquérito:</u> Diálogo entre dois informantes (D2); Diálogo entre informante e documentador (DID); Elocução formal (EF).</p> <p><u>Estrutura Temporal:</u> Estrutura temporal de futuro; Estrutura temporal de passado.</p> <p><u>Uso de forma simples/perifrástica:</u> Estrutura verbal simples; Estrutura verbal composta (perífrase verbal).</p>	<p><u>Sexo:</u> Homem e mulher</p>	<p>http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/8768</p>

Quadro 2 - Sinopse das pesquisas desenvolvidas sobre a alternância entre as formas verbais de FP e de PII: estudos variacionistas e funcionalistas (Parte 2) - Continua

Realizações do Fenômeno		Metodologia	Variáveis Linguísticas	Variáveis Extralinguísticas	Acesso
7	695 ocorrências de FP e de PII em orações condicionais iniciadas por <i>se</i> . 387 de FP (55,7%) 307 de FP (44,3%)	<ul style="list-style-type: none"> 45 entrevistas; Os dados foram submetidos a tratamento estatístico através da utilização do pacote computacional VARBRUL 	<p><u>Tamanho da oração:</u> Grande; Pequena.</p> <p><u>Ordem da sentença:</u> Prótase+apódose; Apódose+prótase.</p> <p><u>Paralelismo formal (efeito de gatilho):</u> Paralelismo (presença) Não-paralelismo (ausência)</p>	<p><u>Classe social:</u> Classe alta (A); Classe média (B); Classe baixa ©.</p> <p><u>Faixa etária:</u> 20 a 30 anos; 31 a 45 anos; Acima de 45 anos.</p>	http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFU_77230ed618ba10b4954fc157b9b05cd8
8	532 ocorrências de FP, PI e perífrase. 251 de FP (41%) 163 de PII (31%) 118 de perífrase (22%)	<ul style="list-style-type: none"> Os dados foram submetidos a tratamento estatístico através da utilização do pacote computacional VARBRUL; Foram realizadas duas rodadas: <ol style="list-style-type: none"> Binária (FP vs. PI); Ternária (FP vs. Imperfeito vs. Perífrase). <i>Corpus:</i> Selecionado junto ao banco de dados do projeto VARSUL (Variação Linguística Urbana na Região Sul). 	<p><u>Modalidade</u> <u>Paralelismo formal</u> <u>Estrutura temporal</u> <u>Restrição sintática;</u> <u>Origem da informação</u></p>	<p><u>Gênero</u> <u>Idade</u> <u>Região</u> <u>Escolaridade</u></p>	Nenhum registro encontrado

Quadro 2 - Sinopse das pesquisas desenvolvidas sobre a alternância entre as formas verbais de FP e de PII: estudos variacionistas e funcionalistas (Parte 2) - Continua

Realizações do Fenômeno	Metodologia	Variáveis Linguísticas	Variáveis Extralinguísticas	Acesso
<p>895 ocorrências de FP e de PII.</p> <p>742 de PI (83%) 153 de FP (17%)</p> <p>9</p>	<ul style="list-style-type: none"> 24 entrevistas; <i>Corpus</i>: Retirado do Projeto VARSUL – Variação Linguística Urbana na Região Sul; Os dados foram submetidos a tratamento estatístico através da utilização do pacote VAEJBRUL 2S 	<p><u>Valor temporal</u>:</p> <p>De futuro do pretérito; De pretérito imperfeito; De presente.</p> <p><u>Referência temporal</u>:</p> <p>Passado; Não-passado.</p> <p><u>Modalidade</u>:</p> <p>Deôntica; Epistêmica.</p> <p><u>Forma verbal</u>:</p> <p>Locução verbal (modal); Verbos simples; Perífrase verbal.</p> <p><u>Verbo auxiliar</u>:</p> <p>Ter que, dever, poder e outros.</p> <p><u>Paralelismo formal</u>:</p> <p>Forma anterior de PI; Isolada oi 1” de uma série; Forma anterior de FP.</p> <p><u>Ambiente sintático</u>:</p> <p>Condicionante + condicionada; Condicionante implícita; Independente; Encaixada em D1; Condicionada + condicionante.</p> <p><u>Gênero discursivo</u>:</p> <p>Narração; Argumentação.</p> <p><u>Tópico discursivo</u>:</p> <p>Mais formal; Menos formal</p>	<p><u>Sexo</u>:</p> <p>Masculino e feminino.</p> <p><u>Idade</u>:</p> <p>25 a 49 anos; Acima de 50 anos.</p> <p><u>Escolaridade</u>:</p> <p>Primário; Ginasial; Colegial.</p> <p><u>Informante</u>:</p>	<p>http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/78035</p>

Quadro 2 - Sinopse das pesquisas desenvolvidas sobre a alternância entre as formas verbais de FP e de PII: estudos variacionistas e funcionalistas (Parte 2) - Final

Realizações do Fenômeno	Metodologia	Variáveis Linguísticas	Variáveis Extralinguísticas	Acesso
10 <i>Amostra de língua falada:</i> FP (34%) PI (41%); IRIA +V (2%); IA+V (23%). <i>Modalidade escrita (cartas pessoais):</i> FP (65%); PI (35%).	<ul style="list-style-type: none"> <i>Corpus:</i> Coletado a partir de amostras de língua falada (Amostra Censo do Projeto PEUL) e de língua escrita (cartas pessoais). 	<i>Tipo de texto;</i> <i>Tempo e factualidade;</i> <i>Semântica do verbo;</i> <i>Ambiente sintático-semântico</i>	<i>Escolaridade;</i> <i>Sexo;</i> <i>Idade</i>	Nenhum registro encontrado

Uma observação geral dos trabalhos evidencia que a forma verbal de PII parece manter uma relação de concorrência com o FP. Isso pode ser evidenciado em quase todas as pesquisas, com exceção do trabalho de Silva (1998), haja vista que a forma verbal de PII (83%) é mais recorrente do que FP (17%). Nos demais trabalhos, o FP suplanta o PII em construções simples ou sintéticas. Todavia, quando as formas perifrásticas são consideradas, o PII suplanta o FP, como podemos observar nos trabalhos de Tesch (2007) e Costa (1997). Acreditamos que isso ocorra devido ao fato de as formas perifrásticas IRIA+V; IA+V, em específico IA+V, serem recorrentes em construções hipotéticas.

Os trabalhos desenvolvidos na região Nordeste, que correspondem a 40% dos trabalhos em tela, evidenciam que o FP é a variante mais realizada pelos informantes, ao passo que na região Sul, que representa 20% dos estudos realizados, a forma verbal de PII é mais recorrente, em específico, no trabalho de Silva (83%). Contudo, nas pesquisas da região Sudeste, que retratam 40% das pesquisas descritas nesta Tese, temos uma relativa divisão dos resultados: os trabalhos de Costa (1997) e Tesch (2007) indicam supremacia do PII quando a forma perifrástica é somada às realizações sintéticas, ao passo que o estudo implementado por Barbosa (2005) descreve maior realização de FP (55,7%).

O que podemos verificar na maioria dos trabalhos é a realização de quatro variantes: futuro do pretérito; pretérito imperfeito do indicativo, IRIA+V e IA+V. As ocorrências descritas demonstram a supremacia da forma verbal de FP, quando o pesquisador analisa verbos simples; contudo o PII substitui o FP, na apódose, quando as formas perifrásticas são acrescidas às formas simples. Nesse sentido, o olhar comparativo entre os trabalhos já desenvolvidos nos possibilita ampliar a compreensão do fenômeno de variação entre FP e PII em construções hipotéticas.

3 AS NOÇÕES SEMÂNTICO-DISCURSIVAS DE TEMPO, ASPECTO E MODALIDADE (TAM)

O pretérito imperfeito do indicativo tende, na língua falada, a substituir o futuro do pretérito. Isso é impulsionado porque os dois verbos apresentam aspecto inconcluso e a variação entre eles ocorre devido a uma necessidade pragmática de domínios cognitivos no ato enunciativo.

Este capítulo apresenta as categorias de Tempo, Aspecto e de Modalidade, pontos importantes para a compreensão da alternância entre os tempos verbais de FP e de PII em contextos hipotéticos, tendo em vista que a seleção de um determinado tempo verbal no discurso não está condicionada a uma avaliação entre o que é possível ou impossível nos usos verbais.

3.1 A Categoria Tempo

A busca pela definição da noção de Tempo não é algo atual e perpassa por diversas áreas do saber científico, visto que o homem sempre se preocupou em defini-lo. A etimologia da palavra tempo advém do latim *tempus* cuja tradução remonta ao grego *Khrónos*. Dentro da Língua Portuguesa, o termo referenciado pode ser caracterizado a partir de uma relação dupla, da qual os sentidos podem estar ligados a uma categoria gramatical – tempo (tense) – ou a um aspecto abstrato que se liga a uma sequência de eventos – Tempo (time) ⁹.

Os estoicos defenderam que a categoria tempo abrange três categorias temporais: presente, passado e futuro. Varrão (116 - 27 a.C.), gramático latino, apontou uma relação dicotômica entre processos concluídos e processos não concluídos, denominados pelos termos *perfectum* e *infectum*, respectivamente. Todavia foi da tradição greco-romana que incorporamos formulações que refletem no atual entendimento e categorização do fenômeno tempo em sua relação com o verbo (LYONS, 1977; VENDLER, 1967, COMRIE, 1985).

⁹ Propõe-se, nesta pesquisa, distinguir, por questões terminológicas, a relação ambígua entre Tense (com inicial maiúscula), com noção de *time*, ou seja, Tempo físico, e tempo (inicial minúscula) como categoria gramatical – tense.

3.1.1 O Tempo: discussões e definições

Para Comrie (1985, p. 9), tempo verbal seria “a expressão gramaticalizada da localização no tempo”¹⁰, tendo em vista que está relacionada a um determinado contexto que fora originado e perpetuado no ato ilocucionário¹¹.

Lyons (1977) propôs que o verbo seria uma categoria dêitica, posto que liga o conteúdo do enunciado ao momento da enunciação. Nesse sentido, sempre que fizéssemos referência a um acontecimento anterior ou posterior a um dado momento da enunciação, recorreríamos ao aspecto dêitico do verbo, a partir do uso dos tempos verbais.

Jespersen (1958) compreende tempo como uma dimensão que pode ser representada por uma linha reta. Por isso, separa dicotomicamente tempo unidimensional de tempo unidirecional. Lacey (1978), por sua vez, dá ênfase ao caráter linear do tempo e busca distinguir as noções espaciais das temporais.

Santos (1974) busca definir a categoria tempo e, para isso, distingue tempo cronológico, tempo psicológico e tempo gramatical. O tempo cronológico é definido como algo caracterizado por um ponto em contínua deslocação em direção ao futuro, de duração constante, uniforme e irresistível. O segundo, tempo psicológico, não tem duração constante e uniforme porque existe em função do mundo interno do indivíduo: pode parar, retroceder e acelerar. Já o último, o gramatical, é caracterizado, em português, por um radical acrescido dos morfemas típicos. Embora muitos gramáticos discutam o caráter dinâmico ou não dos verbos, dentro de uma ou outra teoria linguística, é incontestável a afirmação de que eles estão sempre associados à noção de tempo.

Para Ilari (2001, p. 9), “não há uma correspondência biunívoca entre os recursos expressivos e os conteúdos a serem transmitidos”, pois uma mesma circunstância temporal pode ser expressa por várias outras formas. O autor avalia que não é fácil separar os valores propriamente temporais das expressões linguísticas de seus valores aspectuais e modais, porém, ao se fazer essa distinção, “fica no ar uma sensação de frustração, talvez porque acabam sendo colocadas de lado perguntas instigantes do tipo por que esta forma verbal, com estes valores temporais, e não outra qualquer assume precisamente esses valores aspectuais e modais?” (ILARI, 2001, p. 10).

Para Corôa (2005, p. 17), é fundamental que a interpretação temporal das orações do português não seja compreendida somente à luz dos paradigmas gramaticais, já que para

¹⁰ “The expression that follow the rules of the grammar of localization in time”.

¹¹ É o ato que se realiza na linguagem (AUSTIN, 1965).

compreender as categorias de tempo é preciso também considerar as noções semânticas, em específico, a definição de tempo intrínseca às formas verbais. Nesse sentido, explicar a oposição das escolhas verbais nas sentenças (17) e (18) no ato discursivo, somente pelas oposições temporais de *pontual* e *durativo* não daria conta da representatividade dos valores semânticos que subjazem essas duas construções.

(17) Fernando *leu* a revista;

(18) Fernando *lia* a revista;

De Paula (2004, p. 119) considera que as categorias tempo, aspecto e modo são definidas da seguinte maneira “a categoria tempo localiza o evento na linha temporal, e este tem por referência o momento da enunciação”. Assim, considera a linha temporal como abstrata porque o enunciador “cria divisões temporais em relação a si mesmo”. É nesse sentido que “podemos estabelecer o presente como tempo neutro ou zero e a partir dele traçar divisões no eixo temporal como o passado e futuro, que por sua vez admitem especificações como recente (próximo), distante (conhecido ou não) e remoto” (DE PAULA, 2004, p. 119).

Corôa (2005, p. 20), por sua vez, considera o tempo como “uma linha sobre a qual estão ‘localizados’ os pontos indicadores de presente, passado e futuro, ou os momentos da fala, do evento ou do sistema de referência, nos leva a um tempo com existência própria, a alguma ‘coisa’ ou entidade que podemos medir fora dos eventos”.

Tendo em vista as discussões sobre a categoria tempo e seus múltiplos entendimentos, o subtópico a seguir apresenta a interpretação temporal difundida pelos estudos de Reichenbach (1947).

3.1.2 Tempo e referência

As pesquisas que buscam estudar as categorias verbais inspiram-se nos pressupostos de Reichenbach (1947) para delimitar as relações temporais. Ele foi o primeiro lógico a formalizar uma interpretação temporal das línguas naturais, determinando uma linha do tempo.

Os estudos sobre os *tempora* verbais têm girado sempre em torno de três pontos temporais, classificados como momento do evento (ME), momento da fala (MF) e momento de referência (MR), que servem de apoio ou limite para sua definição. O momento da fala e o momento da enunciação estão relacionados e, diante da relação existente entre esses pontos,

pode-se definir ou estabelecer três relações temporais: o que aplica antes do momento da fala; simultâneo ao momento da fala e posterior ao momento da fala.

Na proposta formulada por Reichenbach (1947) há mais dois parâmetros quando relacionados à expressão do tempo verbal, cujos arranjos podem ser determinados a partir do momento da fala (MF), são eles: o momento da situação (MS) e o momento da referência (MR). O primeiro, refere-se ao momento em que a situação ocorre, ao passo que o momento da referência seria uma referência temporal que serve para definir o momento da situação estabelecido no momento da fala. Quando não há uma referência temporal contextualmente explícita, o momento da fala torna-se o momento da referência.

Fiorin (1996) e Ilari (1997) recorreram à nomenclatura proposta por Reichenbach (1947) e reconheceram os três pontos representativos na linha temporal (ME, MF e MR), pois são próximas da intuição dos falantes e se aplicam bem ao português. Dos três pontos reconhecidos pelos linguistas, Matos (1996, p. 443) diz que "o ponto de referência torna-se imprescindível quando se pretende situar temporalmente o evento, não só relativamente ao tempo da fala, como relativamente a outro (s) evento (s)". Para melhor compreensão, são apresentados os três momentos relevantes para a distinção dos tempora de uma língua natural:

Quadro 3 - Representação e definição dos três momentos considerados relevantes para a distinção dos tempora de uma língua natural

MOMENTO DO EVENTO (ME)	É o momento em que se dá o evento (processo ou ação) descrito; é o tempo da predicação.
MOMENTO DA FALA (MF)	É o momento da realização da fala; o momento em que se faz a enunciação sobre o evento (processo ou ação); é o tempo da comunicação.
MOMENTO DA REFERÊNCIA (MR)	É o tempo da referência; o sistema temporal fixo com respeito ao qual se definem simultaneidade e anterioridade; é a perspectiva do tempo relevante, que o falante transmite ao ouvinte, para a contemplação do ME.

FONTE: Reichenbach (1947).

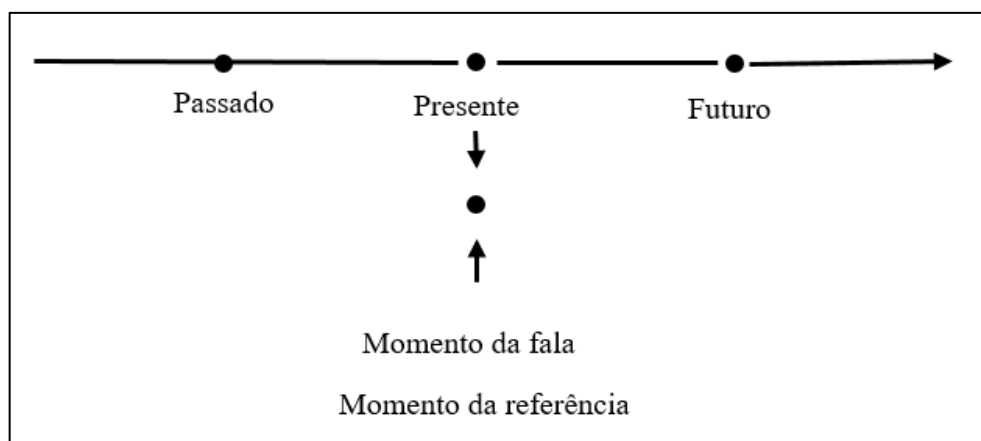
Corôa (2005, p. 45) também faz menção aos três momentos relevantes para a distinção dos tempora de uma língua natural e diz que:

Com esta definição de MR, podemos perceber, por exemplo, que o tempus chamado de presente histórico ou dramático não representa nenhuma exceção no emprego dos tempora: o falante leva o ouvinte a contemplar os eventos narrados de uma perspectiva que vai além do tempo gasto na enunciação. Podemos perceber, também, que é o MR que mais se aproxima do tempo psicológico de quem falam os estudiosos da língua,

aquele tempo que pode retroceder, parar, acelerar-se e “violar” a ordem cronológica das coisas e dos fatos. Na realidade, embora o MR possa se identificar com alguma indicação mais concreta que apareça no texto, como datas, por exemplo, sua caracterização está mais próxima deste tempo psicológico, maleável e livre, que o falante e o ouvinte reconhecem como sistema de referência temporal em que ocorrem tanto o MF quanto o ME.

Givón (1993, p. 285-286), no que se refere à categoria tempo verbal, envolve codificação sistemática de relação entre dois pontos ao longo da ordenação linear sendo denominados como tempo de referência e tempo do evento. Nesse sentido, formas verbais que têm como tempo de referência o tempo de fala, são chamadas de tempos absolutos, cuja representação é ilustrada pela figura abaixo:

Figura 1 – Representação dos tempos absolutos



FONTE: Domingos (2004).

Tal representação gráfica pode ser exemplificada pelas seguintes sentenças:

- (19) Passado: Fernando *viu* a Thaise.
- (20) Futuro: Fernando *verá* a Thaise.
- (21) Presente: Fernando *está vendo* a Thaise.
- (22) Habitual: Fernando *sempre vê* a Thaise.

Os tempos absolutos têm o momento de fala como ponto de referência, porém tal definição é ilusória, pois a referência de tempo absoluto é impossível. Para sustentar tal afirmação Comrie (1985, p. 89) diz que “o único modo de localização de uma situação no tempo é relativo a algum outro ponto no tempo já estabelecido”¹². Assim, o chamado tempo verbal

¹² “the only way of situation located in time is relative to some other point in time already established”

absoluto é aquele que inclui como parte de seu significado o momento presente como centro dêitico.

Os tempos relativos têm como ponto de referência algum outro ponto dado pelo contexto. Tais tempos podem ser representados por formas verbais finitas e não finitas, sendo que aquelas indicarão um tempo relativo-absoluto. Diante dessa afirmação, Coan (2003, p. 75) diz que:

Combina localização de tempo absoluto de um ponto de referência com localização de tempo relativo de uma situação. A existência de tempo verbal relativo-absoluto decorre da existência de um ponto de referência antes ou depois do momento da fala e da localização da situação anterior, simultânea ou posteriormente a esse ponto.

Mateus et al (1989, p. 104), no que diz respeito aos tempos naturais, dizem que:

No Português, os tempos naturais são o presente, o passado e o futuro que exprimem uma ordenação do intervalo de tempo que contém o estado de coisas descrito relativamente ao intervalo de tempo em que ocorre a enunciação definida, respectivamente, pela relação de simultaneidade, anterioridade e posterioridade. Em enunciados descrevendo mais do que um estado de coisas a ordenação temporal é mais complexa, visto que os estados de coisas descritos são ordenados relativamente ao momento da enunciação, mas para, além disso, são ordenados uns relativamente aos outros.

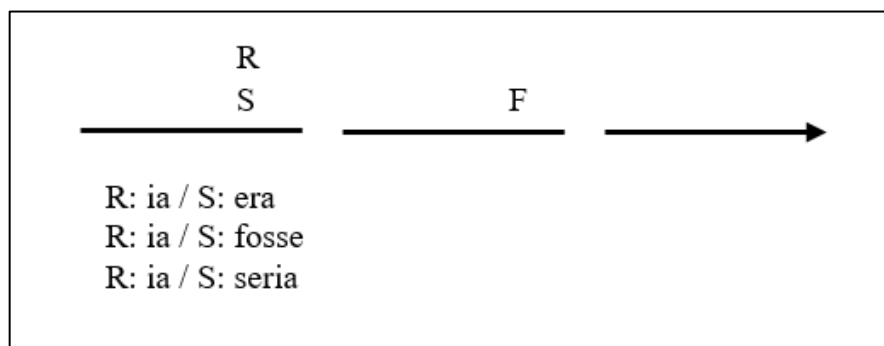
No domínio temporal em estudo, o momento da situação, representado pelas formas verbais de FP e de PII e exemplificado pela relação *era/seria*, é uma forma representativa do tempo passado em orações subordinadas e, por conseguinte, apresenta uma situação de referência R contemporânea a ele, também passado (forma representada pelo verbo da oração principal).

Dessa forma, o tempo verbal da oração subordinada caracteriza-se como uma forma relativo-absoluta, uma vez que é relativo à situação da oração principal, cujo verbo funciona concomitantemente como R para a variável em estudo e como S em relação ao momento da fala, o qual se apresenta como tempo absoluto¹³. Em (23), *R ia* tem funcionamento duplo: como R em relação a S *era*, e como S em relação a F (momento da fala). Por isso, fala-se no denominado tempo relativo-absoluto, representado pela imagem abaixo.

¹³ Nesta Tese, optamos pela nomenclatura adotada por Coan (1997; 2003): momento de referência (R), momento da situação (S) e momento da fala (F). Dessa forma, é preferível substituir ME (momento do evento) por MS, visto que nem sempre se trata de um evento; há também condições, estados, desejos, etc; tendo em vista que a palavra 'situação' é mais abrangente que 'evento'.

(23) “Acho que a primeira coisa que eu *ia* fazer no mundo *era* pegar o bandido” (RKSO. L3. 129. p. 3).

Figura 2 – Representação do Tempo relativo-absoluto



FONTE: elaborado pelo autor.

O *corpus* desta pesquisa foi constituído por construções inseridas no âmbito das construções hipotéticas, iniciadas pela conjunção condicional *se*. Alguns autores apresentaram reflexões a respeito dos tempos verbais nesses contextos de uso e apontaram que o tempo verbal das orações subordinadas é condicionado pelo tempo da principal, havendo, assim, uma concordância de tempos. Nesse sentido, Fiorin (1996, p. 183) diz que:

Os tempos no indicativo são usados, seja nas orações principais, seja nas subordinadas, para exprimir a concomitância ou não-concomitância (anterioridade ou posterioridade), quer em relação ao momento da enunciação, quer em relação a um marco temporal pretérito ou futuro colocados no enunciado. Então, o tempo deve ser compatível com o momento de referência.

No que diz respeito à classificação das orações substantivas, adjetivas e adverbiais, Ilari (1997, p. 69) aponta que "não fornece pistas confiáveis sobre o uso dos morfemas de tempo em orações subordinadas, já que este pode diferir, entre subordinadas de um mesmo tipo, conforme o verbo regente". Em se tratando das orações subordinadas substantivas, Ilari (1997, p. 70) diz que:

É comum que os verbos que introduzem orações substantivas, além de predeterminarem o modo do verbo da oração subordinada, estabeleçam também restrições de tempo. Nesses casos, a ocorrência de tempos e perífrases verbais resulta frequentemente de um automatismo gramatical e não de uma escolha feita a partir de um repertório de opções autenticamente significativas.

O exemplo (23), representado anteriormente, é representativo de uma situação real de uso. Assim, não se pode legitimar, por completo, a afirmativa de que o verbo da oração subordinada é condicionado pelo verbo da oração principal ou por outros termos, pois é possível mudar a flexão do verbo *ser* sem que a interpretação temporal seja comprometida.

Em situações como essas, que demonstram que a função no contexto linguístico se aplica à forma, auxiliam na compreensão de que o contexto discursivo tem importante função na interpretação do tempo verbal, sobretudo no que se refere ao uso das formas de FP ou de PII, na apódoxe, em construções que denotam hipótese.

Em construções subordinadas condicionais, tanto o PII quanto o FP podem ter o valor de anterioridade como de posterioridade, tendo em vista o valor temporal do momento da fala que é expresso pelo falante. Podemos dizer, então, que há a possibilidade de alternar a forma verbal de FP pela de PII quando há o desejo de codificar um tempo passado em relação ao momento de fala e a um futuro a um momento de referência. Assim, o PII pode exercer tanto um valor temporal relativo de passado como pode atuar com o valor temporal de futuro do pretérito quando o contexto se referir a construções hipotéticas contrafactuais, conforme exemplo abaixo:

(24) Se eu tivesse muito dinheiro, *tinha/teria* comprado um carro (NRAL. L4. 19. p. 5)

As formas de pretérito tradicionalmente são subdivididas em três: perfeito, imperfeito e mais que perfeito. Esses *tempora* verbais são caracterizados por retratar eventos ou processos já concretizados. Por isso, estão estreitamente ligados ao momento do evento (ME), dado que esse é o momento em que ocorre o processo ou a ação descrita. Assim, nos *tempora* do pretérito, o ME exerce uma posição específica sempre antes do momento da realização da fala (MF).

Nesse sentido, o PII é um tempo em que o ME é simultâneo ao MR e estes, por sua vez, são anteriores ao MF; ao passo que o FP é constituído pela seguinte relação: MR anterior ao MF e que este também é anterior ao ME. Para melhor visualização, os tempos de PII e FP são representados, respectivamente, pelos exemplos a seguir e suas respectivas constituições:

(25) *Choveu* quando Fernando *saiu* (ME, MR – MF)¹⁴

(26) *Compraria* um carro, se pudesse (ME – MF – MR)

Na representação (24), o ME, deslocado para um tempo passado, descreve um fato representado no passado a partir de um referencial também no passado, não ocasionando o cessamento do evento. Assim, em [*Choveu* quando Fernando *saiu*] há a representação de dois eventos (*chover* e *sair*): o evento *choveu* ocorreu em um determinado momento do tempo (quando Fernando *saiu*). No exemplo (25), o momento do evento (ME) ‘comprar um carro’

¹⁴ Conforme proposta difundida por Reichenbach (1947), o traço (-) representa precedência temporal e a vírgula (,) simultaneidade temporal.

representa uma possibilidade que pode ou não ser concretizada no momento da fala (MF), possibilitando, assim, a seguinte relação: o momento do evento (ME) precede o momento da fala (MF) e este, por sua vez, precede o momento da referência (MR).

A partir do que foi apresentado, podemos afirmar que é possível utilizar as formas verbais de PII e de FP em situações antecedidas por contextos iniciados pelo pretérito imperfeito do subjuntivo, ou seja, em contextos subordinados quando desejamos codificar um tempo passado imperfectivo à um tempo de referência também passado, conforme exemplo abaixo:

(27) Se o mundo acabasse hoje, *pedia/pediria* perdão a Deus.

A próxima categoria importante para o fenômeno em estudo é a categoria aspecto verbal. Segundo Corôa (2005, p. 19), a categoria aspectual está estreitamente ligada ao conceito temporal e pode auxiliar na “interpretação temporal” dos verbos em português.

3.2 A Categoria Aspecto

3.2.1 Da fase léxico-semântica para a fase sintático-semântica: a evolução do conceito de aspecto

O aspecto verbal é compreendido como um fenômeno complexo porque pode ser expressado a partir de diferentes recursos linguísticos, todavia a evolução de seu conceito pode minimizar a complexidade de sua abrangência. Castilho (2003, p. 84), objetivando delimitar a abrangência conceitual considera três fases evolutivas da categoria aspecto:

- a) Uma fase léxico-semântica, durante a qual foram identificadas as classes semântico-aspectuais do verbo, ou Aktionsarten. Esta perspectiva atribui à semântica do radical verbal as noções aspectuais apuradas;
- b) Uma fase semântico-sintática, ou “composicional”, durante a qual se examina o aspecto como resultante da combinação de Aktionsarten do verbo com: 1. A flexão e os verbos auxiliares; 2. Os argumentos do verbo e os adjuntos adverbiais, aqui incluídas as sentenças condicional-temporais. Nesta perspectiva, o aspecto passa a ser encarado mais claramente como uma propriedade da predicação;
- c) Uma fase discursiva, em que se investigam as condições discursivas que favorecem a emergência dos aspectos assim constituídos.

Tais fases corroboram com a ideia de que os falantes dispõem de recursos diversos para codificar a informação aspectual. Com o passar dos tempos, esses múltiplos recursos foram evoluindo, e novas visões foram perpetuadas a fim de simplificar ou até mesmo diminuir a complexidade dessa categoria. Nesse sentido, vários estudiosos (COMRIE, 1985; CORÔA,

2005; DUBOIS, 1984; FLORES; SILVA, 2000; GIVÓN, 1993; 2001; LYONS, 1977; SOARES, 1987; VENDLER, 1967) se empenharam em delimitar a categoria aspectual a partir de seu viés teórico. Essa evolução conceitual partiu do âmbito verbal até chegar a sua relação direta com o discurso. Buscamos, portanto, neste tópico, fornecer uma visão geral das três fases evolutivas da categoria aspectual: as fases léxico-semântica, sintático-semântica e discursiva.

Para Castilho (2003, p. 84), a fase *léxico-semântica* representa a primeira fase da evolução conceitual de aspecto, posto que determinadas características semânticas, também denominadas de *Aktionsaten*, estão relacionadas a determinadas categorias que classificam os verbos. A relação entre o termo *Aktionsart* e aspecto, para muitos teóricos (BACHE, 1982; BERTINETTO, 2001; VERKUYL, 1999), deve ser separada. Bache (1982) postula que o aspecto é caracterizado como sendo externo à situação, visto que marca o ponto de vista subjetivo do falante, representado pela relação dicotômica *perfectividade* versus *imperfectividade*, enquanto *Aktionsart* seria uma categoria mais complexa, na qual a relação de oposição recairia nos “tipos de expressões” que os verbos expressam, tais como: (+/-) télico, (+/-) dirigida; (+/-) complexo e (+/-) pontual.

Outro teórico que se debruçou a estudar a relação entre aspecto e *aktionsart* foi Bertinetto (2001). Para ele, o cerne da relação entre essas duas categorias seria estabelecer entre elas fronteiras que permitissem um melhor entendimento das interpretações aspectuais. Dando continuidade à proposta apresentada por Bertinetto (2001) de estabelecer fronteiras entre essas categorias, Verkuyl (1999) propõe uma relação direta entre *aktionsart* com o aspecto lexical. O aspecto gramatical passaria, então, a ter propriedade morfológica e/ou sintática, já que pode ser controlada pelo falante.

Comrie (2001) amplia a noção de *aktionsart*, tendo em vista que os falantes podem visualizar de diferentes formas a constituição interna de uma situação. Essa afirmação implica a ideia de que o aspecto poderia ser dividido em categorias, como aspecto lexical e aspecto gramatical. Nesse sentido, o aspecto lexical seria considerado uma categoria independente da categoria gramatical, pois denota uma situação em si e é representado pela raiz verbal.

O aspecto gramatical é constituído por subsídios linguísticos, que possuem função gramatical, tais como: morfemas derivacionais (*recarregar*), morfemas flexionais (*comprava/compraria*) e auxiliares (*começou a estudar*). Verifica-se, com os postulados de Comrie (2001) que a compreensão da categoria aspecto tende a suplantar os limites do verbo, porque se relaciona a outros elementos que estão interligados, tais como: a predicação como um todo, o nível da palavra e a perífrase.

Mourelatos (1981, p. 109), para explicar o fenômeno aspectual, desenvolve uma teoria baseada em traços capaz de comprovar que um mesmo predicado pode relacionar-se a classes aspectuais diversas em função de determinadas características sintáticas e semânticas envolvidas. Para exemplificação, as frases abaixo (28 a 31) representam essa relação:

(28) Fernando *estuda* Linguística (hábito);

(29) Fernando *estudou* Linguística (processo culminado);

(30) Fernando *estudou* Linguística a tarde toda (processo);

(31) Fernando *parou de estudar* Linguística às 17h (ponto).

Nos exemplos acima, os constituintes da predicação se relacionam harmoniosamente com o verbo que tende a resultar em categorias diversificadas de classificação aspectual. Cunha (1998, p. 10) aponta que determinados verbos seriam caracterizados, aspectualmente, por exercer na predicação essa mobilidade. Assim,

[...] A ideia de que é todo o complexo linguístico compreendido na noção de predicação que é o responsável pela inclusão numa ou noutra categoria aspectual, não só permite explicar a multivalência de alguns verbos, como também possibilita dar conta dos fatores semânticos e sintáticos que intervêm na determinação aspectual.

A perspectiva abordada por Mourelatos (1981) remonta à segunda fase de evolução conceitual de aspecto; o aspecto passa, agora, a ser compreendido a partir de uma perspectiva sintático-semântica ou composicional, posto que estaria relacionado a outros elementos dentro da predicação.

Tentando enumerar fatores que poderiam interferir no processo de mobilidade da predicação, Mourelatos (1981) lista cinco possíveis interferências: a) informações lexicais intrínsecas do próprio verbo, b) natureza de determinados argumentos, c) presença de certas expressões adverbiais, como as de tempo, d) o próprio caráter aspectual (perfectivo *versus* imperfectivo), e e) relação com o tempo gramatical.

Além de Mourelatos (1981), outros teóricos são apontados por Verkuyl (1993) por relacionarem a categoria aspecto à traços, tais como: Vendler (1967); Dowty (1979); Hoeksema (1984) e Carlson (1981). Para tanto, Verkuyl (1993, p. 65) apresenta um quadro sintetizador/comparativo em que descreve as classificações baseadas em traços, conforme os teóricos listados acima.

Quadro 4 - Classificações aspectuais baseadas em traços, segundo Verkuyl (1993, p. 65)

Vendler	Hoeksema	Mourelatos	Dowty	Carlson
+/- processo	+/- duração	+/- ocorrer	+/- mudança	+/- estender
+/- definido	+/- contar	+/- contar	+/- definido	+/- contínuo
+/- momentâneo		+/- momentâneo	+/- complexo	+/-ponto

FONTE: Verkuyl (1993, p. 65).

Diante dos estudos aspectuais que são baseados em traços, algumas objeções podem ser formuladas: a) as formulações de traços são criadas de forma descontextualizadas, já que são formuladas a partir de exemplos descontextualizados; e b) os parâmetros são constituídos via procedimento de introspecção do linguista. Dessa forma, essas objeções tendem a simplificar o caráter aspectual, pois “tendem a reduzir o volume de problemas com os quais os linguistas têm de lidar, pois nuances se perdem” (PRESTES-RODRIGUES, 2013, p. 229).

Verkuyl (1993, p. 268) compreende a categoria aspectual em termos de perspectiva no sentido de que “os índices desempenham papel crucial na determinação do aspecto sentencial, em que o índice é o termo neutro para entidades semânticas que são feitas dependentes.¹⁵” Ao afirmar isso, Verkuyl (1993) verifica a relação existente entre aspecto e linguagem e desenvolve os seguintes questionamentos: a) se o aspecto organizaria uma realidade a partir do uso da linguagem e b) se essa linguagem forneceria direcionamentos sobre qual (is) categoria (s) se quer fazer referência.

Dando continuidade à fase sintático-semântica, que extrapola a visão inicial de que o aspecto seria um constituinte essencial do verbo, é de grande valia a definição apontada por Binnick (1991) sobre aspecto, dado que, segundo ele, denotaria fases ou uma sequência de fases que, ao se repetirem, poderiam constituir subfases ou sequências de subfases. Assim sendo, na busca por um significado aspectual, seria possível o acréscimo de modificadores que denotariam mudanças de significado, conforme os exemplos abaixo:

(32) Thaise *andou*.

(33) Thaise *continou a andar*.

¹⁵ “the indexes play a crucial role in determining the sentence aspect, in which the index is neutral term for semantic entities that are made dependent”.

(34) Thaise *parou de continuar a andar*.

(35) Thaise *estava prestes a continuar a andar*.

(36) Thaise *estava continuando a andar*.

O verbo tende a exprimir uma situação como um todo ou uma fase dela. Desse modo, Binnick (1991, p. 208) aponta que as noções de *aktionsart* e as de aspecto estariam sendo abordadas e/ou definidas de forma muito superficial. Mesmo apontando algumas diferenças de posicionamento sobre a categoria aspecto, apresenta certa relação de concordância no sentido de que “oposições aspectuais têm a ver com a natureza dos objetos temporais (situações, eventos, episódios, etc.), sem considerações dêiticas, sem referência ao momento do ato de fala”¹⁶.

O autor (1991) aponta que para minimizar certas confusões no emprego de definições sobre aspecto, cujas visões teóricas se pautassem em traços ou em conceituações que não abrangessem as noções aspectuais com precisão, seria preciso o emprego da noção de evento. Assim, Binnick (1991, p. 320) afirma que a noção de evento tenderia a esclarecer as noções aspectuais, já que seria “algo que ocorre em certo lugar durante um intervalo particular de tempo”¹⁷.

Essa noção de evento conjectura mudança em um espaço de tempo, passando de um ponto inicial a um ponto final. Nesse sentido, o autor aponta ainda que os estados poderiam ser compreendidos como eventos e, para corroborar com seu posicionamento, apresenta uma situação: o caso de alguém estar doente. A partir dessa situação, pode-se inferir que o estado é demarcado por duas situações: uma anterior e outra posterior, de saúde boa, que limitam o estado e tendem a destacar o aspecto temporal do evento.

Diante da apresentação de algumas abordagens e formulações teóricas que apontam o aspecto como um atributo que desenvolve sua função, de forma dinâmica dentro da predicação, e, retomando a evolução do conceito de aspecto - tendo em vista que pode ser compreendido a partir de três fases distintas -, apresentamos a última fase apontada por Castilho (2003, p. 84): a *fase discursiva*, que compreende o aspecto a partir do viés do discurso.

Flores et al. (2008) foram alguns dos que se preocuparam em relacionar a categoria aspectual ao discurso. Estes associaram o estudo das categorias aspectuais à perspectiva teórica

¹⁶ “aspectual oppositions have to do with the nature of temporal objects (situations, events, episodes, etc.) without deictic considerations, without reference to the time of the speech act”.

¹⁷ “something that occurs at a certain place during a particular time interval”.

da Teoria da Enunciação (BENVENISTE, 1995). Essa combinação permitiu visualizar o aspecto como uma categoria dêitica e, dessa forma, veio a contrariar o que os estudos tradicionais sobre aspecto vinham afirmando. Para Flores et al. (2008, p. 166), nessa perspectiva, “o aspecto tem, em termos enunciativos, um componente dêitico porque marca uma continuidade que se realiza simultaneamente ao presente incessante da instância de discurso de *eu*, mas que o ultrapassa”.

Com todo esse percurso aqui apresentado objetivamos mostrar a evolução conceitual de aspecto. Para tanto, partimos da fase léxico-semântica à fase sintático-semântica. Todavia, vale salientar que a fase discursiva também foi abordada, mesmo que de forma sucinta, em nosso trabalho. O tópico a seguir pretende desencadear discussões acerca da noção de categoria aspectual.

3.2.2 Discussões acerca da noção de categoria aspectual

Para Comrie (2001, p. 3) “aspectos são diferentes formas de ver a constituição temporal de uma situação¹⁸”, pois reflete a subjetividade do enunciador. Para ele, a categoria aspecto refere-se, em situações que indiquem estado ou evento, a constituição do tempo. Assim, diferentemente do tempo verbal, o aspecto tem caráter autônomo, uma vez que foca unicamente na situação descrita, independentemente da situação comunicativa. Nesse sentido, a categoria tempo focaliza a localização temporal, já o aspecto focaliza a situação descrita, tais como: a dinamicidade, a completude e a duração.

Considerando a posição de Dubois (1984, p. 73), “o aspecto é uma categoria gramatical que exprime a representação que o falante faz do processo expresso pelo verbo” (ou pelo nome da ação), isto é, “a representação de sua duração, do seu desenvolvimento ou do seu acabamento”. Vale pontuar que grande parte dos estudos linguísticos tendem a correlacionar a categoria aspectual à relação entre ocorrências de curta duração – *perfectivo* com ocorrências de longa duração – *imperfectivo*, cuja relação objetiva identificar determinada extensão temporal.

Travaglia (1985, p. 302) aponta que a categoria verbal é constituída a partir dos seguintes elementos: “a flexão verbal, as perífrases, o semantema do verbo, a ênfase entonacional, as preposições e o complemento do verbo”. Dando continuidade à discussão sobre a noção de aspecto, Travaglia (1985, p. 51) afirma que o aspecto é,

¹⁸ [...] as the general definition of aspect, we may take the formulation that ‘aspects are different ways of viewing the internal temporal constituency of a situation’ (COMRIE, 2001, p. 3).

a cisão objetiva da relação entre o processo e o estado expressos pelo verbo e a ideia de duração ou desenvolvimento. Esta definição, baseada na observação dos fatos, atende à realidade etimológica da palavra ‘aspecto’ (que encerra a raiz *speak* = ver) e insiste na objetividade característica da noção aspectual, a que contrapomos à subjetividade da noção temporal.

Para Givón (2001), a categoria aspecto é dicotomizada em *perfectivo* e *imperfectivo*. Assim sendo, o que é essencial à base do verbo seria a relação de perfectividade. Para tanto, o autor (2001) indica uma sequência para caracterizar essa perfectividade, que perpassa pela noção de verbos que apresentam curta duração e limites expressivos, como: *tossir, piscar, cuspir e elogiar*; pela noção de *Accomplishment verbs*, que evidenciam uma duração um pouco mais extensa, como: *finalizar, nascer, morrer e sentar*; por verbos que denotam atividade, tais como: *caminhar, andar, correr, estudar, ler e trabalhar*; como também pela noção de *stative verbs*, que denota longa duração e caracteriza-se por não apresentar limites, tais como: *ser feliz, estar cansado, possuir e crer*.

Outro teórico que se dedicou a desenvolver reflexões acerca da noção de aspecto foi Vendler (1967). Para ele, as relações divergentes apresentadas pelos verbos não poderiam ser esclarecidas pela aspectualidade e nem pelo tempo. Para o autor (1967), a categoria aspecto pode ser tanto lexical quanto gramatical. Nesse sentido, os verbos formariam quatro classes, denominadas: *atividades, estados, accomplishments* e *achievements*, que constituiriam o aspecto situacional.

Ao discutir cada classe verbal, Vendler (1967) diz que as *atividades* têm natureza representativa de acontecimento porque representam eventualidades diferentes das dos estados e são expressadas por verbos que denotam movimento; os *estados* denotam eventualidade, porém não representam nem uma ação, nem um acontecimento, uma vez que são sustentadas por intervalos de tempo e não sofrem limites temporais; tanto os *accomplishments* quanto os *achievements* representam eventos, porém se diferem quanto ao quesito atividades, pois possuem ponto final individualizado. Assim, os *accomplishments* implicam duração, cujo limite é especificado, à medida que os *achievements* tendem a indicar um único instante.

Na visão de Corôa (2005, p. 61), o aspecto é considerado como “propriedade apenas da sentença, pois não se refere ao momento da enunciação”. A autora busca delinear o aspecto a partir da posição do que seria uma opção “semântica do usuário da língua”, cuja relação estabelecida seria *perfectivo* e *imperfectivo*, posto que a noção de tempo é “ilimitada quando comparada ao aspecto”.

Já Flores e Silva (2000, p. 51), fundamentados na Teoria da Enunciação, ao fazer referência à dêixis, apresentam a categoria aspecto como uma categoria do discurso. Para os

autores, a categoria aspectual não fica no lexema, nem na frase, mas sim no enunciado, pois “ele [o aspecto] é dêitico, já que depende de sua utilização por um sujeito face a uma instância de enunciação” (FLORES; SILVA, 2000, p. 51).

Conforme Soares (1987, p.18), “a aspectualidade é um campo semântico e amplo, de noções ligadas por traços comuns referentes à maneira de ser da ação, às diferentes maneiras de se apresentar no decurso da ação”. Diante desse delineamento sobre aspecto, a autora (1987) indica duas perspectivas aspectuais pertencentes a língua portuguesa: a primeira, a oposição entre os três tempos verbais – presente, passado e futuro, uma vez que direciona a ação a partir de uma linha em curso; a segunda, refere-se à funcionalidade da expressão dos tempos compostos que estão inseridos nos chamados espaços temporais de pretérito e de futuro.

Segundo Comrie (2001, p. 7, Tradução nossa),

Até agora, aspecto tem sido representado essencialmente em termos semânticos, com referência à estrutura interna da situação, sem nenhuma discussão acerca da expressão aspectual. Uma breve comparação com o tempo poderá ser útil aqui: há um conceito semântico para referência temporal (absoluto ou relativo) caso em que dizemos que a língua tem tempo. Várias línguas não possuem a categoria tempo, isto é não tem a referência temporal gramaticalizada, embora provavelmente todas as línguas possam lexicalizar a referência temporal, isto é, têm advérbios temporais que localizam a situação no tempo, tais como em Inglês *today* (hoje), *the year before last* (ano passado), *at five o'clock* (às 5h). Em se tratando de aspecto, não há nenhuma uniformidade terminológica que se refere ao termo “aspecto”, agora é usado para se referir às possíveis oposições semânticas gerais, aqui restritas à particular oposição gramaticalizada baseada naquelas distinções semânticas em determinadas línguas¹⁹

Vale ressaltar também que o aspecto pode ser expresso não só por elementos morfológicos mas também pelos semânticos, fonológicos, contextuais, e tem relação com a sintaxe. Dessa forma, Travaglia (1985, p. 145), seguindo as ideias de Castilho (2003, p. 14), considera o aspecto como uma categoria léxico-semântica, visto que “interagem o sentido que a raiz do verbo contém e elementos sintáticos tais como adjuntos adverbiais, complementos e tipo oracional”.

¹⁹ “So far, aspect has been presented essentially in semantic terms, with reference to the internal structure of a situation, without any discussion of the expression of aspect. A brief comparison with tense will be useful here: there is the semantic concept of time reference (absolute or relative), which case we say that the language has tenses. Many languages lack tenses, i.e. do not have grammaticalised time reference, though probably all languages can lexicalise time reference, i.e. have temporal adverbials that locate situations in time, such as English *today*, *the year before last*, *at five o'clock*. In treatments of aspect, there is no such uniformity of terminology, so that the term ‘aspect’ is now used to refer to the general semantic oppositions possible, now restricted to particular grammaticalised oppositions based on these semantic distinctions in individual languages (COMRIE, 2001, p. 7)”.

3.2.3 Noção aspectual de futuro do pretérito (FP) e de pretérito imperfeito do indicativo (PII)

No que tange à categoria aspecto quando relacionada às flexões verbais, podemos dizer que tempo e aspecto apresentam pontos em comum. Mesmo que o tempo seja predominante dentro do paradigma de conjugação verbal, Travaglia (1985, p. 117) diz que há uma diferença básica entre o aspecto que é “entre o pretérito imperfeito do indicativo (imperfectivo + passado) e o pretérito perfeito do indicativo (perfectivo + passado)”.

O autor (1985) enfatiza também o caráter aspectual dos tempos do passado, pois há maior possibilidade de expressão entre esses tempos verbais, pois que o pretérito imperfeito tem características essencialmente durativas, ou seja, de ação prolongada. Contudo, esse mesmo tempo pode apresentar os seguintes aspectos: iterativo, indeterminado, habitual, inceptivo, cursivo, imperfectivo e terminativo.

O aspecto *iterativo* apresenta ação descontínua e limitada. O aspecto *indeterminado* apresenta uma situação contínua e ilimitada. Nesse sentido, o imperfeito poderia ser usado para indicar naturalidade, genealogia e qualidades de um indivíduo; ou no lugar do presente universal em orações subordinadas a um pretérito, o que pode ser ligado à noção de aspecto indeterminado.

O aspecto *habitual* indica uma situação como tendo duração descontínua e ilimitada. Assim, o tempo de pretérito imperfeito assim como o presente do indicativo, indicam um fato costumeiro. Outro aspecto que o pretérito imperfeito pode apresentar é o aspecto *inceptivo*, que indica uma situação em ponto inicial ou em seus momentos iniciais.

O aspecto *cursivo* indica uma ação no meio de seu desenvolvimento. Nesse sentido, Domingos (2004, p. 85) aponta que o imperfeito pode ser usado para expressar algo que estava se processando quando sobreveio outra ação, ou aquilo que, tendo começado, ainda continuava quando se deu um novo fato, o que indica a conjugação perifrástica (IR) + (PII) + gerúndio. O aspecto cursivo também se encontra presente quando usamos os verbos *discendi*, conjugados no PII ao invés do pretérito perfeito do indicativo (PPI).

O aspecto *imperfectivo* refere-se a um processo em realização, inacabado. Essa noção de não acabado possibilita que o imperfeito possa ser usado para denotar um fato passado, porém ainda não concluído. Por fim, há o aspecto *terminativo*, que indica a ação em seu momento de término, ou seja, em seus últimos momentos.

No que diz respeito ao (PII), Flores e Silva (2000, p. 60-61) dizem que,

Embora o valor temporal do imperfeito seja, na maioria das vezes, marcar um fato passado em relação ao presente, seu valor aspectual nem sempre é de uma duração indeterminada no passado em relação ao presente. Ele pode marcar duração de posterioridade/anterioridade a partir de um fato situado no passado. Assim, cada forma verbal do imperfeito funciona como um novo presente em relação à forma posterior, isso tomando a totalidade do discurso.

Muitos teóricos afirmam que o FP representa uma morfotaxe. Essa afirmação implica assumir que o FP tende a apresentar características mais de aspecto do que de tempo, tanto em suas realizações com verbos simples quanto em contextos perifrásticos. Nesse sentido, pode-se conjecturar que a alternância entre os tempos verbais em questão torna-se viável já que PII também apresenta maior caráter aspectual do que mesmo temporal.

Travaglia (1985, p. 138) aponta que, ao FP, cabe atenuar as noções aspectuais, uma vez que atribui um contexto de realização abstrata; ademais, os tempos do futuro caracterizam-se por apresentar valor modal e, dessa forma, limitariam a expressão aspectual. Logo, ao empregar o PII no lugar de FP, a marca de aspecto seria enfraquecida. Segundo Castilho (1985), o FP é considerado como um tempo que não é capaz de expressar uma noção aspectual, assim como os usos para designar,

[...] ação própria e decidida, promessa ou ameaça, maior realce para os fatos passados, citação (para o presente do indicativo); simultaneidade, concomitância (...), vontade ou desejo, em discurso indireto implícito (para o pretérito imperfeito do indicativo); probabilidade, incerteza, cálculo aproximado, hipótese, observância a preceitos ou normas, ordem atenuada, pedido ou sugestão, eventual, deliberativo (para o futuro do presente); desejo e esperança (para o mais que perfeito do indicativo). (CASTILHO, 1985, p.125)

Embora os tempos de futuro não marquem aspecto, as perífrases verbais bem como os adjuntos adverbiais podem desencadear noções aspectuais. Para tanto, apresenta a seguinte frase (p. 138) “Eu *teria lido* o livro se eu tivesse encontrado”. Diante desse exemplo, o *aspecto perfectivo* se enquadraria no contexto exemplificado, já que o aspecto perfectivo exprime uma situação aspectual terminada, em sua totalidade.

3. 3 As Categorias Modo e Modalidade

Ao nos debruçarmos nos estudos sobre modalidade, vale pontuar que não se deve confundi-lo com a noção de modo. Outro ponto também importante para a iniciação desse tópico gira em torno do caráter múltiplo de conceitos e classificações que tange à modalidade, devido à multiplicidade de abordagens teóricas, mais lógicas, semânticas ou discursivo-pragmáticas.

Diante da multiplicidade de conceitos e classificações, delimitamos a noção de modalidade, a partir das definições apresentadas por Givón (1995; 2001 e 2005); Fleischmann (1982) e Palmer (1986).

3.3.1 Definição

Ante uma possível confusão entre *modo* e *modalidade*, Fleischmann (1982) aponta a distinção entre essas duas categorias. Para ele, modo refere-se a uma morfologia que é própria da categoria dos verbos e que apresenta função modal, ou seja, envolveria um conjunto de paradigmas verbais, tais como: indicativo, subjuntivo e imperativo. À noção de modalidade associa-se os sentidos expressos pela linguagem, uma vez que adicionaria sentidos às significações expressas pela língua. Em termos tradicionais, abordar o caráter modal do verbo implicaria relacioná-lo à atitude do falante frente ao conteúdo proposicional da sua declaração.

Para Palmer (1986, p. 2), a modalidade seria considerada uma modalidade gramatical, passível de descrição e de estudos comparativos, tendo em vista os diferentes modos pelos quais as línguas podem diferir umas das outras. Assim, “modalidade não se relaciona semanticamente ao verbo primariamente, mas a todo o enunciado. Não é surpreendente, então, que existam línguas nas quais a modalidade é marcada em outro lugar que não o verbo ou dentro do complexo verbal”²⁰.

Givón (1995; 2001) compreende modalidade como uma propriedade lógica do enunciado e, dessa forma, busca associar a atitude do falante em face do enunciado anunciado por ele. Givón (1995; 2001), portanto, não se prende a essa visão mais global do caráter modal do verbo. Ao buscar relacionar a atitude do falante ao momento do enunciado, aponta a importância dos participantes na situação comunicativa, dado que a atitude do falante não se restringiria somente ao enunciado, proposição, mas alcançaria tanto o ouvinte quanto o próprio falante.

Diante do fato de que o enunciado envolve participação mútua entre os falantes, o autor (1995; 2001) considera duas modalidades, muitas das vezes consideradas por ele como ‘submodos’, já que “não são mutuamente exclusivas e até se intersectam de várias maneiras” (REIS, 2003, p. 49): o *juízo epistêmico*, cujos valores são: verdade, probabilidade,

²⁰ "modality is not semantically related to the verb primarily, but to the whole statement. It is not surprising, then, that there are languages in which the modality is marked elsewhere than in the verb or verbal complex".

certeza, crença e evidência e o *juízo de valor*, representado por: desejo, preferência, habilidade, obrigação e manipulação.

Givón (2001) propôs redefinir as proposições lógicas dentro do contexto comunicativo. Para isso, apresenta dois termos: *fato* e *não-fato* no mundo, cada um representado por dois equivalentes comunicativos. Para o *fato*, teríamos: a) *pressuposição*: verdade necessária e b) *asserção realis*: verdade factual. Para o *não-fato*, teríamos: a) *asserção irrealis*: verdade possível e b) *asserção negativa*: não verdade.

O Quadro 5 comparativo detalha a relação entre pressuposições e asserções, conforme Givón (2001, p. 151).

Quadro 5 - Relação entre pressuposições e asserções, conforme Givón (2001, p. 151)

FATO	NÃO FATO
<i>Pressuposição</i> : A proposição é considerada verdadeira, há concordância prévia entre os falantes e é constituída por uma convenção genericamente compartilhada. Considerada uma suposição verdadeira, porque é enunciada pelo falante sem contestação do ouvinte.	<i>Asserção irrealis</i> : Proposição considerada possível, provável ou incerta (submodos epistêmicos), necessária, desejada ou até mesmo indesejada (submodos deônticos). A contestação efetuada pelo ouvinte é prontamente recebida, esperada ou solicitada, já que o falante não está pronto para reforçar a asserção com evidências plausíveis.
<i>Asserção realis</i> : a proposição é fortemente considerada verdadeira. Há contestação pelo ouvinte de forma apropriada, já que o ouvinte dispõe de evidências para defender sua crença.	<i>Asserção negativa</i> : a proposição é fortemente considerada como falsa, representada por contradição às crenças assumidas pelo ouvinte. Há contestação antecipada do ouvinte e o falante dispõe de evidências ou outras bases para reforçar sua crença.

FONTE: Givón (2001, p. 151).

Em Palmer (1986, p. 18) também pode ser encontrada a distinção entre essas duas modalidades principais. Para ele, a modalidade *epistêmica* refere-se ao conhecimento, à crença ou à opinião; enquanto a modalidade *deôntica* refere-se à necessidade ou possibilidades dos atos desempenhados na enunciação. O autor (1986) também acrescenta a essas duas noções de modalidade uma terceira modalidade, denominada de dinâmica, desenvolvida com o objetivo de fazer referência à habilidade/capacidade.

Fleischmann (1982) também reconhece e distingue as duas modalidades básicas do discurso: a *epistêmica* e a *deôntica*. O autor (1982, p.13) considera a modalidade epistêmica como aquela que expressa atitudes de dúvida, crença e se refere ao comprometimento do falante com a verdade da proposição. A modalidade deôntica, segundo ele, expressa atitudes, já que a interpretação linguística está ligada às noções de obrigação e ao “ato pelo qual a vontade se determina a alguma coisa” (volição).

Há outros teóricos (TRAUGOTT; DASHER, 2005) que também delineararam estudos referentes à modalidade e buscaram defini-la mediante três tipos de modalidade: deôntico, epistêmico e habilidade/capacidade, esta última corroborando com as ideias de Palmer (1986).

O subtópico a seguir objetiva discutir a relação modal entre os modos do indicativo (*realis*) e os do subjuntivo (*irrealis*). Consideramos, neste trabalho, o modo *irrealis* mediante a alternância verbal entre o FP e o PII do indicativo, na apódose, em construções condicionais iniciadas por *se*.

3.3.2 A relação modal entre os modos do Indicativo e do Subjuntivo

Os termos *realis* e *irrealis* são representativos das nomenclaturas constitutivas dos modos indicativo e subjuntivo, respectivamente. A essa questão, Epiphanyo Dias (1970, p. 72) caracteriza-os e apresenta seus valores modais:

Podemos notar, em resumo, um contraste básico entre as formas do subjuntivo, que indicam desejo, dúvida, hipótese, incerteza, ou simplesmente indefinição (que podemos resumir na significação geral de irreal), e as do indicativo, que indicam o fato, simplesmente, sem conotação de irreal.

O caráter opositivo entre os modos indicativo (*realis*) e subjuntivo (*irrealis*) não é muito representativo, sendo a forma *realis* a mais recorrente na enunciação. Diante dessa relação de oposição, Pontes (1973, p. 70):

Não é muito nítida, nem rígida, porque as formas com sentido subjuntivo ocorrem quase exclusivamente em orações subordinadas, simultâneas com determinadas expressões com que não ocorre o indicativo, numa distribuição parcialmente complementar.

A ideia de que o subjuntivo apresenta marcas modais de possibilidade, caracterizada pela *irrealis*, também é fortalecida por Givón (2001), uma vez que elas estariam interligadas tanto às orações principais quanto às orações subordinadas, em específico, às condicionais. Em face do caráter modal inerente à forma verbal do indicativo, o mesmo autor (2001) aponta que são mais recorrentes as formas que indicam realidade, sendo poucas as indicadoras de irrealidade.

Graças a essa relação, a categoria modo pode ser definida como “julgamento implícito do falante a respeito da natureza, subjetiva ou não, da comunicação que faz” (CÂMARA JR., 1967, p. 98), sendo, portanto, representativa do caráter subjetivo do modo do subjuntivo. No

modo indicativo, o representante que denotaria sentido de possibilidade, ou seja, *irrealis*, seria o futuro do pretérito.

Uma vez que os informantes do *corpus* estão sempre emitindo julgamento de valor, expressando crenças e opiniões, pensamentos sobre algo, atitudes cujas concretizações ainda lhes são desconhecidas, podendo estas se tornarem realidade ou não, podemos conjecturar que, nesta pesquisa, os dados coletados referem-se à variação, na apódose, em contextos *irrealis* e/ou hipotéticos porque tais contextos a admitem em se tratando de tempo verbal: [pretérito imperfeito do subjuntivo + pretérito imperfeito do indicativo e/ou futuro do pretérito do indicativo].

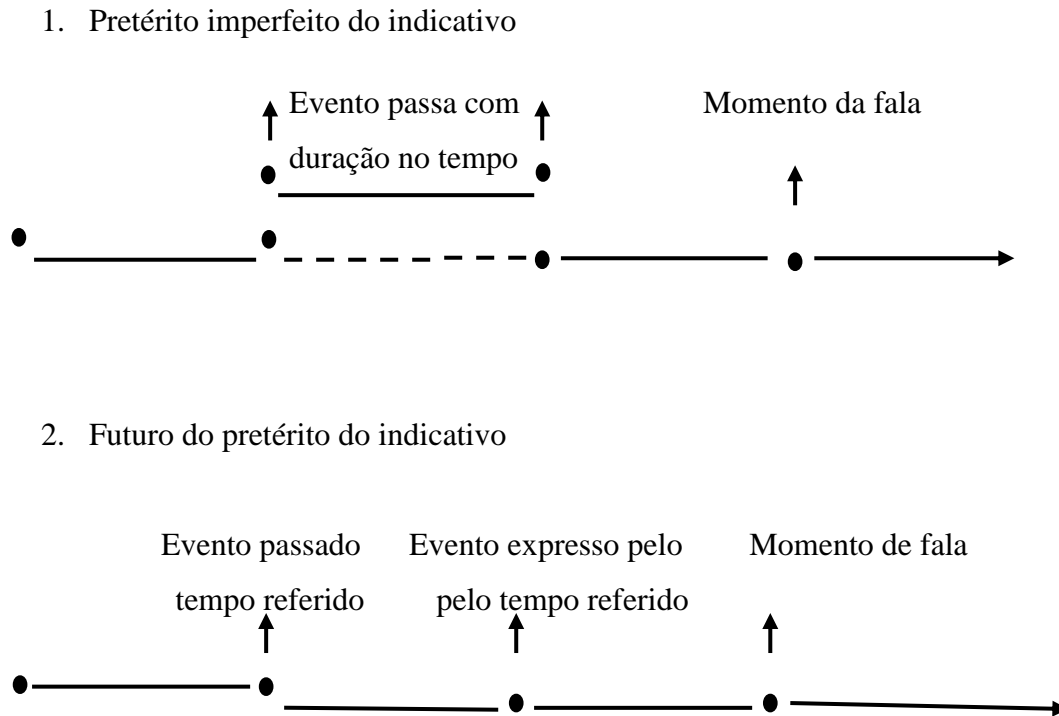
Quanto à relação entre os modos do indicativo e do subjuntivo, podemos considerar que há três possibilidades de caracterizar a noção de *irrealis* dentro dos traços modais dos verbos: pretérito imperfeito do indicativo, futuro do pretérito do indicativo e pretérito imperfeito do subjuntivo. Vale ressaltarmos que não apenas a forma de pretérito imperfeito do subjuntivo esteja ligada à noção de *irrealis*, já que se enquadra no subjuntivo, todavia as outras duas formas representativas do indicativo também podem exercer o caráter irreal, da possibilidade. Logo, corroborando com a ideia de Domingos (2004, p. 57) dá-se a entender que “a modalidade também pode ser depreendida do contexto”.

3.3.3 A possibilidade de alternância entre o futuro do pretérito (FP) e o pretérito imperfeito do indicativo (PII) em contextos *irrealis* ou hipotéticos

Nesta subseção apresentamos um delineamento das noções que podem ser expressas pelos tempos verbais em questão, a fim de ajudar na compreensão da possibilidade de alternância entre eles.

Para os pesquisadores Lakoff e Johnson (1980), a categoria tempo é compreendida como um espaço. Em tal caso, poderia ser esquematizada uma linha temporal cujos tempos apontados neste trabalho se localizariam temporalmente. Para tanto, as linhas abaixo são representativas dos tempos de pretérito imperfeito do indicativo e do futuro do pretérito do indicativo.

Figura 3 - Representação dos tempos de pretérito imperfeito do indicativo e do futuro do pretérito do indicativo



Diante da possibilidade da alternância entre esses dois tempos verbais, vale salientarmos que o PII revela uma relação de passado, porém com aspecto durativo. O tempo em questão também pode ser empregado em contextos que expressem o *irrealis*. Já o futuro do pretérito, além de revelar um contínuo posterior a um referente passado, pode enunciar hipótese ou probabilidade. Dessa forma, é plausível a possibilidade de alternância entre os dois tempos verbais, já que ambas podem categorizar situações hipotéticas.

Julgamos, portanto, que a junção entre modalidade e temporalidade poderia constituir construções hipotéticas do tipo: Se o mundo acabasse hoje, *eu pediria* perdão a Deus pelos meus pecados (BOS. L2. 16 e 7. p. 2), já que constituiria, cognitivamente, a uma construção contrafactual. Assim, o informante no ato enunciativo, frente às múltiplas possibilidades que o circunda, tenderia escolher entre uma forma verbal ou outra para se adequar linguisticamente a situação criada. Logo, isso ocorreria também quando o falante opta pelo uso do PII em detrimento do FP, conforme o exemplo (35):

(37) Se eu ganhasse muito dinheiro, *ajudava* a minha família (ACBG. L6. 13. p. 9)

Em face da possibilidade real de variação entre o FP e o PII, não se deve deixar de lado o fator de modalização, tendo em vista que ela indica a atitude do falante frente ao contexto proposicional do enunciado, constituído a partir da relação existente entre o *dictum* e o *modus*. O primeiro faz referência ao conteúdo proposicional, enquanto o segundo determina o modo como o que se diz é dito ou também pode determinar a atitude enunciativa.

O tempo de FP tende a ser empregado com valor modal, o que denotaria hipótese ou polidez, já que apresenta interpretação temporal não significativa. Vale pontuar que as formas sintéticas ou perifrásticas de FP podem ser alternadas pelas formas de PII e empregadas com valor temporal quando o falante adota situações prospectivas em suas narrativas.

Podemos afirmar também que a alternância entre os tempos verbais em estudo torna-se viável de acordo com os contextos de uso, visto que esses verbos compartilham traços de aspecto inconcluso. Conforme Pontes (1990, p. 50), “[...] a nossa experiência se dá no presente. O que a língua mostra é o estabelecimento de uma relação entre o imaginário, o mundo da fantasia e o não contemporâneo”. Logo, o que se distancia do ato enunciativo tende a se aproximar do contexto irreal.

O pretérito imperfeito do indicativo pode indicar um tempo futuro, mas em relação a algo passado (futuro do pretérito), como no exemplo abaixo, retirado do *corpus* da pesquisa:

(38) [...] Ela **tinha que fazer** tudo de imediato, porque se deixasse para amanhã, **juntava** o serviço dos outros dias e **complicava** as outras atividades (ACBG. L6. 133. p. 9).

Tomando como base o exemplo acima, temos a primeira ocorrência do pretérito imperfeito referindo-se a uma obrigação que se deu no passado (tinha que fazer) e as outras duas ocorrências (juntava e complicava) se referindo a uma possibilidade que só se tornaria realidade se a primeira ação não se tivesse cumprido (Ela tinha que fazer tudo de imediato).

De acordo com Ilari (2001, p. 156) uma das principais diferenças entre pretérito imperfeito do indicativo e o pretérito perfeito seria:

Uma sequência de sentenças no imperfeito do indicativo em uma narrativa pode ser interpretada como indicação de que o momento de referência é o mesmo para todas, produzindo um efeito de descrição diferente daquele de uma sequência de sentença no perfeito do indicativo, que é interpretada como apresentação de fatos sucessivos.

É possível que tal fato possa ocorrer, já que o imperfeito pode indicar processos que têm curta duração dentro da escala temporal, assim como o perfeito do indicativo diz respeito a ações mais pontuais. Assim, o uso do imperfeito pelo futuro do pretérito explica-se pela

possibilidade de ambos expressarem o desconhecido. O que está distante do momento da enunciação aproxima-se, portanto, do irreal.

Ao usar o imperfeito no lugar do futuro do pretérito, muda-se o foco de atenção sobre as ideias relacionadas ao tempo que podem ser expressas pelo verbo: o que emerge quando se dá essa troca não é propriamente um recorte da linha temporal, mas a possibilidade de expressar o não real, o que está distante do momento da enunciação.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo são descritos os passos da análise quantitativa e os grupos de fatores controlados a fim de sistematizar a alternância entre os tempos verbais de futuro do pretérito e de pretérito imperfeito do indicativo em construções condicionais iniciadas por *se*, mediante um *corpus* de fala informal, coletado em Alagoas - AL.

O objeto de estudo da Sociolinguística Quantitativa é a estrutura e a evolução da língua dentro do contexto social da comunidade de fala. Há, portanto, uma preocupação pelo estudo do vernáculo²¹, da função comunicativa e social da língua, que é vista como fator determinante na identificação de grupos e na observação de contrastes sociais na comunidade.

O presente estudo está inserido na perspectiva teórico-metodológica dos pressupostos da Sociolinguística Quantitativa (LABOV, 2008 [1972]), que estuda a interação entre o uso da língua e a organização do comportamento de fala, correlacionando os aspectos linguísticos e sociais.

4.1 A Sociolinguística Quantitativa: O Construto Metodológico

Segundo Tagliamonte (2006, p. 33),

A Sociolinguística argumenta que a língua existe em um contexto, dependente dos falantes que a está usando, e dependendo de onde ela está sendo usada e a razão. Os falantes marcam a sua história pessoal e sua identidade na sua fala, assim como sua situação sócio-cultural, econômica e localização geográfica em um determinado tempo e espaço (Tradução nossa)²²

O desenvolvimento de uma pesquisa capaz de dar conta de aspectos linguísticos e sociais através de duas ou mais variantes possibilitou o florescimento de um construto teórico pautado em um princípio metodológico eficaz que permite ao pesquisador coletar dados reais de fala e, posteriormente, selecioná-los para uma possível análise linguística.

Segundo Guy e Zilles (2007, p. 73) “antes do advento da metodologia de quantificação, a variação linguística era considerada secundária, aleatória ou mesmo impossível de ser cientificamente apreendida”. À vista disso, a proposta metodológica implementada pela Sociolinguística Quantitativa (LABOV, 2008 [1972]) representou um instrumento favorável para o entendimento dos fenômenos variáveis, nos diversos níveis de análise e em diferentes

²¹ Enunciação e expressão de fatos, proposições, ideias (o que) sem a preocupação de como enunciá-los.

²² “Sociolinguistics argues that language exists in context, dependent on the speaker who is using it, and dependent on where it is being used and why. Speakers mark their personal history and identity in their speech as well as their sociocultural, economic and geographical coordinates in time and space” (TAGLIAMONTE, 2006, p. 3).

comunidades, e uma ruptura ao fazer científico pautado pelo princípio da intuição de um falante-ouvinte ideal.

Considerar a variável como uma unidade estrutural representou uma ruptura com a tradição linguística em um momento de renovação metodológica. Sendo assim, a unidade de qualquer nível de análise linguística – que até antes do surgimento da proposta variacionista tinha sido inalterável, controlada e qualitativa – passa a ser mutável, sucessiva e quantitativa. Sobre esse aspecto, Labov (2008[1972], p. 236 e 237, grifos nossos) aponta que:

As limitações impostas por Chomsky aos dados de input o levaram à convicção de que a teoria é não determinada pelos dados (1966), isto é, sempre haverá muitas análises possíveis para cada conjunto de dados, e serão necessárias medidas de avaliação internas para escolher entre elas. Assumimos a posição contrária. Por meio do estudo direto da língua em seu contexto social, o montante dos dados disponíveis se expande enormemente e nos oferece formas e meios de decidir qual das várias análises possíveis está correta.

Labov (2008 [1972], p. 299) enfatizou a relevância dos dados para uma pesquisa científica e apontou que “a natureza de seus dados não permite convergência com qualquer outra visão ou confirmação decisiva deles”. Assim, a pesquisa variacionista, inserida em um contexto metodológico quantitativo, organiza e seleciona os dados de fala e propicia uma descrição mais precisa e concreta do fenômeno linguístico. As análises quantitativas permitem ao pesquisador entender a sistematicidade da variação, bem como a influência dos fatores linguísticos e sociais no uso de variantes linguísticas.

Nos estudos implementados pela Sociolinguística Quantitativa, a coleta de dados é o ponto crucial para a análise linguística. As amostras de fala devem ser representativas das estruturas linguísticas e sociais. Para isso, é preciso uma quantidade significativa de dados, todavia esse processo necessita de cuidados e pode implicar “problemas ligados ao controle de qualidade e confiabilidade, a manuseio e apresentação de dados, e a interpretação e inferência”. (GUY; ZILLES, 2007, p. 19)

A necessidade de uma quantidade significativa de dados faz com que o pesquisador crie mecanismos para que o informante empregue o uso linguístico mais próximo de uma situação informal de fala. Tarallo (1990, p. 21) apresenta em seu livro, com base em Labov (2008 [1972]), o método de entrevista sociolinguística. A aplicação desse método em pesquisas sociolinguísticas auxilia na minimização da relação pesquisador-informante, suavizando o efeito “negativo” que a presença do pesquisador, junto com seu gravador, pode ocasionar.

No ato da coleta de dados, é necessária a participação direta do pesquisador. É preciso repensar a forma de abordagem que o entrevistador deve proceder ante o informante, pois a

presença do gravador pode inibir o entrevistado e isso tende a repercutir em seus usos linguísticos, gerando o que Labov (2008 [1972], p. 244) define como “paradoxo do observador”.

A contribuição da pesquisa linguística em uma comunidade de fala seria, portanto, elucidar como as pessoas se expressam em situações espontâneas de fala. Segundo Labov (2008 [1972], p. 244) “só podemos obter tais dados por meio da observação sistemática”. Para tal fim, Schiffrin (1981, p. 45) afirma que “as narrativas orais são o ambiente ideal para o estudo quantitativo da variação no plano discursivo, o que propicia uma análise controlada e sistematizada dos aspectos formais e funcionais da variação”. Aí reside a importância de um construto metodológico capaz de “[...] reduzir os seus efeitos, e obter amostras de fala tão natural quanto possível” (CAMPOY, 2005, p. 15, tradução nossa)²³, tarefa do pesquisador que lida com dados reais de fala.

Tarallo (1990, p. 20) afirma que:

[...] O pesquisador da área da sociolinguística precisa, portanto, participar diretamente da interação. É claro que, sendo especialmente interessado na comunidade como um todo, ele também se utilizará do método da observação no momento de adentrar a comunidade de falantes. Sua participação direta na interação com os membros da comunidade é, no entanto, uma necessidade imposta pela própria orientação teórica.

O emprego de narrativas que retratem o cotidiano do informante pode ser uma proposta eficiente para um contexto dialógico mais próximo da realidade do entrevistado. É preciso que o gravador seja incorporado à coleta sem causar constrangimento ou bloqueios no informante, neutralizando a condição de pesquisa que o ato da coleta de dados pode possibilitar. Outro ponto importante, e que deve ser levado à risca, é o emprego da palavra “língua”. Para Tarallo (1990, p. 21) “a palavra ‘língua’ deverá ser evitada a qualquer preço, pois o objetivo é que o informante não preste atenção a sua própria maneira de falar. ”

Os estudos voltados à perspectiva quantitativa trouxeram significativas contribuições ao fazer científico e à representação real das estruturas linguísticas. Os dados passaram a ser coletados mediante a situação real de interação entre pesquisador e informante. Essa relação viabiliza a sistematização das estruturas linguísticas, da mesma maneira que auxilia a compreensão de quais fatores linguísticos e extralinguísticos são significativos no uso de variantes linguísticas.

O subtópico a seguir apresenta a constituição do *corpus* de nossa pesquisa, assim como os procedimentos para a obtenção dos resultados percentuais e dos pesos relativos.

²³ “[...] reducir sus efectos, y obtener muestras de habla lo más natural posible”.

4.2 O *Corpus* da Pesquisa

Os dados utilizados para a constituição desta pesquisa foram retirados do *corpus* organizado por Oliveira (2010)²⁴. Utilizamos um total de 48 entrevistas, com duração média de 15 a 20 minutos. Os informantes selecionados para a composição desse *corpus* foram divididos em três faixas etárias: de 15 a 30 anos, de 31 a 45 anos e acima de 46 anos, compostas por homens e mulheres. Por fim, os participantes compreenderam dois níveis de escolaridade: fundamental e superior.

Obtivemos cerca de 16 horas de gravações, registradas em áudio digital, que assegura melhor qualidade às gravações e, conseqüentemente, nos possibilitou uma análise mais precisa dos dados. Todo o material coletado encontra-se sob a guarda do pesquisador e constituirá o Banco de Dados do Projeto de Pesquisa *Descrição e Análise de Aspectos Gramaticais e Variacionais de Línguas Brasileiras*, coordenado pelo Prof. Dr. Aldir Santos de Paula, da Universidade Federal de Alagoas.

Como este trabalho se insere dentro de uma perspectiva sociolinguística, que tem como objeto de estudo verificar a língua falada no seu estado mais natural e espontâneo, procuramos assegurar a maior proximidade possível do vernáculo durante a coleta de dados. As entrevistas foram desenvolvidas com base nos princípios da Sociolinguística Quantitativa. Para tanto, organizamos um guia de perguntas que apresentassem situações hipotéticas para que, na hora da entrevista, houvesse uma ordem a ser seguida:

Quadro 6 - Guia de perguntas utilizadas para a constituição do *corpus*

1.	E... se você ganhasse na sena?
2.	E... se você fosse o (a) atual presidente (a) do Brasil?
3.	E... se o mundo fosse acometido por um vírus letal?
4.	E... se o mundo acabasse hoje?
5.	E... se você ou alguém da sua família fosse vítima de algum tipo de violência?
6.	E... se existisse vida em outros planetas?
7.	E... se houvesse uma terceira guerra mundial, você?
8.	E... se algum parente seu fosse convocado para a guerra, você?

FONTE: Oliveira (2010).

²⁴ Esse *corpus* constituiu a pesquisa intitulada “O futuro do pretérito e o pretérito imperfeito do indicativo na oração principal em contextos hipotéticos na fala de alagoanos”, dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da UFAL (2010).

Os dados de fala foram coletados através de entrevistas gravadas em instrumento digital e transcritas segundo a norma ortográfica para posterior seleção e tratamento quantitativo e percentual, segundo Labov (2008 [1972]).

Depois de selecionados, os dados coletados foram submetidos ao modelo estatístico aplicado à Sociolinguística Quantitativa, o programa computacional Goldvarb X (2005), também conhecido como VARBRUL (PINTIZUK, 1988), que calcula o número de ocorrências das variantes em correlação com os grupos de fatores controlados, sua frequência em percentual, e ainda estabelece os níveis de interatividade dos fatores em termos de pesos relativos, com cálculos probabilísticos.

O cálculo de probabilidades atua em níveis. Em um primeiro nível, o programa calcula a probabilidade de atuação de cada grupo de fatores separadamente, selecionando o grupo mais significativo para a escolha das variantes. No segundo nível do programa faz interagir o primeiro grupo significativo com os demais, testando a significância de cada novo grupo e selecionando o próximo grupo de fatores estatisticamente relevante, operando sucessivamente até que nenhum outro grupo seja selecionado.

A relevância do programa está na interação dos grupos de fatores controlados na pesquisa, estabelecendo os níveis hierárquicos de significância desses grupos para a seleção das variantes linguísticas analisadas. Os resultados numéricos obtidos pelo programa só têm valores estatísticos.

Abaixo são apresentadas variáveis controladas consideradas neste estudo.

4.3 Grupo de Fatores Controlados

O envelope de variação desta pesquisa foi constituído por variáveis linguísticas e não linguísticas, conforme proposto na metodologia da Sociolinguística Quantitativa. O Quadro 7 abaixo descreve as classificações das nomenclaturas e as siglas dos fatores utilizados para a rodada no Goldvarb X (2005):

Quadro 7 - Classificação das nomenclaturas e siglas dos grupos de fatores utilizadas para a rodada no Goldvarb X (2005)

SEXO	h – homem; m – mulher.
FAIXA ETÁRIA	j – jovem; a – adulto; i – idoso.
ESCOLARIDADE	f – fundamental; s – superior.
PARALELISMO FORMAL	p – ocorrência idêntica à anterior; n – ocorrência diferente da anterior; y – ocorrência isolada; z – ocorrência precedida de gatilho em FP; g – ocorrência precedida de gatilho em PII.
AMBIENTE SINTÁTICO SEMÂNTICO	c – período hipotético em ordem canônica; d – período hipotético em ordem não canônica; w – oração independente.
CONSTRUÇÃO VERBAL	f – formas simples; b – formas perifrásticas.
TIPO DO VERBO AUXILIAR	k – verbo <i>ir</i> ; l – verbo <i>ter</i> ; q – verbo <i>poder</i> ; u – verbo <i>ser</i> .
SALIÊNCIA FÔNICA	s – verbos <i>ser</i> ; t – verbos <i>ter</i> e <i>vir</i> ; v – verbos da primeira conjugação; o – verbos com oposição /r/ vs. /z/; r – verbos de segunda e terceira conjugações.
MODALIDADE	e – modalidade epistêmica; x – modalidade deôntica.

FONTE: Oliveira (2016).

4.3.1 Variáveis Sociais

4.3.1.1 Sexo

Os estudos sociolinguísticos vêm demonstrando que há distinção significativa entre a linguagem empregada por homens e por mulheres, em específico, por exercerem papéis sociais diferentes. Essas pesquisas evidenciaram também que as mulheres encabeçam o processo de mudança linguística; todavia, quando a variante é considerada não-padrão e, por conseguinte, estigmatizada, as mulheres tendem a ser conservadoras. Logo, empregam mais as variantes de prestígio do que os homens.

Para este grupo de fatores, temos como hipótese o fato de que as mulheres, por serem mais conservadoras do que os homens, em seu ato espontâneo de fala, realizam com maior frequência o uso de FP, ao passo que os homens tendem a realização de PII²⁵. A variável sexo torna-se, portanto, um fator significativo nos processos de variação e mudança linguística e atua no sentido de que as mulheres, em geral, apresentam maior propensão à observância das normas linguísticas.

²⁵ Para fins de análise, as formas sintéticas de FP e de PII foram amalgamadas às construções perifrásticas V(FP)+INF e V(PII)+INF.

Podemos constatar, a partir dos dados preliminares do *corpus*, que tanto os homens quanto as mulheres alternam o FP e o PII em contextos hipotéticos e que a alternância entre os informantes é significativa. Os exemplos (38) e (39) exemplificam as realizações apresentadas por homens e mulheres:

(38) Se fosse acometido pelo vírus letal, o mundo **iria lamentar** pelo nosso sofrimento. (DHS. L9. 145, 46, 47, 48 e 49. p. 16)

(39) Se eles fossem assim eu não **ia chegar** nem perto. (WJSG. L11. 127, 28, 29 e 30. p. 19)

4.3.1.2 Faixa etária

As pesquisas sociolinguísticas têm evidenciado que a mudança em andamento, em determinada língua, refere-se à distribuição das variantes por entre os grupos etários representativos do corpo social em estudo. Dessa forma, ao ser comprovada linguisticamente a existência de uma repartição uniforme e de uma correlação significativa estatisticamente entre a faixa etária dos constituintes da pesquisa e o uso das variantes em estudo, pode haver a confirmação de um processo de mudança em curso. Nesse sentido, informantes representados por pré-adolescentes e adolescentes poderiam encabeçar um processo de mudança.

O estudo da variável faixa etária apresenta-se, portanto, como um fator significativo para os estudos sociolinguísticos, já que indica se determinado fenômeno linguístico encontra-se em processo de mudança ou se ele apenas diz respeito a um fenômeno de variação estável.

Ao discutir sobre a influência da variável sexo nos estudos linguísticos, Corvalán (1988, p. 76) aponta que os informantes representativos da faixa etária entre 20 e 50 anos são os que encabeçam a disputa pelo mercado de trabalho e, por conseguinte, estão em ascensão social. Desse modo, a execução de um trabalho, atividade ou empreendimento estaria relacionado ao uso de variantes-padrão, tendo em vista a exigência do mercado de trabalho sobre o uso da linguagem. Em contrapartida, os informantes representativos da faixa etária de 31 a 45 anos tenderiam ao uso linguístico da forma mais monitorada. Os mais jovens, por sua vez, não necessitariam o uso mais monitorado da fala; embora estejam em um contexto escolar, ainda não foram inseridos em um contexto profissional cuja ascensão social esteja diretamente ligada ao uso de formas prestigiadas linguisticamente. Informantes pertencentes à faixa etária com mais de 50 anos, supostamente, por já estarem estabilizadas podem, eventualmente, se monitorar menos, tendo em vista uma menor preocupação com o mercado profissional.

O que se espera, portanto, com o estudo desse grupo de fatores é constatar se o uso da variante está ligado a algum dos grupos etários dessa pesquisa e, com isso, ratificar o processo de variação estável frente ao fenômeno em estudo. Abaixo são apresentados os exemplos (40-42) que permitem uma melhor visualização dos usos linguísticos representativos da faixa etária:

(40) Se existisse eu **queria conhecer**. (BOS. L2. 122. p. 2)

(41) Se meus parentes fosse convocados né assim irmão essas coisa toda eu **ficaria** triste. (RKSO. L3. 15. p. 3)

(42) Se eu ganhasse na sena a princípio eu **ia organizar** minha vida. (NRAL. L4. 19. p. 5)

4.3.1.3 Escolaridade

O nível de escolaridade exerce, socialmente, um papel crítico na fundamentação geral do domínio da língua padrão pelos informantes, do mesmo modo que influencia o monitoramento linguístico, tendo em vista que quanto maior o nível escolar, maior a exigência social para a inserção dos membros de uma comunidade linguística no mercado de trabalho.

A escola exerce grande influência no aspecto concernente à socialização dos usos considerados de prestígio. Dessa forma, torna-se imprescindível considerar o grau de escolaridade do informante a partir do tempo escolar que ele socializou conhecimentos, possivelmente, reflexivos sobre a língua.

Diversos estudos sociolinguísticos vêm demonstrando a influência que a variável escolaridade exerce dentro do conjunto de variantes possíveis na língua portuguesa. Nesse sentido, os dados revelaram que o nível escolar mais alto propicia o uso de variantes-padrão, bem como uma maior monitoração no uso da língua falada.

É possível verificar, dentro do contexto escolar, certa predileção pelo uso de FP em detrimento de PII, mesmo que algumas gramáticas apontem que o PII pode substituir o FP em contextos *irrealis*, principalmente em contextos com menor monitoramento linguístico. Os livros didáticos ao mencionarem a alternância entre os tempos verbais em estudo não apontam reflexões de possíveis contextos de uso e vinculam o PII à ideia de um passado habitual e o FP à de um evento irreal. Os usos perifrásticos sequer são mencionados, embora o emprego das perífrases verbais seja constante na língua falada.

Sendo o FP a forma verbal considerada padrão, estudada sistematicamente no contexto escolar e, conseqüentemente, transmitida pelos docentes de língua portuguesa, é de se

conjeturar que ela seja representativa de uma classe que apresente maior nível escolar, uma vez que o contínuo escolar estabelece normas linguísticas que são perpassadas e apreendidas no decorrer do processo de inserção do indivíduo no âmbito escolar. Verificamos, portanto, que o uso de FP é empregado em contextos que impliquem maior prestígio social e, assim, podemos inferir que quanto maior o nível escolar, maior a propensão do uso de FP em detrimento de PII.

Os exemplos abaixo exemplificam os usos representativos dos níveis escolares: fundamental e superior:

(43) Se ele quisesse ele **ia** também. (WJSG. L11. l4, 5, 6 e 7. p. 19)

(44) Se fosse minha avó ou meu vô sei não o que é que eu **ia fazer**. (ESS. L13. l11 e 12. p. 23)

4.3.2 Variáveis linguísticas

4.3.2.1 Paralelismo formal

O princípio do paralelismo pode ser definido como uma tendência à repetição da mesma variante quando os dados aparecem em cadeia. O paralelismo formal, nos estudos sociolinguísticos, visa determinar e compreender a reprodução contínua das variantes na apreciação dos dados de um *corpus*.

Esse grupo de fatores torna-se relevante para o estudo da alternância verbal e auxilia no entendimento do uso desses verbos nas seguintes ocorrências, exemplificadas por usos encontrados no *corpus*:

a) Ocorrência idêntica a anterior

(45) Aí agora é complicado porque **iria mexer** comigo, mas eu me **apegaria** a Deus do mesmo jeito. (ACBG. L6. l42. p. 10)

(46) Todo mundo **ia morrer** o mundo **ia acabar** por exemplo. (ACBG. L6. l33. p. 9)

b) Ocorrência diferente da anterior

(47) Seria um impacto muito grande **ia ficar** muito revoltada **ia procurar** a justiça. (JPCML. L7. l29. p. 11)

(48) **Ia dar... ia dar** o meu melhor, só que eu **acreditaria** que **seria** sem chance de vitória. (ACRS. L8. l39 e 40. p. 13)

c) Ocorrência isolada

(49) A gente **deveria** buscar recurso. (ACBG. L6. 123 e 24. p. 9)

(50) **Seria** descoberto. (R. L5. 148. p. 8)

d) Ocorrência precedida em gatilho em FP

(51) Entrevistador: E se você fosse vítima de qualquer violência como roubo, assalto, sequestro ou outros, o que você **faria**?

Informante: **Eu reagiria** o mais tranquilamente possível e depois **tentaria** é... é tomar as providências necessárias. (NRAL. L4. 115. p. 5)

(52) Entrevistador: É... o que você **faria** se descobrisse que alguém está mentindo para você?

Informante: **Tentaria** saber se era verdade e depois cortaria... todos os meus relacionamentos com essa pessoa. (RKSQ. L3. 141. p. 4)

e) Ocorrência precedida de gatilho em PII

(53) Entrevistador: Assim, Ronald, se você fosse vítima de qualquer violência, assim, você fosse como roubo, assalto, sequestro ou outra coisa, o que você **fazia**?

Informante: **Chamava** a polícia. (BOS. L2. 13 e 4. p. 2)

(54) Entrevistador: Não, mas o que você **fazia**?

Informante: **Ficava** desesperado, né, porque o mundo **ia acabar**. (NRAL. L4. 16. p. 5)

4.3.2.2 Ambiente sintático-semântico

Em contextos *irrealis*, os aspectos sintáticos e semânticos exercem significância quanto à escolha de uso das variantes, considerando-se as formas sintéticas ou perifrásticas. As construções sintáticas do tipo hipotéticas são constituídas pelas seguintes caracterizações: prótase (oração subordinada condicional) e apódose (oração principal), cuja simplificação seria (Se + prótase + apódose) ou pela inversão da ordem canônica (apódose + se + prótase).

É importante frisar que a alternância verbal em estudo é visualizada no âmbito da apódose e que pode ocorrer tanto em períodos hipotéticos (Se eu pudesse comprar aquele carro, eu comprava/compraria/ia comprar...) quanto em orações encaixadas (A Thaise disse que chegava/chegaria/ia chegar tarde em casa).

O que se espera, portanto, com o estudo do ambiente sintático-semântico é ampliar a compreensão no que tange à relação entre os aspectos sintáticos e semânticos na escolha de uma das formas verbais na apódose. Para tanto, subdividimos esse grupo de fatores em:

a) Período hipotético em ordem canônica

(55) Se eu tivesse o poder eu **mudava** tudo. (WJSG. L11. 127, 28, 29 e 30. p. 19)

(56) Se eu pudesse eu **mudaria** a partir daí. (LLOA. L12. 121, 22 e 23. p. 21)

b) Período hipotético em ordem não canônica

(57) Nem sei dizer o que **faria** se eu ganhasse. (ESS. L13. 138 e 39. p. 24)

(58) **Ja matar** essa pessoa se ele matasse alguém da minha família. (DVH. L10. 124 e 25. p. 17)

c) Oração independente

(59) **Botava** numa cadeira elétrica. (DHS. L9. 140 e 41. p. 15)

(60) **Ficaria** muito triste (JPCML. L7. 134 e 35. p. 11)

No período hipotético, a inversão da ordem canônica teria implicações na escolha da variante. Desse modo, a ordem canônica favoreceria o uso tanto do FP quanto do PII, na apódose, ao passo que a realização da ordem não canônica condicionaria o uso de FP.

A ordem inversa, portanto, contrariaria as expectativas de que condições precedem fatos, já que a presença de pretérito imperfeito na ordem inversa demandaria maior esforço cognitivo por parte do ouvinte, pois, enquanto a oração condicionante não é anunciada, a interpretação do imperfeito pode ser ambígua: trata-se de uma hipótese ou de um passado habitual?

4.3.2.3 Construção verbal

Foi constatado no *corpus* em análise que a alternância verbal, na apódese, entre os tempos verbais de FP e PII, em construções do tipo *irrealis*, é constituída por formas sintéticas (formas verbais simples) ou perifrásticas (auxiliar + infinitivo). Ao considerar esse grupo de fatores como sendo significativo à pesquisa, objetivamos sistematizar e, concomitantemente, testar a relação existente entre formas sintéticas e perifrásticas como condicionantes para a variação entre o FP e o PII, na fala de alagoanos.

A variável ‘construção verbal’, a partir da observação sistemática do *corpus* coletado, nos induz à conjecturar que as formas simples condicionariam o uso de FP, à medida que as formas perifrásticas condicionariam o PII. Os exemplos abaixo ilustram os usos constituintes da variável em estudo:

a) Formas simples

(61) Eu **fazia** bem o que **estava** fazendo no momento presente. (JPCML. L7. 129. p. 11)

(62) Eu **acabava** com as guerras no mundo. (JPCML. L7. 132. p. 11)

(63) **Levava** pra minha casa depois eu **ia** na polícia e perguntar, ver o que **podia** ser feito. Se eu tivesse condições eu **adotava**. (JPCML. L7. 134 e 35. p. 11)

b) Formas perifrásticas

(64) Eu **ia aproveitar** mais a vida. (R. L5. 146. p. 8)

(65) Eu **tentaria sensibilizar** mais o presidente da república mais pra pra ele parar com essa historinha que está ajudando a população pobre, mas ele não tá... de maneira alguma, ela tá sempre se beneficiando mais do que ajudando a população. Nesse caso, **tentaria colocar** alguma coisa na cabeça dele, algum juízo pra ver se ele... * (DVH. L10. 135, 36, 37 e 38. p. 17)

(66) Faria... dependendo da minha condição financeira, da minha família, **poderíamos ficar ou levar** para alguma... primeiramente ligar para alguma autoridade juizado de menores ou alguma coisa assim para saber qual procedimento legal que deve se ter, né? Nesse caso. Eu desconheço. (DVH. L10. 142, 43, 44 e 45. p. 18)

4.3.2.4 Tipo de verbo auxiliar

O grupo de fatores ‘tipo de verbo auxiliar’ foi desenvolvido a partir da constatação de que há uma ocorrência significativa de construções perifrásticas. Para tanto, foi necessário incluí-lo no estudo para uma compreensão mais sistemática da locução verbal na apódose. Os verbos auxiliares em estudo foram subdivididos da seguinte maneira: verbo *ir*; verbo *poder*; verbo *dever*; e outros verbos. Os exemplos a seguir ilustram cada situação:

(67) Minha reação... **eu ia ficar** muito feliz com certeza. O meu amor por ele eu acho que **ia aumentar** ainda mais. (DVH. L10. 157 e 58. p. 18)

(68) **Teria denunciado** e *ficaria* com bastante medo de sair. (LLOA. L12. 13. p. 21)

(69) # **Poderia tentar** ajudar, mas depende... se eu visse que está meio suspeito ali, eu não *ia* não. Eu *iria poder* ligar para alguém ~~, mas ajudar sozinha... não *ajudaria* sozinha não. (LLOA. L12. 121, 22 e 23. p. 21)

(70) Ah... eu **devia comprar** um monte de coisas... eu *comprava* roupa, ia pro shopping *comprava* barbie, roupas chique. (NRAL. L4. 130 e 31. p. 5)

(71) **Procuraria ajudar** também. (ESS. L13. 129. p. 23)

(72) **Tentaria melhorar** a minha vida e de quem eu pudesse ~~ ao meu lado. (BOS. L2. 117. p. 2)

Como apresentado, as formas perifrásticas são realizações consideradas significativas para os estudos sobre os tempos verbais de FP e de PII, em construções condicionais, na apódoxe e, por conseguinte, relevantes para a sistematização do fenômeno em estudo. Acreditamos que a forma verbal (ir + verbo principal) seja a construção mais recorrente na fala de alagoanos.

4.3.2.5 Saliência fônica

A saliência fônica tem sido considerada um fator de grande significância para pesquisas que se debruçaram a desenvolver uma discussão sobre a relação entre saliência fônica e tempos verbais (SANTOS, 2014; TESCH, 2007), bem como sobre as concordâncias verbal e nominal (LEMLE; NARO, 1977; NARO, 1981). Esse grupo de fatores parte do princípio de que as formas consideradas mais salientes, por serem mais perceptíveis, são mais marcadas do que as menos salientes.

No contexto *irrealis*, acreditamos que compreender a saliência fônica seja relevante para uma sistematização do fenômeno em estudo. À vista disso, verificamos que os verbos de 1ª conjugação (-ria e -va) exercem maior saliência em relação aos de 2ª e 3ª conjugações (-ria e -ia). Dessa maneira, defendemos que a conjugação verbal seja uma variável linguística inerente à variação e, portanto, relaciona-se à saliência fônica.

Outros verbos significativos para o estudo da saliência fônica, no *irrealis*, seriam os verbos irregulares *ser* (seria – era – ia ser), *ter* (teria – tinha – ia ter) e *vir* (viria – vinha – ia vir) e os verbos que são expressos pela alternância no terceiro fonema do radical, na oposição entre /r/ vs. /z/, representados pelos verbos *dizer* (diria – dizia – ia dizer); *fazer* (faria – fazia – ia fazer) e *trazer* (traria – trazia – ia trazer).

Abaixo, os fatores representativos desse grupo de fatores foram separados, em ordem crescente²⁶, para melhor sistematização e análise da variável saliência fônica, conforme Quadro 8:

²⁶ Dentre as possibilidades de ocorrências quanto à saliência fônica, os itens 4 e 5 foram considerados menos salientes. Os verbos de 2ª e 3ª conjugações foram selecionados como o item que representa menor saliência devido ao fato de apresentarem como traço um fonema a mais entre as formas de FP e de PII. Todavia, no item 4, a mudança no fonema /r/ vs. /z/ ocorre no radical da palavra, fato este que leva o item 4 ser mais saliente do que o item 5.

Quadro 8 - Grupo de fatores representativo da variável *saliência fônica*, conforme ordem de maior *saliência*

1.	Verbo <i>ser</i>
2.	Verbos <i>ter</i> e <i>vir</i>
3.	Verbos de 1ª conjugação
4.	Verbos com oposição /r/ vs. /s/
5.	Verbos de 2ª e 3ª conjugações

FONTE: elaborado pelo autor.

Os itens (1), (2) e (3) são considerados os contextos prováveis da *saliência fônica*. O item (1), representado pelo verbo *ser*, configura-se como o mais saliente pelo fato de que há um deslocamento do tema para a desinência. Nesse sentido, consideramos que os itens (1-3), por possuírem uma diferenciação fônica mais saliente, tenderiam ao uso de FP, em contrapartida, os itens menos salientes (4-5) seriam condicionados pelas formas sintética (PII) ou perifrástica (IA + V). Destarte, quanto maior *saliência verbal*, menor o uso de PII ser empregado no lugar de FP.

4.3.2.6 Modalidade

Outro grupo de fatores considerado significativo para o estudo do fenômeno da alternância verbal, em construções hipotéticas, foi a modalidade, tendo em vista o fato de que pode exercer influência na escolha do uso verbal de FP e de PII.

Buscamos, então, verificar as modalidades epistêmica e deôntica, conforme postuladas por Givón (2001), dado que se referem à posição do falante frente à informação que ele comunica. Consideramos, portanto, as seguintes noções para classificar os dois tipos de modalidade em análise: a primeira, *modalidade epistêmica*, refere-se à possibilidade, certeza ou crença; a segunda, *modalidade deôntica*, à intenção, vontade ou obrigação.

Diante dessas considerações, a modalidade epistêmica favorece o uso de FP e a deôntica o uso de PII. Os exemplos abaixo são representativos das duas realizações:

(73) Aí eu não sei, no momento **ficaria** difícil responder, mas eu acho que **esperaria** acontecer eu num **faria** nada não eu acho que **ia ser**... que **ia** no médico passar no médico esperar eles darem os remédios, **tomaria** mas **fazia** eu acho que eu **tentaria** assim procurar métodos para ser curada, mas se não tivesse **esperaria** a morte vir eu acho que eu não tenho nenhuma forma de explicar o que eu **faria** não, só mesmo vivendo. (DHS. L9. 145, 46, 47, 48 e 49. p. 16)

(73) **Poderia tentar** ajudar, mas depende... se eu visse que está meio suspeito ali, eu não **ia** não. Eu **iria poder** ligar para alguém ~~ , mas ajudar sozinha... não **ajudaria** sozinha não. (LLOA. L12. 121, 22 e 23. p. 21)

(74) Ah... eu **comprava** um monte de coisas... eu **comprava** roupa, ia pro shopping **comprava** barbie, roupas chique. (NRAL. L4. 130 e 31. p. 5)

(75) Eu **procuraria** essa pessoa e **iria** saber se realmente ela **estava** mentindo. Com certeza eu não **ficaria** feliz. (ESS. L13. 111 e 12. p. 23)

Acreditamos que a ampliação dos estudos acerca da alternância entre as formas de FP e de PII seja de grande significância para uma maior compreensão do perfil sociolinguístico de falantes alagoanos. No estudo implementado no mestrado, Oliveira (2010) considerou apenas as construções com verbos simples. Todavia, nesta pesquisa, as formas perifrásticas foram consideradas construções relevantes para uma análise mais precisa sobre essa alternância verbal em Alagoas - AL.

Os dados foram ampliados consideravelmente (68%) e acrescentamos novos fatores para análise: construção verbal, tipo de verbo auxiliar, saliência fônica e modalidade. Ao amalgamarmos as formas sintéticas ou simples às formas perifrásticas, os demais fatores - sexo, idade, escolaridade, paralelismo formal e ambiente sintático-semântico (descritos na dissertação de Oliveira (2010) - sofreram mudanças nos termos percentuais, do mesmo modo que em seu peso relativo, configurando novos resultados para descrição e análise dos dados.

Outro ponto relevante que devemos destacar neste estudo é o fato de que os verbos modais e não modais foram analisados juntos, diferentemente dos estudos implementados por Santos (2014) e Tesch (2007) que, em suas análises, separaram as variáveis estatisticamente significativas em verbos modais e não modais.

O capítulo a seguir fornece a descrição dos grupos de fatores linguísticos e sociais elencados.

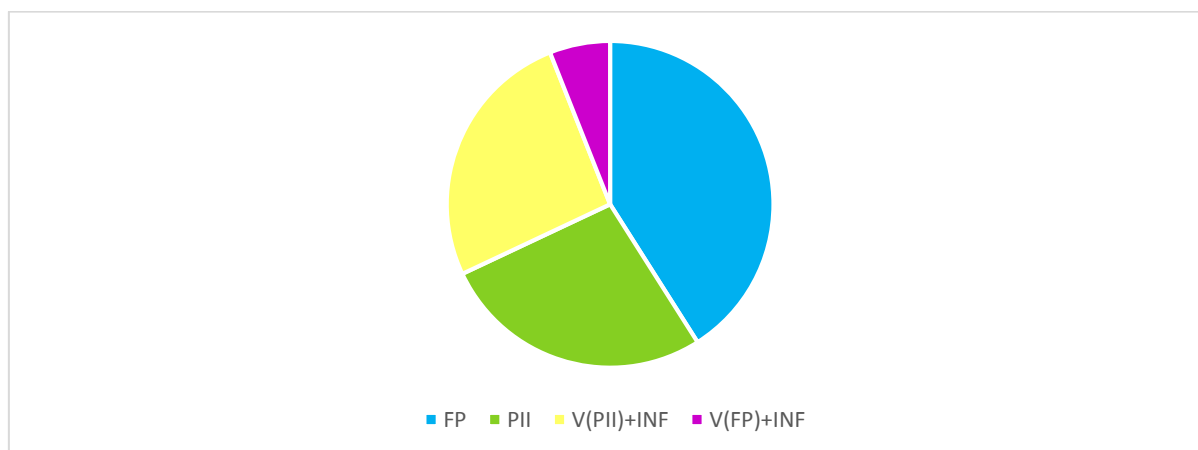
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Este capítulo tem por objetivo apresentar os grupos de fatores significativos para o uso das variantes em estudo, interpretar os dados e descrever os resultados obtidos. Para tanto, para a interpretação dos termos percentuais e dos pesos relativos, consideramos o PII como aplicação da regra.

A fim de uma maior organização, a análise dos dados foi desenvolvida em tópicos compostos por tabelas e gráficos, conforme os grupos de fatores estatisticamente significativos, após a rodada no Goldvarb X (2005). Diferentemente dos trabalhos desenvolvidos por Oliveira (2010) e Santos (2014), as construções perifrásticas V(FP)+INF e V(PII)+INF foram consideradas variantes significativas para a nossa análise.

Oliveira (2010), em sua dissertação, analisou as formas simples ou sintéticas de FP e de PII a fim de descrever o perfil sociolinguístico de falantes alagoanos, e obteve 589 ocorrências dessas variantes. Ao ampliarmos a observação dos dados, acrescentamos às formas simples ou sintéticas as construções perifrásticas V(FP)+INF e V(PII)+INF como variantes condicionantes da alternância verbal entre FP e PII, conforme o Gráfico 1 abaixo:

Gráfico 1 - Distribuição das ocorrências das variantes FP, PII, V(PII)+INF e V(FP)+INF



FONTE: elaborado pelo autor.

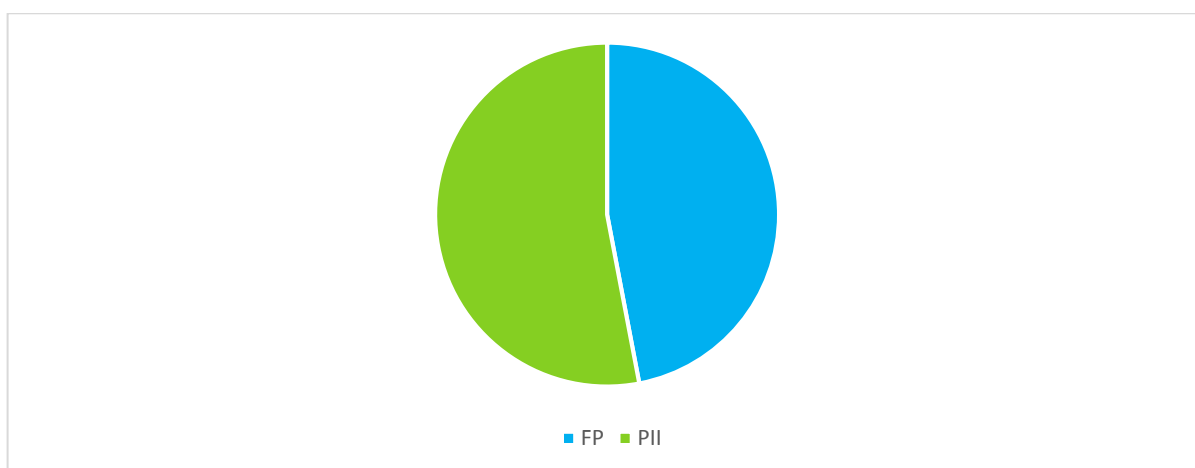
Como podemos observar, foram encontradas 863 ocorrências das variantes em estudo, um aumento de 68% dos usos de FP e PII, considerando as construções simples e perifrásticas. As ocorrências de FP são de 354, equivalentes a 41% dos dados, ao passo que os usos de PII são de 235, totalizando 27%. No que tange à forma perifrástica V (PII) + INF, obtivemos 221

realizações, que equivalem a 26%. A construção V (FP) + INF totaliza 53 realizações, equivalente a 6%.

A constatação inicial que podemos fazer é que a forma verbal de FP suplanta o PII em construções simples, o que representa uma diferença de 14%. Quanto às construções perifrásticas, a forma V(PII)+INF representa maior termo percentual (26%) quando comparada à forma V(FP)+INF, (6%). Assim, podemos inferir que, quando se trata de construções perifrásticas, V(PII)+INF é a construção predominante.

Todavia, cabe ressaltarmos que para a obtenção dos resultados em termos percentuais e peso relativo, as formas simples e as formas perifrásticas foram amalgamadas, conforme o Gráfico 2.

Gráfico 2 - Amalgamando as formas FP e V(FP) +INF; PII e V (PII) +INF



FONTE: elaborado pelo autor.

Ao amalgamarmos as formas perifrásticas às construções com verbos simples, os resultados sofreram alterações. É possível visualizarmos um maior percentual de PII (53%) contra (47%) de FP. Embora o uso de PII tenha suplantado o de FP, a diferença percentual entre as duas variantes é de 6%. Os valores percentuais de nosso trabalho são próximos dos obtidos por Costa (2003), Barbosa (2005), Tesch (2007) e Santos (2014) cuja diferença entre as variantes foi considerada equilibrada; no entanto, se distancia dos resultados obtidos por Oliveira (2010), que apresenta maior realização de FP.

A partir desses resultados, é possível definirmos que, quando se trata de construções hipotéticas, o PII é a realização verbal mais recorrente ao considerarmos as formas perifrásticas e as construções simples juntamente. Entretanto, há predominância dos usos de FP quando analisamos as construções simples ou sintéticas (Cf. OLIVEIRA, 2010). Nesse sentido, as

realizações de PII, em contextos hipotéticos, têm aparecido como forma substitutiva de FP, quando o valor temporal é de FP, conforme exemplos abaixo:

(77) Se eu fosse assaltado, eu não **reagiria, faria** o que o bandido, bandido pedisse e **deixava... deixava** pra lá já que uma só pessoa não pode mudar o já que eu não **dava para mudar** a situação do Brasil ~. (ACBG. L6. 13, 4 e 5. p. 9)

(78) Ah... eu **ia curtir** a vida porque eu **ia saber** que a qualquer momento eu **iria morrer**. Se eu tivesse a vida cotada aí eu **ia fazer** essas coisas antes que chegasse o dia. (ACRS. L8. 139 e 40. p. 13)

(79) [...] **ia falar** de Jesus para o máximo de pessoas se eu pudesse. (ESS. L13. 131. p. 23)

(80) Se eu soubesse que alguém **falava** mal de mim, eu **procuraria** essa pessoa e **iria** saber se realmente ela **estava** mentindo. Com certeza eu não **ficaria** feliz. (ESS. L13. 111 e 12. p. 23)

Esperávamos que o FP fosse a construção verbal mais recorrente na fala informal de alagoanos, tendo em vista o primeiro resultado obtido na pesquisa desenvolvida por Oliveira (2010) que apontou maior realização de FP em contextos com verbos simples. Contudo, a inserção das construções perifrásticas como variante possibilitou a ampliação das realizações de FP e de PII e, conseqüentemente, o acréscimo de novas variáveis: saliência fônica, construção verbal, tipo de verbo auxiliar e modalidade. Outros grupos de fatores, já considerados por Oliveira (2010), continuaram em análise, como: sexo, faixa etária, escolaridade, paralelismo formal e ambiente sintático-semântico (ordem dos constituintes).

O que pudemos visualizar, com relação aos grupos de fatores – em específico os que já foram estudados –, quando consideramos as construções perifrásticas de FP e de PII foi que os termos percentuais e o peso relativo foram modificados, o que nos possibilita defender que as construções perifrásticas V (FP)+INF e V(PII)+INF influenciam as construções condicionais iniciadas por *se* quando representam aspecto inconcluso na apódose, ou seja, na oração principal.

5.1 Grupos de Fatores Considerados Estatisticamente Significativos

Dentre todos os grupos de fatores testados, a única variável considerada não significativa foi a *modalidade* (deôntica e epistêmica). A *escolaridade* foi a variável considerada mais significativa para o estudo da alternância verbal de FP e de PII em construções simples e perifrásticas quando consideramos o PII como aplicação da regra. Tal resultado evidencia proximidade com o trabalho desenvolvido por Oliveira (2010), que também

constatou que a *escolaridade* exercia maior significância quanto à alternância entre FP e PII em construções verbais simples.

Abaixo, segue a ordem dos grupos de fatores considerados estatisticamente significativos para alternância verbal em estudo, conforme o Goldvarb X (2005), representado pelo *input* 0.605:

Quadro 9 - Ordem dos grupos de fatores considerados estatisticamente significativos para alternância verbal em estudo

1.	Escolaridade <ul style="list-style-type: none"> • Fundamental; • Superior.
2.	Construção verbal <ul style="list-style-type: none"> • Formas simples; • Formas perifrásticas.
3.	Tipo de verbo auxiliar <ul style="list-style-type: none"> • Ir; • Poder; • Dever; • Outros.
4.	Paralelismo formal <ul style="list-style-type: none"> • Ocorrência idêntica à anterior; • Ocorrência diferente à anterior; • Ocorrência isolada; • Ocorrência precedida de gatilho de (PII); • Ocorrência precedida de gatilho de (FP).
5.	Sexo <ul style="list-style-type: none"> • Homem; • Mulher.
6.	Ambiente sintático <ul style="list-style-type: none"> • Período hipotético em ordem canônica; • Período hipotético em ordem não canônica; • Oração independente.
7.	Faixa etária <ul style="list-style-type: none"> • 15-30 anos; • 31-45 anos; • 46-61 anos.
8.	Saliência fônica <ul style="list-style-type: none"> • Verbos <i>ser</i>; • Verbos <i>ter</i> e <i>ir</i>; • Verbos de 1ª conjugação; • Verbos com oposição /r/ vs. /z/; • Verbos de 2ª e 3ª conjugações.

FONTE: elaborado pelo autor.

Os subtópicos, a seguir, delineiam os resultados para as análises dos grupos de fatores. De acordo com Guy e Zilles (2005, p. 182), esse é o momento de “testar hipóteses, comparar os resultados desse estudo com resultados de outros estudos, ou com estudos de outras variáveis dependentes, investigar estruturas linguísticas e processos sociais”.

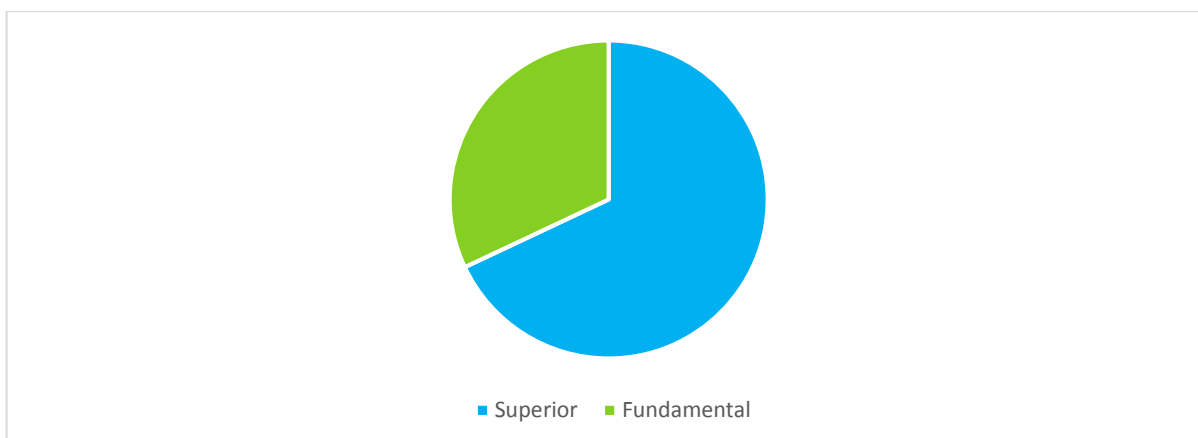
Nesse sentido, para fins de análise e descrição dos dados, as variáveis consideradas estatisticamente significativas pelo Goldvarb X (2005) foram apresentadas seguindo a ordem de significância.

5.1.1 A influência da variável *escolaridade* na escolha de PII

A substituição de FP pela construção verbal de PII tem sido considerada viável, pois ambas apresentam características aspectuais semelhantes: aspecto inconcluso. Todavia, as gramáticas de Língua Portuguesa não abordam a alternância entre esses verbos de maneira que estabeleçam uma explicação plausível do que condiciona a variação entre os tempos verbais na língua falada e na escrita. Quando há essa preocupação, buscam esclarecer que o PII tende a substituir o FP em contextos informais e que a forma verbal considerada seria o FP, quando em construções condicionais iniciadas por *se*.

A escola, ao mesmo tempo que propicia ao aluno a ampliação do conhecimento, tem condicionado mudanças na fala e na escrita, consequência de seu caráter normativo. É sabido que o contexto escolar aponta significativa relevância para a realização ou não de determinados fenômenos linguísticos, mediante à preservação das formas de prestígio. À vista disso, muitas pesquisas que objetivaram traçar o perfil sociolinguístico de falantes das mais diversas comunidades de fala destacaram que, quanto maior o nível de estudo, maior a propensão ao uso das formas consideradas “padrão”.

No que tange à alternância entre as formas de FP e de PII em construções hipotéticas, os resultados demonstraram essa tendência. Os trabalhos de Santos (2014), Oliveira (2010), Tesch (2007) e Barbosa (2005) evidenciaram que, quanto mais o aluno busca a educação formal, maior o emprego da construção verbal considerada padrão pela Gramática Tradicional, o FP, o que pode ser visualizado no Gráfico 3 a seguir:

Gráfico 3 – Influência da variável *escolaridade* na escolha de PII

FONTE: elaborado pelo autor.

Conforme os resultados, a diferença percentual (36%) revela a significância da variável escolaridade para a compreensão da alternância verbal entre as formas verbais de FP e de PII. Nesse sentido, os informantes com nível escolar fundamental (68%) tendem ao uso da forma verbal de PII; em contrapartida, os indivíduos representativos do nível superior (32%) inibem o uso de FP.

A variável escolaridade, conforme os resultados obtidos por Oliveira (2010) e por nossa pesquisa, confirma a tendência de que a escolarização exerce poder de normatização; e, à medida que há o aumento do nível escolar, há maior propensão de os informantes adequarem seus usos linguísticos ao contexto comunicativo. As amostras dos níveis de escolaridade ratificam a importância do nível fundamental para o uso de PII, representado pelo peso relativo (.62). A amostra de falantes com nível superior, peso relativo (.39), inibe a aplicação da regra, como podemos visualizar na Tabela 1 abaixo:

Tabela 1 - Influência da variável *escolaridade* na escolha de PII

ESCOLARIDADE	PII		
	Aplic./Total	%	PR
Fundamental	335 / 490	68%	.62
Superior	121 / 373	32%	.39

FONTE: elaborado pelo autor.

É importante frisarmos que – tanto na pesquisa desenvolvida por Oliveira (2010) como na nossa pesquisa, tanto com verbos simples quanto com verbos perifrásticos, estudados separadamente ou amalgamados – o grupo de fatores *escolaridade* exerceu maior significância

dentre os fatores analisados. A nosso ver, isso pode estar relacionado à necessidade comunicativa do falante, o que pode condicionar uma alternância estilística na interação verbal.

5.1.2 A influência da variável *construção verbal* na escolha de PII

Costa (2003) e Oliveira (2006), ao estudarem o comportamento das construções perifrásticas, mediante estudo diacrônico, apontaram que, desde o século XIII, a forma sintética de FP foi a variante mais utilizada, e que até o século XIX essa construção verbal passou a concorrer com a forma perifrástica *haver de+infinitivo*. O século XX possibilitou um processo de mudança linguística frente à forma perifrástica *haver de+infinitivo*, o que condicionou o surgimento da construção *ir+infinitivo*. É, portanto, nesse período, que as formas simples de FP e a forma perifrástica *ir+infinitivo* passam a competir.

Acreditamos que a documentação da língua falada possibilitou uma maior abertura para observação da construção *ia+infinitivo*. Segundo Costa (2003), foi em meados da década de 60 que a construção perifrástica de PII passou a ser mais recorrente.

O grupo de fatores *construção verbal* foi considerado, após rodada no Goldvarb X (2005), a segunda variável mais representativa da variação entre o FP e o PII. Para melhor compreendê-la, vejamos os exemplos abaixo:

(81) Se eu soubesse que ia morrer, **ficava** em estado de pânico, **ficava** chorando, chorando pedindo perdão a Deus. (NRAL. L4. 150. p. 6)

(82) Se eu ganhasse na sena, **gastaria** tudo com materiais, claro, navio, barcos, não **pensaria** em nada só em mim e na minha família. (ACBG. L6. 123 e 24. p. 9)

(83) Se eu soubesse que Jesus estava voltando, eu **tentaria ser** salvo e aproveitar o resto com os meus familiares e **tentaria salvar** o máximo de pessoas possíveis. (BOS. L2. 136 e 37. p. 2)

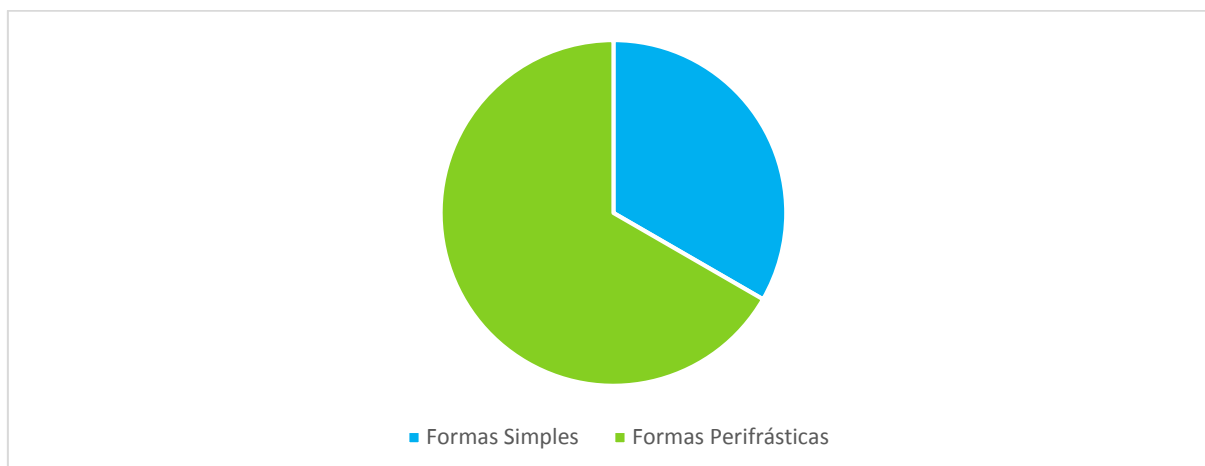
(84) Se o mundo acabasse hoje, **ficava** desesperado, né, porque o mundo **ia acabar** (RKSO. L3. 133. p. 3)

As sentenças (81) e (82) são representativas das formas simples, ao passo que (83) e (84) constituem as formas perifrásticas. A implementação dessa variável em nosso estudo ocorreu devido à necessidade de compreender qual a sua relevância quando estudada como variante.

Oliveira (2010) estudou as construções simples de FP e de PII. Nesse trabalho, obteve 589 realizações. Do total, 354 realizações de FP e 235 de PII. Visto uma necessidade de melhor

analisar os dados, além de considerarmos as construções simples (FP e PII), analisamos também as construções perifrásticas (V(FP)+INF e V (PII)+V), conforme Gráfico 4 a seguir:

Gráfico 4 – Influência da variável *construção verbal* na escolha de PII



FONTE: elaborado pelo autor.

Os termos percentuais, apresentados no Gráfico 4, apontam uma diferença significativa (40%) quanto aos usos das construções simples ou perifrásticas de FP e de PII. As formas perifrásticas (80%) revelam uma maior propensão ao uso da variante inovadora. Entretanto, as formas simples (40%) propiciam o uso de FP, o que confirma a tendência desse tipo de construção verbal favorecer o uso da variante ‘padrão’.

Os resultados ratificam uma ligação das formas perifrásticas ao uso de PII, em contextos hipotéticos, o que pode ser visualizado mediante o termo percentual de 80% e o peso relativo (.77). Isso nos permite inferir que a estrutura perifrástica condiciona o PII e desfavorece o FP. Entretanto, a construção verbal simples condiciona o uso de FP e inibe o PII (.38), como podemos verificar na Tabela 2 abaixo:

Tabela 2 - Influência da variável *construção verbal* na escolha de PII

CONSTRUÇÃO VERBAL	PII		
	Aplic./Total	%	PR
Formas simples	235 / 589	40%	.38
Formas perifrásticas	221 / 274	80%	.77

FONTE: elaborado pelo autor.

É visível uma tendência de as formas simples ou sintéticas condicionarem o uso de FP; diferentemente, as construções perifrásticas condicionam os usos de PII. Nossos resultados se

aproximaram dos obtidos por Santos (2014), já que seus resultados demonstraram que, no português falado em Feira de Santana – BA, as construções simples favorecem o uso de FP (.37) e as construções perifrásticas, os usos de PII (.82).

5.1.3 A influência da variável *tipo de verbo auxiliar* na escolha de PII

A variável *tipo de verbo auxiliar* foi constituída como um grupo de fatores complementar à construção verbal, em específico, às formas perifrásticas. A fim de compreendermos se há ou não uma predileção de algum verbo na locução verbal, na apódose, subdividimos os verbos auxiliares em quatro, conforme critério de ocorrência em nosso *corpus*, tais como: verbo *ir*, verbo *poder*, verbo *dever* e outros verbos. Para fins de exemplificação, vejamos:

(85) Ah... eu **ia curtir** a vida porque eu **ia saber** que a qualquer momento eu **poderia morrer**. Se eu tivesse a vida cotada aí eu **ia fazer** essas coisas antes que chegasse o dia. (ACRS. L8. 139 e 40. p. 13)

(86) Aí eu não sei, no momento **ficaria** difícil responder, mas eu acho que **esperaria acontecer** em num **faria** nada não eu acho que **ia ser...** que **ia** no médico passar no médico esperar eles darem os remédios, **tomaria** mas **fazia** eu acho que eu **tentaria** assim procurar métodos para ser curada, mas se não tivesse **esperaria** a morte vir eu acho que eu não tenho nenhuma forma de de explicar o que eu **faria** não, só mesmo vivendo. (DHS. L9. 145, 46, 47, 48 e 49. p. 16)

(87) **Viria** qual era o problema dessa pessoa, de longe eu **via** se **podia ajudar**, algum machucado, se eu pudesse ajudar tudo bem, mas se eu visse que era um problema sério eu acho que **passava** direto. (ACBG. L6. 126, 27 e 28. p. 9)

(88) Eu **ajudava**, **via** o que **podia fazer** e **chamava** os os bombeiros. (JPCML. L7. 127. p. 11)

(89) Eu... se estivesse com o celular **ligaria** para o corpo de bombeiros ou pra polícia e... **pedia** alguma informação do que eu **faria**, né? Do que **deveria ser** feito na hora. (DVH. L10. 124 e 25. p. 17)

(90) Ah... eu **devia comprar** um monte de coisas... eu **comprava** roupa, **ia** pro shopping **comprava** barbie, roupas chique. (NRAL. L4. 130 e 31. p. 5)

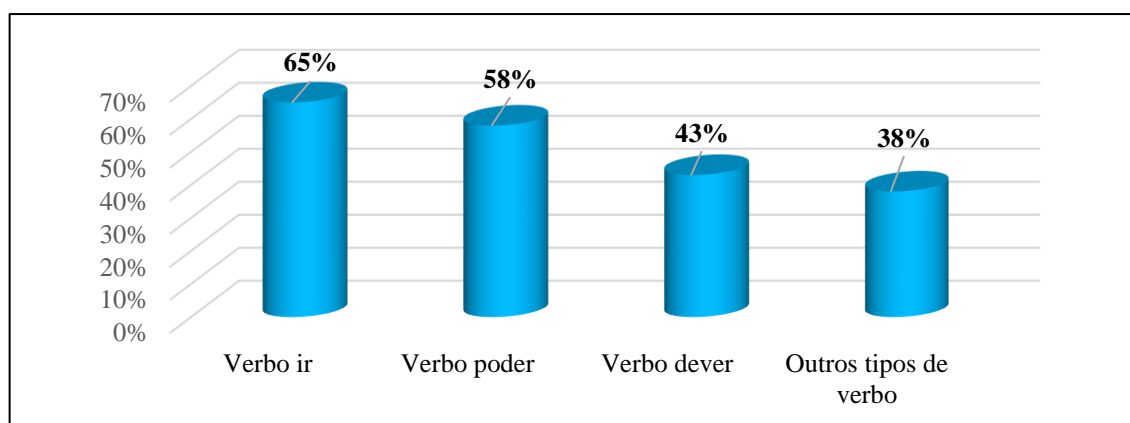
(91) **Tentaria aproveitar** da melhor forma possível, aproveitando tudo e fazendo tudo sem pensar, né? Porque a... quando não se não se... não se sabe que o mundo vai acabar amanhã você faiz tudo pensadamente, tal, pensando, é... muito tudo bem pensado aí eu **agiria** sem pensar. (DVH. L10. 128, 29, 30 e 31. p. 17)

(92) Se eu ganhasse sozinho na loteria # é... uma parte do dinheiro eu acho que eu **passaria** assim pra alguma organização não governamental ou alguma coisa que ajudasse ao pessoal

mais pobre tal e... ela # a outra parte eu **ajudaria** a minha família **procuraria manter** sigilo a respeito disso #. É isso. (WJSG. L11. 127, 28, 29 e 30. p. 19)

Como podemos observar, as sentenças (85) e (86) representam o verbo auxiliar *ia*, as construções (87) e (88) o verbo auxiliar *poder*, em seguida, os exemplos (89) e (90), o verbo *dever* e, por fim, as sentenças (91) e (92), outros verbos auxiliares. Como apresentado no subtópico 5.1.2, as formas perifrásticas favorecem o uso de PII e inibem o FP na apódose. Nesse sentido, partimos da ideia de que o verbo auxiliar *IR* favorece a aplicação da regra. O Gráfico 5 a seguir quantifica os dados concernentes à variável *tipo de verbo auxiliar*:

Gráfico 5 – Influência da variável *tipo de verbo auxiliar* na escolha de PII



FONTE: elaborado pelo autor.

Os termos percentuais, representativos da variável tipo de verbo auxiliar, demonstram que o verbo *ir* (65%) e o verbo *poder* (58%) são formas verbais representativas dos usos de PII. O verbo auxiliar *ir*, por sua vez, aponta para uma forte tendência de ser a construção verbal mais recorrente em usos perifrásticos. Em contrapartida, o verbo *dever* (43%) e *outros tipos de verbo* (38%) tendem à aplicação de FP. A baixa diferenciação percentual (7%) do fator verbo *dever* também propicia a interpretação de que tanto o PII quanto o FP possam ser consideradas construções alternativas quando há a possibilidade de aspecto inconcluso.

Como podemos visualizar, os verbos auxiliares *ir* e *poder* favoreceram o uso de PII, representados pelos pesos relativos (.73) e (.61), respectivamente. Todavia, o verbo *dever* e os que representam outros tipos de verbos auxiliares, condicionaram o FP, desfavorecendo o emprego de PII, conforme os pesos relativos (.47) e (.35), respectivamente. Os pesos relativos evidenciaram que o tipo de verbo auxiliar *ir* é a forma verbal mais representativa na fala de Alagoanos.

Para melhor visualização da variável em questão, vejamos a Tabela 3 que descreve o total de ocorrências, o valor percentual e o peso relativo do grupo de fatores *verbo auxiliar* na escolha de PII.

Tabela 3 - Influência da variável *tipo de verbo auxiliar* na escolha de PII

TIPO DE VERBO AUXILIAR	PII		
	Aplic./Total	%	PR
Verbo <i>ir</i>	79 / 121	65%	.73
Verbo <i>poder</i>	37 / 63	58%	.61
Verbo <i>dever</i>	19 / 44	43%	.47
Outros tipos de verbo	18 / 46	38%	.35

FONTE: elaborado pelo autor.

Como podemos visualizar, os verbos auxiliares *ir* e *poder* favoreceram o uso de PII, representados pelos pesos relativos (.73) e (.61), respectivamente. Todavia, o verbo *dever* e os que representam outros tipos de verbos auxiliares condicionaram o FP, desfavorecendo o emprego de PII, conforme os pesos relativos (.47) e (.35), respectivamente. Os pesos relativos evidenciaram que o tipo de verbo auxiliar *ir* é a forma verbal mais representativa na fala de Alagoanos.

Acreditamos que isso ocorra devido ao fato de que as construções perifrásticas favorecerem o emprego de PII e desfavorecerem os usos de FP, tendo em vista que em nosso *corpus*, a forma perifrástica (V(FP)+INF) é representada por 53 realizações, equivalentes a 6% dos dados coletados, de um total de 863 ocorrências. Pelo expressivo uso do verbo auxiliar IR, em contextos hipotéticos, acreditamos que essa construção verbal possa estar ligada a um processo de gramaticalização. Entretanto, seriam necessários mais estudos sobre a forma auxiliar de IR em construções perifrásticas para que a nossa suposição seja ou não ser confirmada.

5.1.4 A influência da variável *paralelismo formal* na escolha de PII

Considerada a quarta mais significativa dentre todas as variáveis estudadas, o *paralelismo formal* tem se tornado relevante para os estudos linguísticos, em específico, àqueles que buscam descrever a alternância verbal entre o FP e o PII (SANTOS, 2014; TESCH, 2007;

BARBOSA, 2005; COSTA, 2003). O paralelismo formal deve ser definido como a repetição em cadeia da variante em que “marcas levam a marcas e zero a zeros” (POPLACK, 1979, p. 80). Nesse sentido, essa repetição ocorreria numa sequência discursiva dentro de um sintagma ou até mesmo entre orações.

A análise desse grupo de fatores, mediante o acréscimo das construções perifrásticas (V(FP)+INF e V (PII)+V), possibilitou resultados contrários aos descritos por Oliveira (2010), já que o fator paralelismo formal fora considerado estatisticamente não significativo quando em construções simples. Isso pode estar relacionado à influência que as formas perifrásticas exercem na oração ou até mesmo no sintagma, o que pode ocasionar uma sequência de verbos em cadeia. Para o estudo dessa variável, consideramos cinco possibilidades de ocorrência: (I) ocorrência idêntica à anterior; (II) ocorrência diferente da anterior; (III) ocorrência isolada; (IV) ocorrência precedida de gatilho de PII e (V) ocorrência precedida de gatilho de FP.

Para melhor compreensão das ocorrências do paralelismo formal neste trabalho, vejamos os seguintes fatores:

a) Ocorrência idêntica à anterior

Consideramos esse tipo de ocorrência quando há verbos em cadeia e o verbo inicial tende a se repetir, consoante o tempo verbal condicionante inicial:

(93) Se eu ganhasse sozinho na loteria # é... uma parte do dinheiro eu acho que eu **passaria** assim pra alguma organização não governamental ou alguma coisa que ajudasse ao pessoal mais pobre tal e... ela # a outra parte eu **ajudaria** a minha família **procuraria** manter sigilo a respeito disso (WJSG. L11. 127, 28, 29 e 30. p. 19)

(94) **Iria** pra São Paulo porque eu sou paulista e estou aqui por motivos que que a minha mãe e o meu pai decidiram vir pra cá eles são alagoanos e eu não e realmente estou aqui por isso, mas gostar do estado eu não gosto não, **gostaria** de estar em São Paulo. (DHS. L9. 122, 23 e 24 . p. 15)

(95) **Tentaria aproveitar** da melhor forma possível, aproveitando tudo e fazendo tudo sem pensar, né? Porque a... quando não se não se... não se sabe que o mundo vai acabar amanhã você faiz tudo pensadamente, tal, pensando, é... muito tudo bem pensado aí eu **agiria** sem pensar. (DVH. L10. 128, 29, 30 e 31. p. 17)

b) Ocorrência diferente da anterior

Esse tipo de ocorrência também apresenta uma sequência de verbos, porém a diferença está no fato de que o verbo inicial é modificado à medida em que há a sequência de outros verbos:

(96) Bom... eu **apagaria** porque foi um... me causou muito sofrimento eu era epilética e eu **passava** assim muitos momentos ruins eu **desmaiava**, então eu **gostaria** de apagar porque são coisas que quando me lembro me trazem lembranças é... assim... me deixam triste então eu realmente eu **gostaria** de apagar isso por isso, porque eu era... tinha epilepsia, nasci com falta de oxigenação no lado esquerdo do cérebro, então eu tenho uma um certo... deficiência do lado esquerdo, né, no braço e na perna e isso daí eu **gostaria** de apagar. (DHS. L9. 113, 14, 15, 16, 17, 18 e 19. p. 15)

(97) Eu não **reagiria**, **faria** o que o bandido, bandido pedisse e **deixava**... **deixava** pra lá já que uma só pessoa não pode mudar o já que eu não **poderia mudar** a situação do Brasil ~. (ACBG. L6. 13, 4 e 5. p. 9)

(98) **Viria** qual era o problema dessa pessoa, de longe eu **via** se **podia** ajudar, algum machucado, se eu pudesse ajudar tudo bem, mas se eu visse que era um problema sério eu acho que **passava** direto. (ACBG. L6. 126, 27 e 28. p. 9)

c) Ocorrência isolada

Consideramos a ocorrência isolada, neste trabalho, quando não há uma sequência de verbos na oração ou até mesmo no sintagma:

(99) **Tentaria** melhorar a minha vida e de quem eu pudesse (BOS. L2. 117. p. 2)

(100) Eu **viveria** lá, até porque eu pretendo # fazer mestrado lá conhecer um pouco melhor e... talvez passar a viver por lá, mesmo. (WJSG. L11. 122 e 23. p. 19)

(101) E **transformaria** o meu computador que é um Cempron num Pentium IV do Alcore * e outras coisas por aí. (WJSG. L11. 144 e 45. p. 20)

d) Ocorrência precedida de gatilho em FP

Esse tipo de ocorrência está condicionado ao uso de FP pelo entrevistador em seu ato discursivo. Isso pode ocasionar um efeito gatilho à medida que o entrevistador tende a utilizar o FP, o que reflete numa repetição do informante da forma verbal introduzida na pergunta:

(102) Entrevistador: E... se o mundo acabasse hoje...?

Informante: Jesus está voltando # também **correria** lá pra pra igreja, né se bem que há muito tempo que dizem que Jesus está voltando e ninguém sabe ao certo quando será #, mas eu acho que **correria** pra igreja. (WJSG. L11. 157, 58 e 59. p. 20)

(103) Entrevistador: E... se você ganhasse na sena...?

Informante: **Ajudaria** muita gente principalmente a minha família. (ESS. L13. 127. p. 23)

e) Ocorrência precedida de gatilho em PII

Esse tipo de ocorrência está condicionado ao uso de PII pelo entrevistador em seu ato discursivo. Isso pode ocasionar um efeito gatilho à medida que o entrevistador tende a utilizar o PII, o que reflete numa repetição do informante da forma verbal introduzida na pergunta.

(104) Entrevistador: É... mas se você e sua família fossem vítima de violência...?

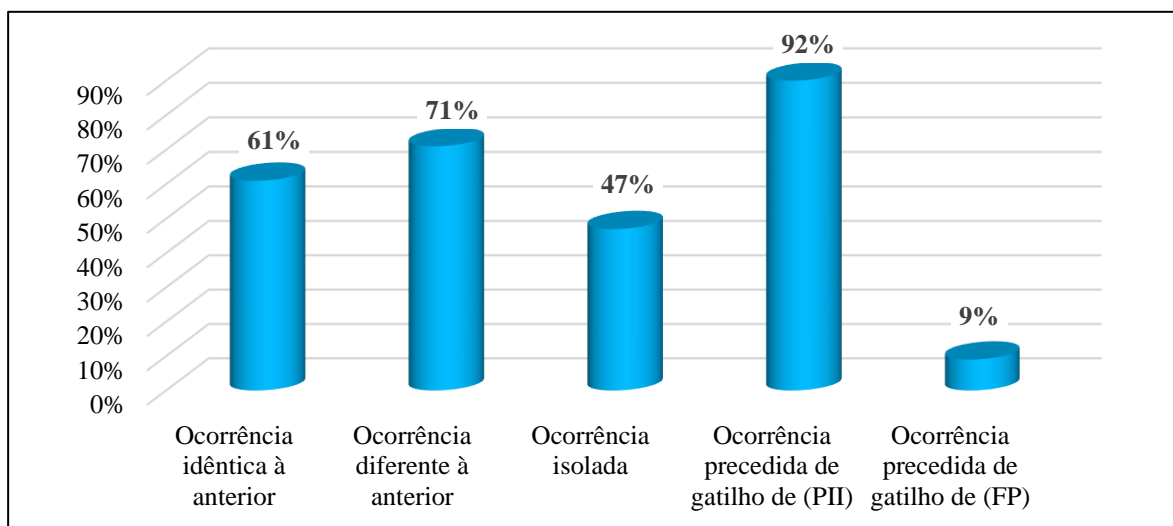
Informante: **Ja denunciar** e **ficava** com bastante medo de sair. (LLOA. L12. 13. p. 21)

(105) Entrevistador: E... se você soubesse que Jesus estava voltando?

Informante: **Ficava** contente é... **ficava** feliz e **esperava** que tivesse feito boas coisas, né? Isso é lógico tem que fazer boas coisas, né? Para que quando ele voltasse ~~ comigo. (JPCML. L7. 141 e 42. p. 12)

Dando sequência, vejamos os resultados percentuais dessa variável, conforme o Gráfico 6:

Gráfico 6 - A influência da variável *paralelismo formal* na escolha de PII



FONTE: elaborado pelo autor.

A variável paralelismo formal, em termos percentuais, revelou que os fatores *ocorrência idêntica à anterior* (61%); *ocorrência diferente da anterior* (71%) e *ocorrência precedida de gatilho de PII* (90%) propiciam o uso da variante inovadora de PII. No entanto, o fator *ocorrência precedida de efeito gatilho de PII* apresentou resultado mais significativo quanto à

aplicação da regra. A *ocorrência isolada* (47%) e a *ocorrência precedida de gatilho de FP* (9%), em termos percentuais, aponta um favorecimento de FP. Entretanto, a *ocorrência precedida de gatilho* (92%) parece ser a condicionadora de PII, quando há verbos em cadeia de PII.

Para melhor compreensão, a Tabela 4 abaixo descreve o peso relativo da variável *paralelismo formal* na escolha de PII:

Tabela 4 - Influência da variável *paralelismo formal* na escolha de PII

PARALELISMO FORMAL	PII		
	Aplic./Total	%	PR
Ocorrência idêntica à anterior	65 / 107	61%	.63
Ocorrência diferente à anterior	128 / 181	71%	.76
Ocorrência isolada	81 / 172	47%	.44
Ocorrência precedida de gatilho de (PII)	161 / 179	90%	.92
Ocorrência precedida de gatilho de (FP)	21 / 224	9,5%	.13

FONTE: elaborado pelo autor.

O resultado nos permite compreender que a *ocorrência idêntica à anterior* (.63); a *ocorrência diferente à anterior* (.76) e a *ocorrência precedida de gatilho de PII* (.92) são favorecedoras da aplicação da regra. O resultado do peso relativo ratifica o fator *ocorrência precedida de gatilho de PII*, como a maior favorecedora do uso de PII, tanto em sua forma sintética quanto em construções perifrásticas. No entanto, a *ocorrência isolada* (.44) e a *ocorrência precedida de gatilho de FP* (.13) favoreceram o FP.

Nesse sentido, podemos tecer algumas considerações: a) quando temos variantes em cadeia, PII leva a PII; b) o PII é favorecido quando usado imediatamente após uma forma de FP; c) em ocorrência isolada, tanto FP quanto PII podem ocorrer; d) em ocorrências precedidas de gatilho em PII, o PII é favorecido; e) as ocorrências precedidas de gatilho em FP favorecem o uso de FP.

Um ponto importante a ser destacado é a influência que a forma perifrástica V(PII)+INF exerce no sintagma, o que condiciona à repetição em cadeia. Acreditamos que isso implique nos resultados de que a *ocorrência idêntica à anterior* e a *ocorrência diferente da anterior* favoreçam o uso de PII. Assim, podemos dizer que a forma perifrástica condiciona o fator paralelismo formal ao uso de PII.

Outro ponto importante é a influência que o entrevistador exerce no momento da coleta dos dados. A marcação de um/ou outro tempo verbal pode condicionar o informante a um efeito gatilho, ou seja, a repetir o tempo verbal da elocução. Isso implicaria num ‘falso’ uso da forma verbal, pois, possivelmente, em uma fala menos monitorada, o informante poderia realizar um uso verbal diferente.

Nossa pesquisa comprovou que o princípio do paralelismo é significativo para a compreensão da alternância verbal de FP e de PII na fala de alagoanos. Pudemos comprovar que PII leva à PII e FP à FP. Nossos resultados se aproximam dos obtidos por Tesch (2005), cujo grupo de fatores em estudo foi considerado como o mais significativo dentre as outras variáveis. Em seu trabalho, Tesch (2007) constatou que “as formas inibidoras para FP são as precedidas de gatilho no pretérito imperfeito do indicativo e em cadeia de IA+V. Em relação ao PI, o FP em cadeia inibe o seu uso. Para o IA+V, o FP em cadeia ou em gatilho funciona como a variante que desfavorece a forma perifrástica” (TESCH, 2007, p. 76).

Em sua pesquisa, Santos (2014, p. 102) afirma que, no português informal falado em Feira de Santana – BA, “[...] pudemos comprovar o princípio do paralelismo porque observamos que uma forma de PI tende a levar a outra forma idêntica e uma ocorrência precedida de gatilho em FP propicia o emprego de outra forma de FP”. Costa (1997, p. 104), no que tange ao paralelismo formal, aponta que “a presença de forma idêntica em contexto imediatamente anterior, seja na fala do entrevistador ou na própria fala do informante, favorece largamente a escolha da forma em questão”.

Como pudemos constatar, o paralelismo formal tem se tornado uma variável relevante para os estudos sociolinguísticos, que pode ser comprovada por sua relevância seja em trabalhos que abordem a alternância verbal entre as formas de FP e de PII, seja por estudos que analisam a concordância verbal (SCHERRE; NARO, 1991; LOPES, 1990). Assim, Scherre & Naro (1991, p. 30) apontam que “o paralelismo formal tem-se mostrado tão operativo num leque tão amplo de fenômenos, em tantas línguas, que ele deve ser considerado com um sério candidato a universal de uso e processamento da linguagem”.

5.1.5 A influência da variável *sexo* na escolha de PII

Nos estudos sociolinguísticos, essa variável social, assim como faixa etária e escolarização, tem sido considerada relevante para a compreensão de fenômenos linguísticos. A discussão sobre quem monitora mais a fala deve partir do pressuposto de que homens e mulheres apresentam papéis sociais diferentes. Esse aspecto pode exercer um papel

significativo quanto à distinção entre os usos linguísticos. Assim, qualquer que seja o posicionamento, é preciso que se considere o grupo social ao qual eles pertencem ou estão inseridos, mesmo que em contextos profissionais.

Voltando à questão dos papéis sociais exercidos entre homens e mulheres, podemos conjecturar que, ainda hoje, mesmo com o avanço das mulheres na sociedade e, conseqüentemente, participação em novos grupos sociais, os homens possuem maior mobilidade social e maior participação em grupos sociais fechados. Muitas mulheres, contudo, concentram-se em atividades domésticas, o que de certa forma pode condicioná-las a uma não mobilidade social, já que possuem poucas oportunidades de experiências coletivas e de participação em grupos.

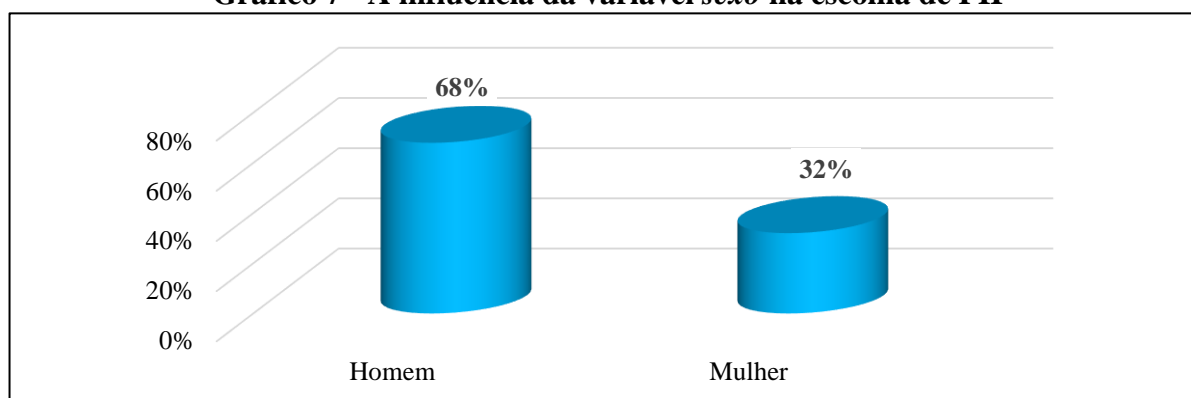
É importante salientarmos que a identidade social está condicionada à participação em um grupo social, ou seja, para que o indivíduo exerça participação em determinados grupos é preciso que ele partilhe as mesmas formas linguísticas consideradas socialmente pelo coletivo. Dessa forma, é possível que os homens, por estarem inseridos no mercado de trabalho, precisem se adaptar aos usos linguísticos, bem como às atitudes e valores considerados por determinados grupos sociais, sujeitos a atribuir um prestígio encoberto às formas linguísticas (TRUDGILL, 1974).

É preciso considerarmos a consciência feminina da formalização dos usos linguísticos. Isso deve estar relacionado ao papel que a mulher exerce na sociedade, pautado por um princípio conservador. Devido a essa consciência, condicionada pelo *status* social das formas linguísticas, a mulher tende a ser mais propensa a um uso social da linguagem que se aproxime do que seja considerado ‘padrão’. Há, portanto, uma necessidade de manifestar um comportamento linguístico que possa resguardar a sua aceitação social.

Outro papel condicionado à mulher é a tarefa de cuidar de tudo aquilo que faça parte do lar, inclusive da educação dos filhos, já que é preciso que ela transmita as normas estabelecidas pelo meio social para seus filhos, inclusive a norma linguística. O papel de educadora também pode ser um indício de que a mulher precise monitorar mais a sua fala e buscar uma aceitação linguística no seio familiar e social.

O Gráfico 7 abaixo confirma a tendência de que as mulheres tendem a um uso linguístico mais monitorado:

Gráfico 7 - A influência da variável *sexo* na escolha de PII



FONTE: elaborado pelo autor.

Analisando o Gráfico 7, em termos percentuais, os homens (68%) são os maiores realizadores da variante PII em contextos hipotéticos, ao passo que as mulheres (32%) condicionam menos o uso da variante considerada inovadora. A diferença percentual (36%) corrobora a nossa perspectiva de que as mulheres são mais conservadoras do que os homens quanto aos usos linguísticos.

Homens e mulheres tendem a alternar esses tempos verbais em contextos discursivos. A alternância verbal entre as formas de FP e de PII parece não ser marcada socialmente. É visível o uso de PII no lugar de FP em contextos que denotem hipótese ou *irrealis*, sem marcação de valor ou estigma. Contudo, para uma afirmação mais completa seria necessário um teste de avaliação para que fosse considerada a percepção dos informantes frente ao uso de PII no lugar do FP.

Para Labov (1972 [2008], p. 281), “na fala monitorada, as mulheres usam menos formas estigmatizadas do que os homens (LABOV 2008 [1972], p. 288) e são mais sensíveis do que os homens ao padrão de prestígio”.

Labov (2001) considerou dois princípios que estão relacionados ao paradoxo do grupo de fatores *sexo*. O primeiro está relacionado à *estratificação sociolinguística estável*. Nesse contexto, os homens tendem a encabeçar o uso das variantes não-padrão. O segundo princípio está relacionado ao processo de mudança linguística. Neste, as mulheres apresentam caráter mais inovador e condicionam o uso da variante não-padrão.

A seguir, apresentamos os resultados dessa variável:

Tabela 5 - Influência da variável *sexo* na escolha de PII

Sexo	PII		
	Aplic./Total	%	PR
Homem	337 / 495	68%	.71
Mulher	119 / 368	32%	.41

FONTE: elaborado pelo autor.

Os dados comprovam o aspecto conservador das mulheres frente à alternância entre FP e PII na fala de alagoanos. Isso pode ser comprovado também no trabalho desenvolvido por Oliveira (2010). Os resultados da Tabela 5 acima demonstram que PII é favorecido pelo sexo masculino (.71), ao passo que o PII é desfavorecido pelas mulheres (.41). Há, portanto, uma diferença percentual significativa de 36%.

Os resultados obtidos revelam um certo monitoramento linguístico das mulheres alagoanas quanto à substituição do PII pelo FP na apódase, em contextos hipotéticos iniciados por *se*. Diferentemente dos nossos resultados, Santos (2014, p. 119) apontou que “o resultado da variável ‘sexo/gênero do informante’ em verbos não modais expressa, por meio percentual, que o emprego das variantes FP e PII tem frequência muito parecida e nenhum dos fatores dá destaque ao uso de uma dessas variantes”. Para Tesch (2007) e Costa (2003), são as mulheres que favorecem o uso de PII.

5.1.6 A influência da variável *ambiente sintático-semântico* na escolha de PII

A inserção das formas perifrásticas (V(FP)+INF e V(PII)+INF), neste trabalho, apontou esse grupo de fatores como significativo para a variação entre o FP e o PII em construções hipotéticas. Acreditamos que essa alternância verbal sofra influência do ambiente sintático-semântico da oração subordinada, já que “as construções condicionais com o imperfeito conjuntivo na prótase podem expressar um certo nível de falsidade ou irrealidade dos conteúdos da prótase e da apódase” (TAPAZDI; SALVI, 1998, p. 2). Para tanto, dividimo-lo em três fatores: (I) período hipotético em ordem canônica; (II) período hipotético em ordem não-canônica; e (III) oração independente, a fim de sistematizarmos a ação dessa variável sobre a escolha da variante em estudo.

Vejam os contextos selecionados:

a) Período hipotético em ordem canônica

O período hipotético tem sido considerado como um dos fatores mais condicionadores da alternância verbal entre FP e PII quando analisamos o seu contexto sintático-semântico, seja com verbos simples seja em sua forma perifrástica (BARBOSA, 2005; TESCH, 2007; OLIVEIRA, 2008; SANTOS, 2014). A estrutura desse período é composta pela PRÓTASE (oração subordinada condicional, geralmente iniciada por *se*) e pela APÓDOSE (oração principal), esta última é o contexto em que o PII pode surgir como forma substitutiva de FP, esquematizado pela seguinte estruturação: SE+PRÓTASE+APÓDODE.

É importante considerarmos que, dentro do período hipotético, a *apódose* pode ocorrer simultaneamente a uma *prótase* produzida pelo entrevistador, o que caracteriza, em grande parte, o nosso *corpus*. Para fins de exemplificação, vejamos:

(106) Entrevistador: E... se você tivesse o poder de mudar alguma coisa em sua vida?

Informante: Bom... eu **apagaria** porque foi um... me causou muito sofrimento eu era epilética e eu **passava** assim muitos momentos ruins eu **desmaiava**, então eu **gostaria** de apagar porque são coisas que quando me lembro me trazem lembranças é... assim... me deixam triste então eu realmente eu **gostaria** de apagar isso por isso, porque eu era... tinha epilepsia, nasci com falta de oxigenação no lado esquerdo do cérebro, então eu tenho uma um certo... deficiência do lado esquerdo, né, no braço e na perna e isso daí eu **gostaria** de apagar. (DHS. L9. 113, 14, 15, 16, 17, 18 e 19. p. 15)

(107) Entrevistador: E... se você soubesse que tem pouco tempo de vida?

Informante: Aí eu não sei, no momento **ficaria** difícil responder, mas eu acho que **esperaria** acontecer eu num **faria** nada não eu acho que **ia ser...** que **ia** no médico passar no médico esperar eles darem os remédios, **tomaria** mas **fazia** eu acho que eu **tentaria** assim **procurar** métodos para ser curada, mas se não tivesse **esperaria** a morte vir eu acho que eu não tenho nenhuma forma de de explicar o que eu **faria** não, só mesmo vivendo. (DHS. L9. 145, 46, 47, 48 e 49. p. 16)

Como podemos observar, mediante os exemplos (106) e (107), a *prótase* não é apresentada de forma explícita no discurso do informante, todavia ela aparece na fala do entrevistador, o que condiciona o falante a dar continuidade à pergunta sem encabeçar o uso da *prótase*. Ou seja, em seu ato discursivo, o informante tende a iniciar sua fala dando sequência à do pesquisador pela *apódose*. Isso pode ser explicado pelo fato de o entrevistado não sentir necessidade de repetir a *prótase*, já que sua realização ocorre em um contexto anterior à *apódose*.

Na sequência, são apresentados outros exemplos que caracterizam o fator *apódose* em contextos hipotéticos, conforme os usos de FP, PII, FP(V)+INF e PII (V)+INF:

- Usos de FP

(108) [...] se eu tivesse tranqüilo eu não **reagiria** apenas **entregaria** as coisas, **ficaria** nervoso é lógico, né? (WJSG. L11. 14, 5, 6 e 7. p. 19)

(109) Se eu ganhasse sozinho na loteria # é... uma parte do dinheiro eu acho que eu **passaria** assim pra alguma organização não governamental ou alguma coisa que ajudasse ao pessoal mais pobre tal e... ela # a outra parte eu **ajudaria** a minha família **procuraria** manter sigilo a respeito disso (WJSG. L11. 127, 28, 29 e 30. p. 19)

- Usos de PII

(110) Se eu tivesse condições eu **adotava** (JPCML. L7. 134 e 35. p. 11)

(111) **Ia** pra praia, **passeava**. (RKSO. L3. 120. p. 3)

- Usos de FP(V)+INF

(112) Eu **iria ficar** muito brava, assim... eu **iria ficar** triste, né, porque assim, eu não gosto. (R. L5. 113. p. 7)

(113) **Faria**... dependendo da minha condição financeira, da minha família, **poderíamos ficar** ou **levar** para alguma... primeiramente ligar para alguma autoridade juizado de menores ou alguma coisa assim para saber qual procedimento legal que deve se ter, né? Nesse caso. Eu desconheço. (DVH. L10. 142, 43, 44 e 45. p. 18)

- PII(V)+INF

(114) [...] **ia viver** o máximo que eu pudesse apesar da doença (ESS. L13. 138 e 39. p. 24)

(115) **Tentava viver** uma vida mais simples possível (WJSG, L11, 1. 45. p. 20)

b) Período hipotético em ordem não-canônica

Outro fator considerado nos dados coletados foi a inversão da ordem (PRÓTASE+APÓDASE). Esse período é constituído pela anteposição da apódose, caracterizando a ordem (APÓDOSE+PRÓTASE), ou seja, a *oração principal* antecede o *imperfeito do subjuntivo na prótase*, cuja esquematização seria: (APÓDOSE+SE+PRÓTASE). Assim, diferentemente da ordem canônica, a consequência é apresentada para depois ser apontada a condição.

Givón (1993, p. 167) considerou que as estruturas sintáticas, em específico as construções condicionais, são pautadas pelo princípio da iconicidade, caracterizadas pela relação: condição+consequência. O período hipotético em ordem não-canônica tem sido considerado pouco usual nas falas dos informantes, contudo seu aparecimento tem

condicionado o uso de FP, posto que a ordem inversa pode ser favorecida por uma escolha do falante quando quer expressar uma situação hipotética ou *irreal* (TESCH, 2007, p. 96 e 97).

A seguir são apresentados os exemplos que caracterizam esse fator:

- Usos de FP

(116) Eu **mudaria** isso se eu pudesse. (ESS. L13. 117 e 18. p. 23)

- Usos de PII

(117) **Fazia** o possível para viver mais se eu soubesse que **ia morrer** (LLOA. L12. 112. p. 21)

- Usos de V(FP)+INF

(118) Pra mudar alguma coisa no passado eu acho que sempre vai ter um reflexo no futuro indevido, né? Então é algo que # eu **passaria** muito tempo pensando antes de tomar alguma decisão de mudar se eu pudesse mudar. (WJSG. L11. 113, 14 e 15. p. 19)

- Usos de V(PII)+INF

(119) **Ia cuidar** dele se eu pudesse. (NRAL. L4. 145. p. 6)

c) Oração independente

A oração independente ou oração principal é caracterizada pela não ligação entre prótase e apódose conforme os períodos hipotéticos em ordem canônica ou ordem inversa. Nessa construção, o contexto hipotético é representado implicitamente. Consideramos, nesse fator, as orações que não apresentam uma relação de dependência entre a oração subordinada e a principal, isto é, as orações absolutas, as orações subordinadas não condicionais e as coordenadas, vejamos os exemplos:

- Usos de FP

(120) No Brasil eu **melhoraria** a educação, os político e a saúde também, né... **Mudaria** tudo [...] (ESS. L13. 141. p. 24)

- Usos de PII

(121) Na minha vida escolar eu nunca **pensava** em ser prejudicado por ninguém, até que ...# sofri violência de um amigo, poxa, amigo que era próximo de mim... não **tinha** malícia por minha parte e ele bateu ni mim por causa de uma menina e isso me deixou muito triste ### perdi a confiança nele (ESS. L13. 134. p. 23)

- Usos de V(FP)+INF

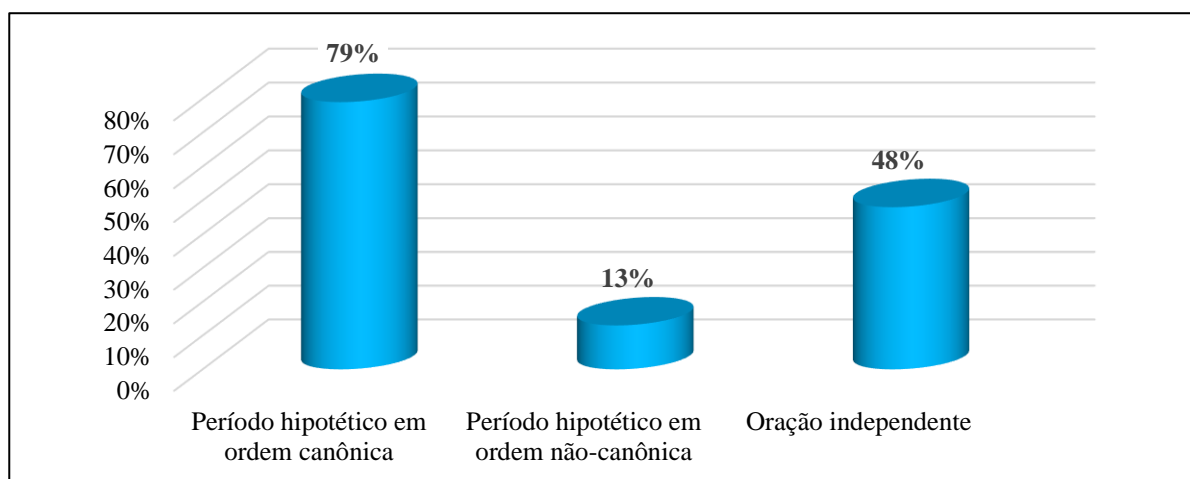
(122) # É ...alguma coisa que eu fiz é... por exemplo eu namorei com uma pessoa aí eu já não **iria namorar** mais por influência de outras pessoas (ESS. L13. 117 e 18. p. 23)

- Usos de V(PII)+INF

(123) As pessoas não pensa na gente ## e só faz mal ... eu não **ia pensar** nela não (R. L5. 15. p. 7)

O Gráfico 8 a seguir ilustra os termos percentuais da variável *ambiente sintático-semântico*:

Gráfico 8 - A influência da variável *ambiente sintático-semântico* na escolha de PII



FONTE: elaborado pelo autor.

Consoante os resultados obtidos para o grupo de fatores ambiente sintático, o *período hipotético em ordem canônica* (79%) revela favorecimento ao emprego de PII. Entretanto, o *período hipotético em ordem não-canônica* (13%), pelo baixo valor percentual, indica que os informantes tendem à realização de FP nesse ambiente sintático-semântico. A oração independente (48%) apontou para a possibilidade de o PII substituir o FP em orações sem relação de dependência entre a oração subordinada e a oração principal.

Para confirmar a relevância da variável *ambiente sintático-semântico*, vejamos abaixo a Tabela 6 que descreve o peso relativo:

Tabela 6 - Influência da variável *ambiente sintático* na escolha de PII

Ambiente sintático	PII		
	Aplic./Total	%	PR
Período hipotético em ordem canônica	286 / 363	79%	.72
Período hipotético em ordem não-canônica	27 / 205	13%	.21
Oração independente	143 / 295	48%	.50

FONTE: elaborado pelo autor.

Os resultados apontaram que o PII é favorecedor do período hipotético em ordem canônica (prótase+apódase), representado pelo peso relativo (.72). Da mesma forma, Oliveira (2010) e Santos (2014) constataram que a ordem canônica propicia o PII. O estudo desenvolvido por Costa (2003), que analisa os verbos simples e os verbos perifrásticos separadamente, ratificou que a forma perifrástica de PII é favorecida pela ordem prótase+apódase. Entretanto, no trabalho de Barbosa (2005), o PII é desfavorecido na ordem canônica que favorece o FP.

Como pudemos observar, obtivemos pouca ocorrência da ordem inversa na escolha de PII. O período hipotético em ordem não-canônica apresentou resultado oposto ao primeiro fator, visto que tende a favorecer o FP e a desfavorecer o PII (.21). Da mesma forma, Costa (2003), Oliveira (2010) e Santos (2014) apresentaram resultados aproximados. Outra pesquisa que também demonstrou resultado semelhante, quando há período hipotético em ordem não-canônica, foi a desenvolvida por Tapazdi e Salvi (1998). Ao desenvolverem um estudo comparativo das construções condicionais e sua estruturação semântico-discursiva no português falado no Brasil e em Portugal, constataram que o Português Brasileiro (PB) favorece o uso de FP na apódose, ao passo que no Português Europeu o PII é favorecido.

O fato de o PII ser desfavorecido quando há a inversão da ordem canônica pode estar condicionado ao seu contexto de uso porque tanto pode denotar irrealidade como também evidenciar um passado habitual. Essa dupla possibilidade tende a dificultar a interpretação do enunciado e, por conseguinte, implicar certa ambiguidade. À vista disso, o FP seria a variante favorecedora da ordem inversa, pois manifesta uma ideia maior de *irrealis* do que o PII.

Diferentemente dos fatores anteriores, o fator *oração independente* apresentou peso relativo dentro da neutralidade (.50). Esse resultado evidencia que tanto FP quanto PII ocorrem sem distinção em contextos que não apresentam relação entre a oração subordinada e a oração condicional. Os nossos dados se aproximaram dos obtidos por Santos (2014) e Oliveira (2010) que também apresentaram pesos relativos próximos da neutralidade. Em contrapartida, para Tesch (2007), a oração independente favoreceu o uso de FP e inibiu o PII.

5.1.7 A influência da variável *faixa etária* na escolha de PII

A outra variável social considerada significativa foi a *faixa etária*, subdividida em três fatores: (I) informantes de 15 a 30 anos; (II) informantes de 31 a 45 anos; e (III) informantes de 46 a 61 anos. Partimos da ideia de que a faixa etária inicial, composta por falantes mais jovens, tende a condicionar o uso da forma inovadora PII; à medida que a faixa etária intermediária e

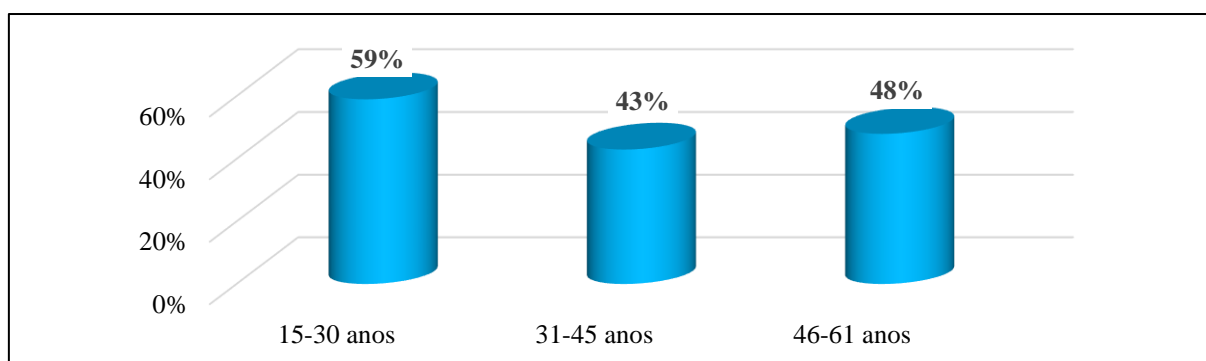
os informantes mais velhos poderiam favorecer o uso da variante mais formal, inibindo em seus usos as eventuais inovações linguísticas.

Muitos estudos sociolinguísticos têm ratificado a importância do grupo de fatores *faixa etária* como variável capaz de favorecer a variação estável ou até mesmo revelar um processo de mudança. A divisão em níveis etários amplia essa compreensão, posto que, para a caracterização da mudança em processo ou da variação estável, é preciso considerar qual fator possibilita a realização das formas inovadoras e qual as inibe.

Na *mudança em processo*, os mais jovens condicionam a inovação linguística. À medida que a faixa etária aumenta, há menor uso das construções inovadoras. No entanto, na *variação estável*, há uma aproximação quanto aos usos linguísticos realizados pelos informantes mais jovens e pelos mais velhos. A inserção no mercado de trabalho e em novos grupos linguísticos possibilita que os informantes da faixa etária intermediária adequem sua fala e, portanto, favoreçam o uso das formas de prestígio.

Para melhor discussão sobre esse grupo de fatores, vejamos abaixo o Gráfico 9, que apresenta os termos percentuais:

Gráfico 9 - A influência da variável *faixa etária* na escolha de PII



FONTE: elaborado pelo autor.

A observação do Gráfico 9, em termos percentuais, evidencia que a forma verbal de PII é empregada pelos informantes da faixa etária inicial (59%). Todavia, os informantes da faixa etária intermediária (43%) e os mais velhos (48%) propiciam o emprego de FP. As duas últimas faixas etárias, pela baixa diferença percentual (7%) e (2%), respectivamente, evidenciam a possibilidade de tanto o PII quanto o FP serem construções recorrentes.

Para melhor compreensão do fenômeno, a Tabela 7 ilustra o peso relativo da variável em questão e a sua relevância para o grupo de fatores faixa etária.

Tabela 7 - Influência da variável *faixa etária* na escolha de PII

Faixa etária	PII		
	Aplic./Total	%	PR
15-30 anos	271 / 458	59%	.63
31-45 anos	80 / 187	43%	.41
46-61 anos	105 / 218	48%	.49

FONTE: elaborado pelo autor.

O resultado acima nos possibilita tomar algumas considerações quanto à influência da faixa etária no uso das variantes FP e PII em contextos hipotéticos. Os informantes da faixa etária inicial são mais propensos ao uso das formas inovadoras, no caso, o PII (.63). Contudo, os informantes da faixa etária intermediária tendem ao uso linguístico mais monitorado, possivelmente pela influência do mercado de trabalho no uso da linguagem, o que desfavorece o PII (.41). Por fim, os informantes representativos da faixa etária de 46-61 anos, por já estarem estabilizados, podem, eventualmente, se monitorar menos. Nesse caso, podemos constatar que nessa faixa etária os usos de FP e de PII são equivalentes, ratificado conforme diferença percentual de 2% e com peso relativo (.49), resultado perto da neutralidade.

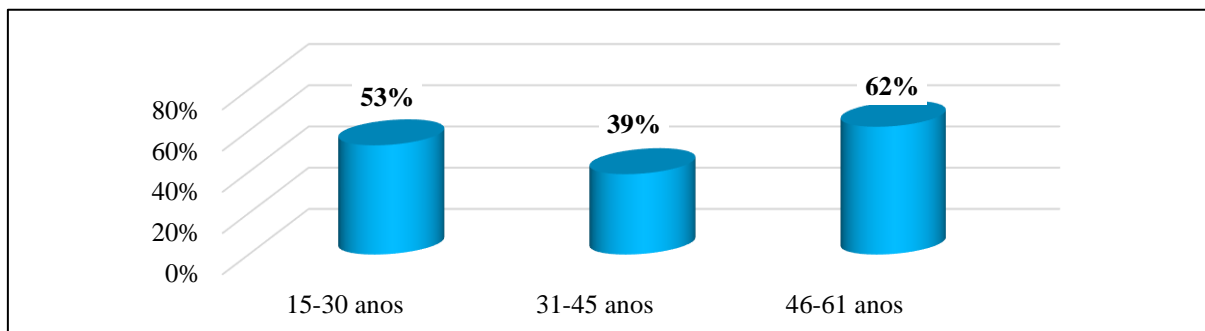
Oliveira (2010), ao estudar as formas simples de FP e de PII, constatou que os jovens e os mais velhos favorecem o uso de PII, ao passo que os informantes da faixa etária intermediária, o FP. O resultado apresentado por esse grupo de fatores pode estar condicionado a uma variação estável, posto que é a faixa etária intermediária que apresenta maior frequência da variante ‘padrão’. Em um novo estudo, ao considerar as formas simples e as construções perifrásticas amalgamadas, constatou que a estrutura perifrástica V(PII)+INF, considerada também como forma inovadora, é condicionada pelos informantes mais jovens; entretanto, os da faixa intermediária e os mais velhos favorecem o uso de FP. A nosso ver, isso pode indicar, mediante a análise em tempo aparente, um processo de mudança, visto que a forma inovadora é encabeçada pelos mais jovens.

Acreditamos, portanto, que a construção perifrástica de PII (V(PII)+INF) esteja favorecendo esse processo de mudança. Para confirmar tal hipótese, rodamos separadamente as duas variantes: PII (forma simples) e PII (construção perifrástica), consideradas por nós como formas inovadoras, para que possamos compreender qual fator condiciona a escolha dessas variantes e como isso pode imbricar no processo de mudança em progresso.

Analisando a faixa etária separadamente, considerando o PII (forma sintética) como aplicação da regra, pudemos verificar que a faixa etária inicial (53%) e os mais velhos (62%)

são os realizadores da construção sintética de PII. Em contrapartida, os informantes da faixa etária intermediária (39%) favorecem o emprego de FP, conforme Gráfico 10, a seguir:

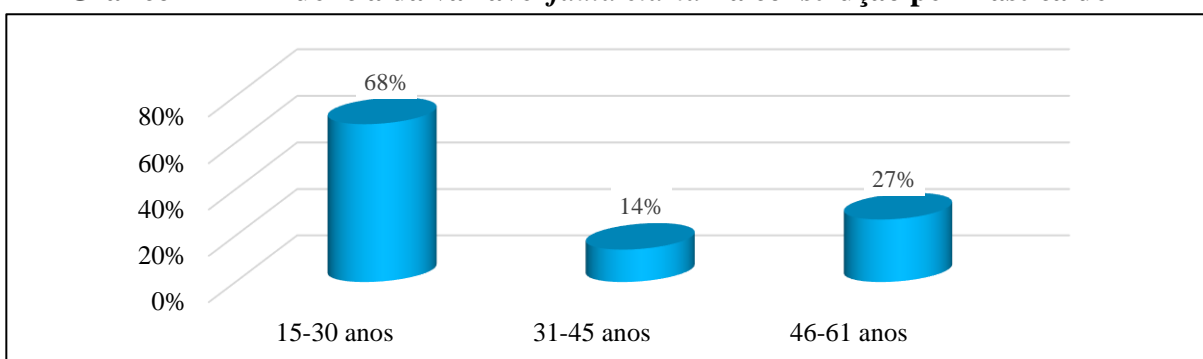
Gráfico 10 - Influência da variável *faixa etária* na construção sintética de PII



FONTE: elaborado pelo autor.

Entretanto, ao investigarmos o grupo de fatores faixa etária, considerando a construção perifrástica de PII (V(PII)+INF) como aplicação da regra, os termos percentuais evidenciam que os informantes da faixa etária inicial (68%) são os realizadores da forma verbal perifrástica. Entretanto, os informantes da faixa etária intermediária (14%) e os mais velhos (27%) apresentam baixo valor percentual, o que revela um maior uso de FP, como podemos visualizar no Gráfico 11 abaixo.

Gráfico 11 – Influência da variável *faixa etária* na construção perifrástica de PII



FONTE: elaborado pelo autor.

Para melhor compreensão do grupo de fatores em estudo, apresentamos as Tabelas 8 e 9 que ilustram o total de ocorrências e o valor percentual da variável faixa etária na escolha de PII (forma sintética e construção perifrástica).

Tabela 8 - Influência da variável *faixa etária* na escolha de PII, na relação (PII+(V(PII)+INF))

FAIXA ETÁRIA	PII		
	Aplic./Total	%	PR
15-30 anos	144 / 271	53%	.55
31-45 anos	41 / 105	39%	.41
46-61 anos	50 / 80	62%	.58

FONTE: elaborado pelo autor.

Tabela 9 - Influência da variável *faixa etária* na escolha de V(PII)+INF, na relação (PII+(V(PII)+INF))

FAIXA ETÁRIA	PII		
	Aplic./Total	%	PR
15-30 anos	184 / 271	68%	.71
31-45 anos	15 / 105	14%	.29
46-61 anos	22 / 80	27%	.35

FONTE: elaborado pelo autor.

A Tabela 8 aponta para a tendência de que os mais velhos e os mais jovens são os favorecedores da forma sintética de PII, com peso relativo (.55) e (.58), respectivamente. Os que compõem a faixa etária intermediária, por sua vez, inibem a variante inovadora e condicionam o uso de FP, considerado como a construção verbal ‘padrão’, quando em contexto hipotético. Diante desses resultados, os dados confirmaram a nossa hipótese de que a forma simples de PII promove a variação estável.

A análise da Tabela 9, representativa da forma perifrástica V(PII)+INF, não nos possibilitou confirmar a hipótese de um processo de mudança em curso; e sim, um processo de variação estável, quando nos referimos às construções perifrásticas.

Tesch (2007) considerou que a forma perifrástica IA+V poderia favorecer um processo de mudança em tempo aparente. Ademais, considerou que a construção verbal de PII, em sua forma sintética e em verbos não modais, pode ser substituída pela forma perifrástica, haja vista que são os mais jovens os realizadores dessa variante inovadora. Semelhante aos nossos resultados, os da faixa etária intermediária e os mais velhos tendem a inibir o uso da construção perifrástica frente ao uso da forma ‘padrão’.

Todavia, nas rodadas de Santos (2014), a variável faixa etária em verbos modais e não modais não foi considerada significativa, o que parece não favorecer a alternância verbal em contextos *irrealis* no português falado em Feira de Santana – BA.

5.1.8 A influência da variável *saliência fônica* na escolha de PII

A *Saliência fônica* foi considerada a última variável significativa dos grupos de fatores que condicionam a alternância verbal de FP e de PII, na apódose, em construções hipotéticas iniciadas por *se*. Ela é caracterizada pelo fato de que as formas mais salientes são mais marcadas do que as construções menos salientes. Acreditamos que, quanto maior a *saliência fônica*, maior a possibilidade de uso de FP, ao passo que a relação inversa possibilita o uso de PII e sua forma perifrástica V(PII)+INF.

Vários trabalhos sociolinguísticos têm evidenciado a significância dessa variável em estudos sobre a concordância verbal e nominal (SCHERRE & NARO, 1998), os usos dos pronomes *nós* e *a gente* (LOPES, 1998) e, em específico, a alternância verbal entre FP e de PII na apódose, em contextos *irrealis* (TESCH, 2007; SANTOS, 2014). Tesch (2007, p. 87) declara que “a conjugação do verbo é um fator linguístico associado à variação e está relacionado à *saliência fônica*”. Para análise desse grupo de fatores consideramos as nomenclaturas propostas por Tesch (2007).

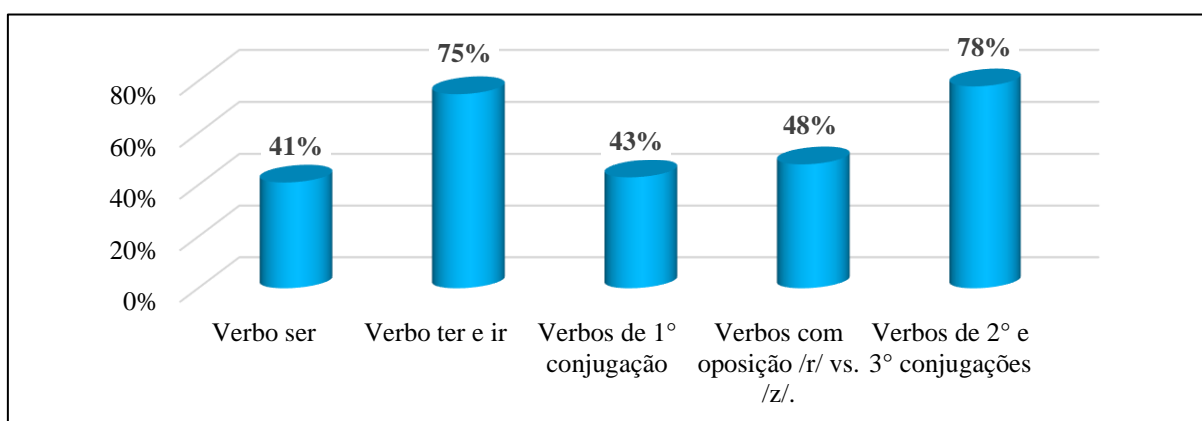
A fim de compreendermos a relevância desse grupo de fatores na alternância de FP e de PII na fala de alagoanos, subdividimos a *saliência fônica* em cinco fatores: (I) verbos *ser*, representados pela relação *seria, era, iria ser e ia ser*; (II) verbos *ter e vir*, a qual consideramos as relações: *teria, tinha, iria ter e ia ter; viria, vinha, iria vir e ia vir*; (III) verbos de primeira conjugação (oposição –ria; -va), formados pela relação: *daria, dava, iria dar e ia dar; estudaria, estudava, iria estudar e ia estudar*; (IV) verbos com oposição /r/ vs. /z/, estabelecidos pela relação entre os verbos fazer: *faria, fazia, iria fazer e ia fazer*; trazer: *traria, trazia, iria trazer e ia trazer*; e, dizer: *diria, dizia, iria dizer e ia dizer*; e, por fim, (V) verbos de segunda e terceira conjugações, representados pela relação: *viveria, vivia, iria viver e ia viver; pediria, pedia, iria pedir e ia pedir*.

Para fins de análise, consideramos os fatores (I), (II) e (III) como prováveis favorecedores da *saliência fônica* e, por conseguinte, condicionadores da forma verbal de FP. Nesse sentido, as relações constituídas pelos verbos *ser, ter e ir* apresentam maior diferenciação fônica, assim como os verbos representativos da 1ª conjugação, já que há uma mobilidade entre tema e desinência quanto ao deslocamento do acento.

Os verbos com oposição /r/ vs./z/ e os verbos de 2ª e 3ª conjugações foram considerados menos salientes. O primeiro, pelo fato de que a mudança /r/ vs. /z/ ocorrer somente no radical, ao passo que o segundo fator apresenta diferença fônica menor (-iria/-ia) do que os verbos de 1ª conjugação (-iria/-ava). Nesse sentido, acreditamos que, quanto menor a saliência, mais parecidas são as formas de FP e de PII e, conseqüentemente, há maior possibilidade de o PII substituir o FP.

Para sistematização dos resultados, vejamos o Gráfico 12:

Gráfico 12 - A influência da variável saliência fônica na escolha de PII



FONTE: elaborado pelo autor.

Em termos percentuais, a variável saliência fônica aponta para a tendência de que os verbos *ter* e *ir* (75%) e os verbos de 2ª e 3ª conjugações (78%) propiciam o uso de PII. Por outro lado, os fatores: verbo *ser* (41%) e verbos de 1ª conjugação (43%) possibilitam o emprego da variante ‘padrão’, o FP. Entretanto, os verbos com oposição /r/ vs. /s/ (48%), pela baixa diferença percentual (2%), podem favorecer tanto o uso de FP quanto o de PII.

A seguir, vejamos a Tabela 10 que amplia a compreensão do grupo de fatores frente às variantes em estudo:

Tabela 10 - Influência da variável saliência fônica na escolha de PII

SALIÊNCIA FÔNICA	PII		
	Aplic./Total	%	PR
Verbo <i>ser</i>	59 / 145	41%	.47
Verbos <i>ter</i> e <i>ir</i>	65 / 86	75%	.79
Verbos de 1ª conjugação	168 / 387	43%	.39
Verbos com oposição /r/ vs. /z/	45/ 93	48%	.51
Verbos de 2ª e 3ª conjugações	119 / 152	78%	.83

FONTE: elaborado pelo autor.

Conforme os resultados obtidos, o pressuposto de que as diferenças fônicas e morfológicas condicionariam os usos de FP, em contextos hipotéticos, foi parcialmente ratificado. Entretanto, quanto menor as diferenças fônicas entre as variantes, houve maior uso de PII, o que confirma a nossa hipótese. Acreditamos que as formas verbais menos salientes favoreceram a variante de PII porque quanto menos saliência, menores as diferenças fônicas e morfológicas, o que poderia ocasionar uma alternância verbal entre as variantes e, por conseguinte, o PII suplantar o FP em contextos que denotem a hipótese.

Para fins de análise, dividimos os resultados em dois blocos: (I) mais salientes; (II) menos salientes. Os verbos representativos do bloco (I) deveriam, em tese, propiciar o uso de FP, já que há entre essas formas verbais diferenças fônicas e morfológicas significativas. No entanto, o fator verbos *ter e vir*, considerado como a segunda forma verbal mais saliente (*teria-tinha; viria-vinha*), favoreceu o uso de PII (.79). Essa tendência também foi confirmada nos trabalhos desenvolvidos por Tesch (2007) e Santos (2014). Assim, as construções verbais (*tinha e vinha*) são condicionadas em orações subordinadas que expressam probabilidade, hipótese. Acreditamos que esse resultado esteja atrelado a um menor esforço linguístico quanto ao uso verbal, posto que entre *teria-tinha; viria-vinha* a relação modo-temporal tenderia a favorecer o PII.

Dando sequência, os fatores (verbo *ser* e verbos de 1ª conjugação), confirmaram a nossa hipótese. Os resultados apontaram para o favorecimento de FP quando os verbos possuem maior saliência fônica. Nesse sentido, o uso de PII foi inibido para expressar hipótese em contextos hipotéticos. Ainda assim, como podemos observar, os verbos de 1ª conjugação apresentaram menor peso relativo para a variante de PII (.39), enquanto o verbo *ser* obteve (.47) de peso relativo. O primeiro fator e, conseqüentemente mais saliente, apontou resultado perto da neutralidade, o que nos permite afirmar que, mesmo favorecendo o uso de FP, as ocorrências de PII foram significativas.

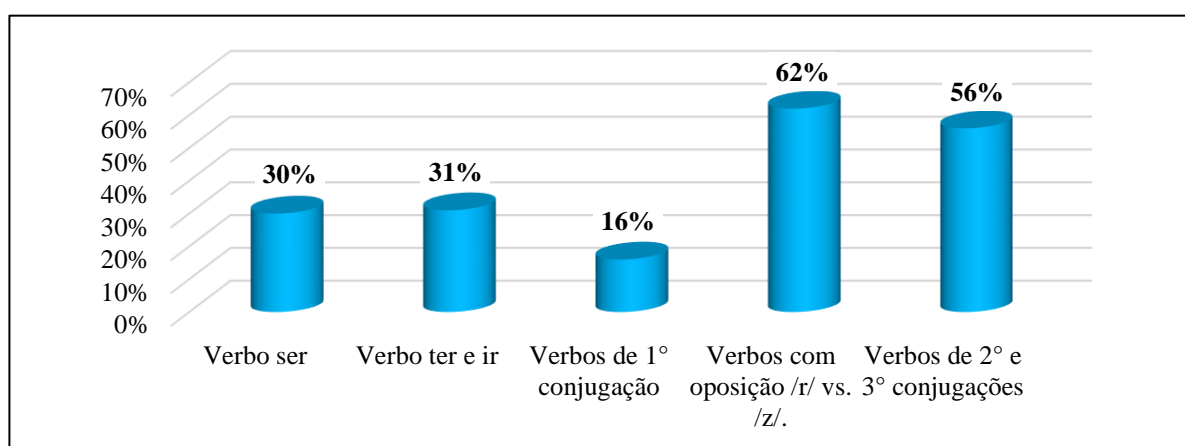
Já os verbos de 1ª conjugação, terceiros na lista de maior saliência, parecem ser os maiores favorecedores de FP. Quanto a esses dois fatores, os nossos resultados se aproximaram dos obtidos por Santos (2014), que confirmam a nossa ideia de que a saliência fônica condiciona o FP e inibe o PII. Entretanto, houve uma diferença parcial quando comparado aos resultados apresentados por Tesch (2007). Em seu trabalho, os verbos de 1ª conjugação favoreceram o uso de FP. Todavia, o verbo *ser*, assim como o nosso resultado, inibiu a forma verbal de PII.

O segundo bloco, representativo dos verbos considerados menos salientes, como já dito, confirmou a nossa suposição de que propiciariam o PII. Assim, os verbos com oposição /r/ vs. /z/, embora condicionem o uso de PII (.51), apresentaram resultado perto da neutralidade, o

que nos possibilita inferir que tanto PII quando FP são realizações concorrentes em contextos hipotéticos. Ao revisarmos o nosso *corpus*, pudemos constatar que os verbos *fazer*, *trazer* e *dizer*, que constituem esse fator, ocorriam em número significativo em construções perifrásticas (*ia fazer/iria fazer*; *ia trazer/iria trazer* e *ia dizer/iria dizer*).

Frente a essa constatação, realizamos uma rodada no Goldvarb X (2005) para compreendermos melhor a significância do grupo de fatores *saliência fônica* no uso das formas perifrásticas, conforme o Gráfico 13, a seguir:

Gráfico 13 - Grupo de fatores *saliência fônica* no uso das formas perifrásticas



FONTE: elaborado pelo autor.

Ao verificarmos a influência da variável *saliência fônica* na escolha da forma perifrástica de FP e de PII, os resultados percentuais evidenciam a nossa hipótese de que quanto maior as diferenças fônicas, o verbo *ser* (30%); os verbos *ter* e *ir* (31%) e os verbos de 1ª conjugação (16%) favorecem o emprego de FP. No entanto, os verbos com oposição /r/ vs. /z/ (62%) e os verbos de 2ª e 3ª conjugações (56%) possibilitam o uso de PII.

Nesse sentido, acreditamos que as construções perifrásticas de FP e de PII, quanto ao grupo de fatores *saliência fônica*, comprovam a tendência de que diferenças fônicas e morfológicas inibem a ocorrência de perífrases verbais, conforme podemos visualizar na Tabela 11:

Tabela 11 - Influência da variável *saliência fônica* na escolha da construção perifrástica V(FP)+INF e V(PII)+INF

SALIÊNCIA FÔNICA	PII		
	Aplic./Total	%	PR
Verbo <i>ser</i>	43 / 145	30%	.29
Verbos <i>ter</i> e <i>ir</i>	27 / 86	31%	.38
Verbos de 1ª conjugação	61 / 387	16%	.21
Verbos com oposição /r/ vs. /z/	58 / 93	62%	.70
Verbos de 2ª e 3ª conjugações	85 / 152	56%	.59

FONTE: elaborado pelo autor.

Como pudemos verificar, há uma tendência de os verbos com maior *saliência fônica* inibirem o uso das construções perifrásticas, contudo quanto menor for a diferença fônica e morfológica entre os verbos, maior a possibilidade de as formas perifrásticas serem favorecidas. Nesse sentido, o verbo *ser* (.29); os verbos *ter* e *ir* (.38) e os verbos de 1ª conjugação (.21) não apontaram significância para a variante de PII. Esse desfavorecimento pode ser explicado pelo fato de que, no ato discursivo, a construção sintética dos verbos exigiria menor esforço cognitivo (ia ser (era)/iria ser (seria)), o que possibilitaria maior uso de FP (forma sintética).

Os verbos com oposição /r/ vs. /z/ e os verbos de 2ª e 3ª conjugações foram os favorecedores das formas perifrásticas (.70) e (.59), respectivamente. À vista disso, podemos apontar que os verbos *fazer*, *trazer* e *dizer* foram os maiores condicionadores da construção V(FP)+INF e V(PII)+INF. Defendemos, assim como Tesch (2007, p. 90), que a possibilidade de ocorrência das formas perifrásticas nesse grupo de verbos pode ocorrer devido a um processo de alomorfia, ou seja, variação no radical (*faria/fazia – iria fazer/ia fazer; traria/trazia – iria trazer/ia trazer e diria/dizia – iria dizer/ia dizer*). Quanto a esse resultado, os dados de Tesch (2007) se aproximaram dos obtidos por nós, visto que “quanto maior a *saliência fônica* do verbo, menor a tendência de ocorrer a perífrase IA+V, pois os verbos mais salientes – ‘ser’ (.30) e ‘ter’ e ‘vir’ (.35) – podem ser considerados como desfavorecedores dessa construção”.

Voltando à análise ao bloco dos verbos com menor *saliência fônica*, pudemos perceber que os verbos de 2ª e 3ª conjugações foram os maiores favorecedores de PII (.83). Esse resultado, mais uma vez, ratifica a significância desse grupo de fatores frente às diferenças fônicas do verbo. Acreditamos que, por apresentarem menor distinção fônica (-ria/ia), os verbos de 2ª e 3ª conjugação foram os maiores favorecedores de PII, apresentando maior peso

relativo quando comparado, em específico, à oposição /r/ vs. Foi possível, portanto, visualizar que, quanto menor a diferença fônica, mais próximas são as relações fônicas e morfológicas entre os tempos verbais em estudo, o que propicia o uso de PII no lugar de FP em construções hipotéticas ou que denotem o *irrealis*, conforme também foi constatado Tesch (2007) e Santos (2014).

5.2 VARIÁVEL ESTATISTICAMENTE NÃO SIGNIFICATIVA

Conforme apresentado no tópico 5.1, das variáveis consideradas potencialmente significativas, a *modalidade* – constituída pela modalidade deôntica e modalidade epistêmica foi considerada estatisticamente não significativa pelo Goldvarb X (2005). Esta seção, portanto, objetiva apresentar os termos percentuais representativos desse grupo de fatores.

5.2.1 A influência da variável *modalidade* na escolha de PII

Modo e modalidade são caracterizadas por apresentarem diferenças, seja no aspecto morfológico, seja no caráter semântico-pragmático. Nesse sentido, o modo é marcado morfológicamente no verbo; entretanto, a modalidade “codifica a atitude do falante em relação à proposição” (GIVÓN, 2001, p. 300). A modalidade, portanto, envolve o contexto, manifestado na interação verbal, e sua finalidade é dar conta dos propósitos comunicativos expressos durante o ato discursivo.

Quando nos referimos à modalidade e a sua influência na alternância entre as formas verbais de FP e de PII em contextos hipotéticos; antes de mais nada, é preciso compreendermos o que constitui esse grupo de fatores. Para fins de análise, a subdividimos em (I) *modalidade epistêmica* e (II) *modalidade deôntica*. A modalidade epistêmica é caracterizada por denotar à oração valor semântico de *verdade, probabilidade, certeza, crença e evidência*; ao passo que a modalidade deôntica é representativa de valores semânticos de *desejo, preferência, intenção, obrigação, manipulação e habilidade* (GIVÓN, 2001, p. 300).

Para melhor caracterizarmos essa variável, vejamos os exemplos abaixo:

(124) Faria... dependendo da minha condição financeira, da minha família, *poderíamos ficar ou levar* para alguma... primeiramente ligar para alguma autoridade juizado de menores ou alguma coisa assim para saber qual procedimento legal que deve se ter, né? Nesse caso. Eu desconheço. (DVH. L10. 142, 43, 44 e 45. p. 18)

(125) Se eu ganhasse sozinho na loteria # é... uma parte do dinheiro eu acho que eu *passaria* assim pra alguma organização não governamental ou alguma coisa que ajudasse ao pessoal mais pobre tal e... ela # a outra parte eu *ajudaria* a minha família *procuraria manter sigilo* a respeito disso (WJSG. L11. 127, 28, 29 e 30. p. 19)

Analisando os valores semântico-pragmáticos expressos pelas sentenças (124) e (125), podemos visualizar, conforme o contexto de uso, que o exemplo (124) é caracterizado pela *modalidade deôntica*, já que o falante em seu ato comunicativo exprime desejo e/ou intenção de adotar uma criança. No entanto, o exemplo (125) expressa certeza, crença frente uma possibilidade de ganhar na sena e, por conseguinte, o que poderia ser feito com o dinheiro.

A nossa hipótese, quando escolhemos estudar a influência dessa variável para o uso de PII no lugar de FP, em contextos hipotéticos, era de que esse grupo de fatores evidenciasse que o FP fosse favorecido pela modalidade epistêmica e o PII, pela modalidade deôntica; o que, em termos percentuais, pode ser ratificado, conforme tabela 12 abaixo:

Tabela 12: Influência da variável *modalidade* na escolha de PII

Modalidade	PII	
	Aplic./Total	%
Modalidade epistêmica	249 / 491	51%
Modalidade deôntica	207 / 372	55%

Como podemos observar, a variável *modalidade* apresentou uma diferença percentual não muito significativa (4%), o que nos permite inferir que essa baixa diferença tenha favorecido a exclusão desse grupo de fatores pelo Goldvarb X (2005). Embora tenha havido a exclusão, a nossa hipótese de que a modalidade deôntica favoreceria a forma verbal de PII, por denotar valores semântico-pragmáticos de *desejo*, *preferência*, *intenção*, *obrigação*, *manipulação* e *habilidade*, foi confirmada. Todavia, o pensamento de que a modalidade epistêmica, por exprimir a noção semântico-discursiva, em específico, de *probabilidade*, deveria condicionar o uso de FP, não foi confirmado, consoante o resultado apresentado para esse fator.

Os resultados de Santos (2014), tanto para verbos modais quando para verbos não modais, apontaram que as frequências entre as modalidades foram consideradas muito próximas e, por conseguinte, esse grupo de fatores também foi excluído pelo Goldvarb X

(2005). Entretanto, ao tecer algumas considerações sobre essa variável, apontou que, em verbos não modais, houve maior uso PII na modalidade epistêmica; ao passo que, em verbos modais, houve maior uso de PII na modalidade deôntica, o que ratifica parcialmente a sua hipótese de que o PII é favorecido pela modalidade deôntica.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou sistematizar a variação entre as formas verbais de FP e de PII na apódose, em contextos hipotéticos iniciados pela conjunção subordinada condicional *se* na comunidade de fala alagoana. Para isso, partimos do pressuposto de que as formas perifrásticas V(FP)+INF e V(PII)+INF poderiam ser variantes significativas para esse novo trabalho, continuidade da dissertação de mestrado desenvolvida por Oliveira (2010), que considerou como variante as formas sintéticas de FP e de PII.

Com a inserção das construções perifrásticas nesta pesquisa, houve uma ampliação de 68% de ocorrências, passando de 589 realizações em 2010 para 863 realizações em 2016. Oliveira (2010), a partir das formas simples de FP e de PII, constatou que o FP era a realização mais recorrente na fala de alagoanos quando em construções hipotéticas. Em seu trabalho, o autor pôde constatar que 61% dos informantes realizaram mais o FP e, 39%, o PII, uma diferença percentual significativa de 22%.

A adição das formas perifrásticas nos possibilitou constatar uma mudança expressiva nos termos percentuais. Obtivemos 41% de usos de FP, 27% de PII, 26% da forma perifrástica V(PII)+INF e 6% de V(FP)+INF. Amalgamando as formas sintéticas às perifrásticas, verificamos uma predominância das formas de PII, que corresponderam a 53%, contra 47% de usos de FP, uma diferença percentual de 6%. Mediante esse resultado, podemos afirmar que, quando consideramos as formas perifrásticas, os informantes alagoanos apresentaram uso equilibrado de FP e de PII. Esse resultado nos permite afirmar a significância das formas perifrásticas para a compreensão da alternância verbal de FP e de PII em construções hipotéticas.

Para a sistematização de nossa pesquisa, inserimos novas variáveis para fins de descrição e análise, tais como: *construção verbal*, *tipo de verbo auxiliar*, *saliência fônica* e *modalidade*. As demais variáveis: *escolaridade*, *paralelismo formal*, *sexo*, *ambiente sintático-semântico* e *faixa etária* permaneceram neste novo estudo. Vale ressaltarmos que a ampliação dos dados resultou também em mudanças significativas, em termos percentuais e peso relativo, nos grupos de fatores analisados em 2010.

Para a sistematização dos resultados as variáveis foram apresentadas, separadamente, pela ordem de significância:

a) Variável I: *escolaridade*. Esse grupo de fatores, mais uma vez, apontou que a variação entre FP e PII é condicionada pelo princípio da escolarização, tendo em vista que, quanto maior a escolaridade, maior o uso da forma considerada ‘padrão’, o FP (68%), ao passo

que o PII é favorecido pelos informantes com baixa escolaridade. Pudemos verificar que o nosso fenômeno parece não sofrer julgamento de valor; no entanto, para uma maior consistência acadêmica, seria interessante que uma nova pesquisa pudesse analisar a percepção dos falantes frente à alternância de FP e de PII em construções hipotéticas por intermédio de um teste de avaliação.

b) Variável II: *construção verbal*. Com a inserção das construções perifrásticas, sentimos a necessidade de compreender a significância desse grupo de fatores na escolha de um dos tempos verbais. Para tanto, a dividimos em dois fatores (I) formas simples e (II) formas perifrásticas. Os resultados confirmaram a nossa ideia inicial de que as formas perifrásticas poderiam favorecer o PII. Nesse sentido, pudemos constatar que a estrutura perifrástica condiciona o PII (.81) e inibe o FP. Já as formas simples de FP e de PII, como constatado por Oliveira (2010), favoreceram o uso de FP. Esse resultado nos permite afirmar que há uma tendência, nas construções hipotéticas, de o PII ser favorecido pela forma perifrástica; e de o FP ser condicionado pela forma sintética de FP e de PII.

c) Variável III: *verbo auxiliar*. Esse grupo de fatores foi considerado nesta pesquisa como variável complementar à construção verbal, em específico, às formas perifrásticas. Nosso objetivo foi constatar qual verbo auxiliar favoreceria um dos tempos verbais em estudo. Para tanto, selecionamos quatro fatores considerados conforme critério de ocorrência: (I) verbo *ir*, (II) verbo *poder*, (III) verbo *dever* e (IV) outros tipos de verbos. O resultado para esse grupo de fatores demonstrou que o verbo *ir* e o verbo *poder* favoreceram o uso de PII, representados pelo peso relativo (.73) e (.61), respectivamente. O verbo *dever* e outros tipos de verbos auxiliares propiciaram o uso de FP. Mediante os resultados, podemos afirmar que o verbo auxiliar *ir* é a construção verbal mais representativa na fala de alagoanos em contextos hipotéticos.

d) Variável IV: *paralelismo formal*. Considerado “um sério candidato a universal de uso e processamento da linguagem” (SCHERRE; NARO, 1991, p. 30), a variável *paralelismo formal* foi considerada significativa para a compreensão da variação entre as formas verbais de FP e de PII na apódose, em contextos que denotem hipótese ou *irrealis*. Oliveira (2010), ao analisar as formas sintéticas de FP e de PII, teve esse grupo de fatores excluído pelo Goldvarb X (2005). Acreditamos que as construções perifrásticas tenham influenciado expressivamente para a relevância dessa variável. Para descrição e análise dos dados, consideramos os seguintes fatores: (I) ocorrência idêntica à anterior, (II) ocorrência diferente da anterior, (III) ocorrência isolada, (IV) ocorrência precedida de gatilho de PII e (V) ocorrência precedida de gatilho de FP. Conforme os resultados, pudemos constatar que, em verbos em cadeia, PII leva à PII e FP à FP; em ocorrência diferente da anterior, o PII é favorecido quando empregado após uma forma

de FP; quando em ocorrência isolada, tanto o PII quanto o FP são favorecidos; em ocorrências precedidas de gatilho, PII leva à PII e FP à FP.

e) Variável V: *sexo*. Mais uma vez, esse grupo de fatores apontou que o PII é favorecido pelos homens e o FP é a construção verbal mais realizada pelas mulheres, tanto em construções simples quanto em sua forma perifrástica. Nesse sentido, podemos afirmar que, em construções hipotéticas iniciadas por *se*, na comunidade de fala alagoana, as mulheres são mais conservadoras do que os homens, já que revelam certo monitoramento linguístico quanto à substituição do PII pelo FP na apódase.

f) Variável VI: *ambiente sintático-semântico*. O período hipotético é caracterizado pela ordem SE+PRÓTASE+APÓDASE. Esse grupo de fatores tem sido considerado significativo para a compreensão da alternância verbal entre FP e PII em construções hipotéticas. Para tanto, essa variável foi dividida em três fatores: (I) período hipotético em ordem canônica, (II) período hipotético em ordem não-canônica e (III) oração independente. O resultado para essa variável linguística, mais uma vez, apontou para uma tendência de o período hipotético em ordem canônica favorecer o uso de PII (.72) e o período hipotético em ordem não-canônica favorecer o uso de FP, já que o FP denota valor semântico de *irrealis* maior que PII. Entretanto, a oração independente (.50) apresentou peso relativo dentro da neutralidade, o que nos permite afirmar que tanto o FP quanto o PII ocorrem sem distinção.

g) Variável VII: *faixa etária*. Para fins de descrição e análise dos dados, subdividimos essa variável social em três fatores: (I) informantes de 15 a 30 anos, (II) informantes de 31 a 45 anos e (III) informantes de 46 a 61 anos. Partimos do pressuposto de que os informantes da faixa etária inicial favoreceriam o uso de PII, ao passo que os informantes da faixa etária intermediária e os mais velhos poderiam condicionar a variante ‘padrão’, o FP. A variável faixa etária tem sido considerada um grupo de fatores significativo para a compreensão do processo de mudança linguística, bem como para delimitar se o fenômeno pode ser considerado uma variação estável.

Oliveira (2010) constatou que informantes da faixa inicial e os mais velhos favoreceram o PII; em contrapartida, os informantes da faixa etária intermediária, o FP. Com esse resultado, podemos afirmar que as formas sintéticas de FP e de PII bem como suas realizações perifrásticas condicionam um processo de variação estável, haja vista que a faixa etária intermediária favorece o uso de FP. Entretanto, ao inserir as construções perifrásticas às formas sintéticas, Oliveira (2016) constatou que os informantes mais jovens favoreceram a forma perifrástica V(PII)+INF, o que poderia evidenciar um processo de mudança em tempo aparente.

Para tanto, para melhor compreendermos a variação estável e o processo de mudança em progresso, rodamos separadamente, as duas variantes consideradas por nós como formas inovadoras (PII – forma simples e V(PII)+INF). O peso relativo apontou que a forma simples de PII é favorecida tanto pelos informantes da faixa etária inicial (.55) quanto pelos mais velhos (.58). Todavia, os informantes da faixa etária intermediária favoreceram o uso de FP. Entretanto, a forma perifrástica V(PII)+INF foi favorecida pelos informantes da faixa etária inicial (.71), ao mesmo tempo que as demais faixas etárias favoreceram o uso de FP.

Conforme os resultados, tanto a construção sintética quanto às formas perifrásticas de PII e de FP evidenciaram uma variação estável e não um processo de mudança em progresso, o que não confirma a nossa hipótese.

h) Variável VIII: *saliência fônica*. Para esse grupo de fatores, partimos do pressuposto de que quanto maior a diferença fônica e morfológica, maior a possibilidade de o informante favorecer o uso de FP; à medida que quanto menor as diferenças fônicas e morfológicas, mais o PII poderia ser favorecido. Para tanto, subdividimos essa variável em dois blocos: (I) mais salientes – verbo *ser*, verbos *ter* e *ir* e verbos de 1ª conjugação; (II) menos salientes – verbos com oposição /r/ vs. /z/ e verbos de 2ª e 3ª conjugações. O resultado referente aos verbos mais salientes confirmou, em parte, a nossa hipótese. O verbo *ser* e os verbos de 1ª conjugação condicionaram a forma verbal de FP; no entanto, os verbos *ter* e *ir*, considerados por nós como a segunda forma verbal mais saliente, favoreceram o uso de PII (.79). Os verbos menos salientes, conforme havíamos pensado, condicionaram o PII, sendo os verbos de 2ª e 3ª conjugações os maiores favorecedores (.83).

Ao analisarmos o *corpus* de nossa pesquisa, pudemos constatar que os verbos com oposição /r/ vs. /z/ (*fazer*, *trazer* e *dizer*) ocorriam de forma significativa em construções perifrásticas. A fim de compreendermos a influência da variável saliência fônica no uso das formas perifrásticas, efetuamos uma rodada no Goldvarb X (2005). Conforme os resultados, os verbos mais salientes inibiram o uso das construções perifrásticas, enquanto os verbos menos salientes favoreceram esse tipo de construção. Os verbos com oposição /r/ vs. /z/ foram os maiores condicionadores das formas perifrásticas (.70), o que confirmou a nossa hipótese.

i) Variável IX: *modalidade*. Variável considerada estatisticamente não significativa pelo Goldvarb X (2005). Para esse grupo de fatores, consideramos duas possibilidades de modalidade: (I) modalidade epistêmica e (II) modalidade deôntica. Partimos da hipótese de que a modalidade epistêmica, por denotar valor de *verdade*, *probabilidade*, *certeza*, *crença* e *evidência*, condicionaria o uso de FP. No entanto, a modalidade deôntica, por seu valor semântico-pragmático de *desejo*, *intenção*, *obrigação* e *habilidade*, favoreceria o PII.

Conforme os resultados em termos percentuais, pudemos verificar uma baixa diferença percentual (4%). A modalidade epistêmica, mesmo denotando valor semântico-pragmático de *probabilidade*, não confirmou a nossa hipótese, já que houve 51% de realizações de PII. A modalidade deôntica confirmou a nossa hipótese, uma vez que houve 55% de usos de PII.

A inserção das construções perifrásticas foi decisiva para o surgimento de novos resultados, o que demonstra a necessidade de ampliação dessas variantes para o entendimento da funcionalidade das construções condicionais. Nesse sentido, acreditamos que o verbo auxiliar IR poderia ser melhor explorado, já que é a realização mais recorrente em nosso *corpus*, quando em construções perifrásticas. À vista disso, seria importante um estudo para constatar se o verbo auxiliar IR estaria em processo de gramaticalização no português falado em Alagoas.

Um estudo comparativo entre as modalidades oral e escrita também seria relevante para uma maior sistematização da alternância verbal entre FP e PII em construções hipotéticas. Compreender como essa variação funciona na escrita e quais fatores linguísticos e sociais favoreceriam o emprego de um ou outro tempo verbal também seria significativo.

Acreditamos que tanto a pesquisa implementada por Oliveira (2010) quanto a nossa pesquisa acerca da variação entre as formas verbais de FP e de PII, na apódose – construções simples e perifrásticas, em contextos hipotéticos na comunidade de fala alagoana, possibilitaram uma maior compreensão desse fenômeno linguístico em Alagoas, o que não encerra a possibilidade de novos estudos para a sistematização das variantes em análise. Esperamos que os resultados possam contribuir para discussões sobre as construções condicionais em português e, conseqüentemente, impliquem em reflexões no contexto escolar.

REFERÊNCIAS

- BACHE, C. Aspect and Aktionsart: towards a semantic distinction. *Journal of Linguistics*, v. 18, n. 1, p. 57-72, 1982.
- BARBOSA, T. A. M. *A variação entre futuro do pretérito e pretérito imperfeito do indicativo em orações condicionais iniciadas por “se” na fala de Uberlandenses*. 2005. 113f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.
- BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral I*. 4 ed. Campinas, SP: Pontes, 1995.
- BERTINETTO, P. M. On a frequent misunderstanding in the temporalaspectual domain: the ‘perfective-telic confusion. In: CECHETTO, C.; CHIERCHIA, G.; GIUSTI, M. T. (Ed.). *Semantic interfaces: reference, anaphora and aspect*. Stanford: CSLI Publications, 2001.
- BINNICK, R. I. *Time and verb: a guide to tense and aspect*. New York: Oxford University Press, 1991.
- BLOOMFIELD, L. *Language*. London: Unwin University Books, 1970 [1929].
- CALVET, L-J. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola, 2002.
- CAMACHO, R. G. *Da Linguística formal à linguística social*. São Paulo: Parábola, 2013.
- CAMARA JR., J. M. *A forma verbal portuguesa em –ria*. Washington, D. C.: Georgetown U.P., 1967.
- CAMPOY, J. M. H.; ALMEIDA, M. *Metodología de la investigación sociolingüística*. Málaga: Editorial Comares, 2005.
- CARLSON, L. Aspect and quantification. In: TEDESCHI, P. J.; ZAENEN, A. *Syntax and semantics – tense and aspects*. New York: Academic Press, 1981.
- CASTILHO, A. T. Aspecto verbal no português falado. In: ABAURRE, M. B.; RODRIGUES, A. (Ed.). *Gramática do português falado – novos rumos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p. 83-121. v. 8.
- CHAMBERS, J. K. *Sociolinguistic theory – Linguistic Variation and its social significance*. Oxford UK & Cambridge USA: Blackwell, 1996.
- CHOMSKY, N. (1965). *Aspectos da teoria da sintaxe*. São Paulo: Editora Armênio Amado, 1975.
- CHOMSKY, N. *Current issues in linguistic theory*. London etc.: Mouton (Jan. ling. ser. min., 38). Fodor & Katz (eds.) 1964, p. 50-118.
- CHOMSKY, N. (1957). *Estruturas Sintáticas*. São Paulo: Editora Vozes, 2015

- COAN, M. 2003. 238f. *As categorias tempo, aspecto, modalidade e referência na significação dos pretéritos mais-que-perfeito e perfeito: correlações entre função(ões)-forma(s) em tempo real e aparente*. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.
- COMRIE, B. *Aspect*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- COMRIE, B. *Tense*. 4. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- CORÔA, M. L. M. S. *O tempo nos verbos do português: uma introdução à sua interpretação semântica*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- CORVALÁN, C. S. *Sociolinguística: teoria e análise*. Madrid/Espanha: Alnambra S/A, 1988.
- COSTA, A. L. dos P. *O futuro do pretérito e suas variantes no português do Rio de Janeiro: um estudo diacrônico*. 2003. 132f. Tese (Doutorado em Linguística), Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.
- COSTA, A. L. dos P. *A variação entre as formas de futuro do pretérito e de pretérito imperfeito no português informal no Rio de Janeiro*. 1997. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.
- CUNHA, L. F. A. S. *As construções com progressivo no português: uma abordagem semântica*. 1998. 165f. Dissertação (Mestrado em Linguística Portuguesa Descritiva) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 1998.
- DE PAULA, A. S. *A língua dos índios Yawānawá do Acre*. 2004. 284f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da linguagem, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, São Paulo, 2004.
- DIAS, F. M. P. de C. *Variação e funcionalidade modo-temporal no português oral de Fortaleza/Ce: futuro do pretérito versus pretérito imperfeito na codificação da eventualidade em construções condicionais*. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza (CE), 2007.
- DOMINGOS, R. de F. de A. *Variação no futuro do pretérito (indicativo e subjuntivo) na função de contemporaneidade a um ponto de referência passado*. 2004. 125f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.
- DOWTY, D. *Word meaning and Montague grammar*. Dordrecht: Kluwer, 1979.
- DUBOIS, J. Competing Motivations. In: HAIMAN, John (Org.). *Typological Studies in Language*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Co, 1984. p. 229-240.
- EPIPHANIO DIAS, A (1918). *Syntaxe histórica portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1970.
- FIGUEROA, E. *Sociolinguistic metatheory*. Oxford: Pergamon, 1994.

- FIORIN, J. L. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática, 1996.
- FISHER, J. L. *Social influences on the choice of a linguistic variant*. *Word*, v.14, p.47-56, 1958.
- FLEISCHMAN, S. *The future in thought and language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- FLORES, V. do N. Sobre a fala no Curso de Linguística Geral e a indissociabilidade língua/fala. In: FANTI, M. da G.; BARBISAN, L. B. *Enunciação e discurso*. São Paulo: Editora Contexto, 2012.
- FLORES, V. N.; SILVA, S. Aspecto verbal: uma perspectiva enunciativa do uso da categoria no Português do Brasil, *Letras de Hoje*, v. 35, n. 3, p.35-67, set. 2000.
- FLORES, V. N.; SILVA, S.; LICHTENBERG, S.; WEIGERT, T. *Enunciação e gramática*. São Paulo: Contexto, 2008.
- GIVÓN, T. *Syntax: an introduction*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001.
- GIVÓN, T. *Functionalism and Grammar*. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins Company, 1995.
- GIVÓN, T. Verbal Inflections: Tense, Aspect, Modality and Negation. In: GIVÓN, T. *English Grammar: A functional-based introduction*. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins Company, 1993.
- GUMPERZ, J. J. Introduction to part IV. LEVINSON, S. C. (Ed.). *Rethinking linguistic relativity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 359-373.
- GUMPERZ, J. J. The speech community. In: SILLS, D. L; MERTON, R. K. (Ed.) *International encyclopedia of the social sciences*. London: MacMillan, 2002. p. 381-386.
- GUY, G. R.; ZILLES, A. *Sociolinguística Quantitativa: instrumental de análise*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- HIRATA, F. B. de M. A ordem nas construções condicionais do Português escrito no Brasil. *Estudos Linguísticos. Estudos Linguísticos. XXIX – GEL – UNESP*, 1998.
- HJELMSLEV, L. *Língua e fala*. In: HJELMSLEV, L. *Ensaio Linguísticos*. Tradução Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Editora Perspectiva, 1991.
- HOEKSEMA, J. *Categorical morphology*. Ph. D. Dissertation – Department of Linguistics, University of Groningen, 1984.
- HUDSON, R. A. *Sociolinguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

HYMES, D. Models of the interaction of language and social life. In: GUMPERZ, J. J.; HYMES, D. (Ed.). *Directions in sociolinguistics: the ethnography of communication*. Oxford: Blackwell, 1972. p. 35-71.

HYMES, D. Introduction. In: HYMES, D. (Ed.). *Language in culture and society: a reader in linguistics and anthropology*. New York: Harper and Row, 1974. p. 385-390.

ILARI, R. *A expressão do tempo em português*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

ILARI, R. *A expressão do tempo em português: expressões da duração e da reiteração, os adjuntos que focalizam eventos, momentos estruturais na descrição dos tempos*. São Paulo: Contexto, 1997.

JESPERSEN, O. *The Philosophy of Grammar*. London: George Allen e Unwin, 1958 [1924].

KARAM, L. *A variação entre o futuro do pretérito, o imperfeito e a perífrase com o verbo ir na fala do RS*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

LABOV, E. *Principles of Linguistic change – Volume II: Social Factors*. Oxford: Blackwell, 2001.

LABOV, W. (1972). *Padrões sociolinguísticos*. Trad. BAGNO, M.; SCHERRE, M. M. P.; CARDOSO, C. R. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LACEY, H. *A linguagem do tempo e do espaço*. São Paulo: Perspectiva, 1978

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: The University of Chicago, 1980.

LEMLE, M.; NARO, A. J. *Competências básicas do português*. Rio de Janeiro: MOBRAL, 1977.

LYONS, J. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

MATEUS, M. et al. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1989.

MATOS, S. Aspectos da semântica e da pragmática do imperfeito do indicativo, *Revista da Faculdade de Letras, Línguas e Literaturas*, Porto, n.13, 1996.

MILROY, L. *Language and social networks*. Oxford: Blackwell, 1980.

MILROY, L.; GORDON, M. *Sociolinguistics: method and interpretation*. Oxford: Blackwell, 2003.

MOURELATOS, A. P. D. Events, processes and states. In: TEDESCHI, P.; ZAENEN, A. (Ed). *Syntax and semantics*, v. 14. New York, Academic Press, 1981, p. 191-212.

NARO, A. J. *The social and structural dimensions of a syntactic change*. *Language*, 1981.

NEVES, M. H. de M. *As construções condicionais*. In: NEVES, M. H. de M. *Gramática do Português Falado*. 2 ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

OLIVEIRA, F. A. de L. O. *A alternância entre o futuro do pretérito o pretérito imperfeito do indicativo na oração principal em contextos hipotéticos na fala de alagoanos*. 2010. 128f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2010.

OLIVEIRA, J. M. *O futuro da língua portuguesa ontem e hoje: variação e mudança*. 2006. 254f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

PALMER, F. R. *Mood and modality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

PATRICK, P. L. The speech community. In: CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, P.; SCHILLING-ESTES, N. (Eds.). *Handbook of language variation and change*. Oxford: Blackwell, 2002. p. 573-597.

SCHILLINGESTES, N. (Ed.). *Handbook of variation and change*. Oxford: Blackwell, 2004. p. 573-597.

PINTZUK, S. *Programas VARBRUL*. Tradução de Ivone Isidoro Pinto. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988.

PONTES, E. *Estrutura do verbo no Português Coloquial*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1973.

PONTES, E. *Metáforas temporais em Português coloquial*. In: PONTES, E. (org.). *A metáfora*. São Paulo. Editora da Unicamp, 1990.

POPLACK, S. The notion of the plural in Puerto Rican Spanish: competing constraints on /s/ deletion. In: LABOV, W. (Ed.). *Locating language in time and space*. Philadelphia, University of Pennsylvania, 1979.

PRESTES-RODRIGUES, L. Do léxico à sintaxe: tópicos sobre a evolução de aspecto. *Linguagem & Ensino*, Pelotas, v. 16, n. 1, p. 215-236, jan./jun, 2013.

REICHENBACH, H. *Elements of Symbolic Logic*. New York: The MacMillan Company, 1948 [1947].

REIS, M. da S. dos. *Atos de fala não declarativos de comando na expressão do imperativo a dimensão estilística da variação sob um olhar funcionalista*. 2003. 212f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

ROMAINE, S. What is a speech community? In: ROMAINE, S. *Sociolinguistic variation in speech communities*. London: Edward Arnold, 1980. p. 13-24.

SANTOS, A. da S. *A variação entre o futuro do pretérito e o pretérito imperfeito no português falado em Feira de Santana*. 2014. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) –

Departamento de Letras e Artes, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana – BA, 2014.

SANTOS, A. J. O. O tempo e o aspecto verbal no indicativo em Português. *Littera*, n. 10, p. 55-74, 1974.

SAPIR, E. *Language, an introduction to the study of speech*. Nova York: Hancourt, Brace and Company, 1929.

SAUSSURE, F. de (1916). *Curso de Linguística Geral*. 27. ed. São Paulo: Ed. Cultrix, 2005.

SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. J. *Marking in discourse: birds of a feather - Language Variation and Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. J. *Sobre a concordância de número no Português falado do Brasil*. In: RUFFINO, G. (org.) *Dialettologia, geolinguística, sociolinguística*. (Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza) Centro di Studi Filologici e Linguistici Siciliani, Università di Palermo. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, v.5, p. 509- 523, 1998.

SCHERRE, M. M. P. 1988. 554f. *Reanálise da concordância verbal no português*. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.

SCHIFFRIN, D. Tense variation in narrative. *Language*. v. 57, n. 1, p. 45-62, 1981.

SILVA, T. S. da. *A alternância entre o pretérito imperfeito e o futuro do pretérito na fala de Florianópolis*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

SOARES, M. A. B. P. *A semântica do aspecto verbal em russo e em português*. Rio de Janeiro. PROED - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987.

SOUSA, F. C. *A alternância entre o pretérito imperfeito e o futuro do pretérito na expressão da hipótese*. 2007. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007.

TAGLIAMONTE, S. A. *Analysing sociolinguistic variations*. Cambridge: CUP, 2006.

TAPAZDI, J.; SALVI, G. A oração condicional no Português falado em Portugal e no Brasil. *Delta*, v. 14. n. especial. São Paulo, 1998.

TARALLO, F. *A pesquisa sociolinguística*. Série Princípios. 5. ed. São Paulo: Ática, 1990

TESCH, L. M. *A variação no âmbito do irrealis entre as formas de futuro do pretérito e pretérito imperfeito do indicativo na fala capixaba*. 2007. 153f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

TRAUGOTT, E.; DASHER, R. The development of modal verbs. In: TRAUGOTT, E.; DASHER, R. *Regularity in semantic change*. Cambridge University Press, 2005. p. 105-151.

TRAVAGLIA, L. C. *Aspecto verbal no português; a categoria e sua expressão*. Uberlândia: Ed: Ver. Universidade Federal de Uberlândia, 1985

TRUDGILL, P. *The social differentiation of English in Norwich*. Cambridge: Cambridge University Press, 1974.

VENDLER, Z. Verbs and time. In: VENDLER, Z. *Linguistics in philosophy*, 1967. p. 97-121.

VERKUYL, H. *Studies on time and quantity*. Chicago: The Chicago University Press, 1999.

VERKUYL, H. *A theory of aspectuality: the interpretation between temporal and atemporal structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

WHORF, B. L. *Language, thought and reality: Selected writings of Benjamin Lee Worf*. Cambridge: The Technology Press of MIT, 1957.